



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO DO RELATO FINANCEIRO  
NA TOMADA DE DECISÕES E OS SEUS FATORES NOS  
MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

**Joana Filipa Vaz Caetano**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira

Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

Bragança, dezembro de 2025.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO DO RELATO FINANCEIRO  
NA TOMADA DE DECISÕES E OS SEUS FATORES NOS  
MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

**Joana Filipa Vaz Caetano**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira

Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

Bragança, dezembro de 2025.



## Resumo

O presente estudo analisou a utilidade do relato financeiro no contexto da Administração Local portuguesa, em particular nos municípios, com o objetivo de compreender como os fatores institucionais e contextuais podem modificar a utilidade do relato financeiro para tomada de decisão. No âmbito da Nova Gestão Pública, a responsabilização assume uma abordagem instrumental, centrada na eficiência, na eficácia e nos resultados alcançados, promovendo transparência e melhoria contínua. Nesse contexto, os responsáveis e gestores municipais necessitam de informações financeiras úteis para fundamentar decisões estratégicas e operacionais, conferindo aos relatórios financeiros um papel essencial como suporte à decisão.

A investigação recorreu à análise descritiva e inferencial, utilizando questionários aplicados a decisores municipais, permitindo avaliar perceções sobre a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais. Os resultados evidenciam que tanto as Demonstrações Financeiras como as Demonstrações Orçamentais são consideradas úteis a muito úteis, sendo a Demonstração de Resultados por Natureza a mais valorizada por fornecer informação clara sobre rendimentos e gastos e por permitir avaliar o desempenho financeiro e a eficiência na utilização de recursos. Por outro lado, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio foi menos relevante, devido à sua aplicabilidade limitada nas decisões operacionais do dia-a-dia. A análise inferencial revelou que a perceção de utilidade é influenciada por fatores internos, como o foco no cumprimento legal e fiscal, adequação do relato financeiro e conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP, bem como por fatores externos, como pressão de organismos de controlo. Esta análise ainda comprovou uma complementaridade entre a informação financeira e a orçamental, o que demonstra que ambos os subsistemas contabilísticos se reforçam mutuamente, aumentando a utilidade percebida da informação financeira.

O estudo contribui para a gestão pública ao demonstrar que a utilidade do relato financeiro resulta da interação entre fatores contingenciais e institucionais, salientando a necessidade de adaptar os sistemas de informação às realidades organizacionais. As implicações práticas reforçam a importância da formação e da cultura de responsabilização para promover uma maior eficiência, transparência e credibilidade na gestão municipal.

**Palavras-chave:** *accountability*, Administração Local, tomada de decisão, informação financeira.

## Abstract

This study analysed the usefulness of financial reporting in the context of Portuguese local government, particularly in municipalities, with the aim of understanding how institutional and contextual factors can modify the usefulness of financial reporting for decision-making. Within the scope of New Public Management, accountability takes an instrumental approach, focused on efficiency, effectiveness and results achieved, promoting transparency and continuous improvement. In this context, municipal officials and managers need useful financial information to inform strategic and operational decisions, giving financial reports an essential role in supporting decision-making.

The research used descriptive and inferential analysis, employing questionnaires administered to municipal decision-makers, allowing for an assessment of perceptions regarding the usefulness of financial and budgetary statements. The results show that both the Financial Statements and the Budget Statements are considered useful to very useful, with the Income Statement by Nature being the most valued for providing clear information on income and expenditure and for allowing the assessment of financial performance and efficiency in the use of resources. On the other hand, the Statement of Changes in Equity was less relevant due to its limited applicability in day-to-day operational decisions. The inferential analysis revealed that the perception of usefulness is influenced by internal factors, such as the focus on legal and tax compliance, the adequacy of financial reporting and appropriate knowledge of the SNC-AP, as well as by external factors, such as pressure from control bodies. This analysis also confirmed the complementarity between financial and budgetary information, demonstrating that both accounting subsystems reinforce each other, increasing the perceived usefulness of financial information.

The study contributes to public management by demonstrating that the usefulness of financial reporting results from the interaction between contingent and institutional factors, highlighting the need to adapt information systems to organizational realities. The practical implications reinforce the importance of training and a culture of accountability to promote greater efficiency, transparency and credibility in municipal management.

**Keywords:** accountability, local government, decision-making, financial information.



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, manifesto a minha profunda gratidão aos meus pais, verdadeiros modelos de coragem, pelo apoio incondicional, pela paciência e pela ajuda constante na superação de todos os obstáculos. Sem eles, esta caminhada não teria sido possível.

Ao meu companheiro de vida, agradeço o apoio permanente, o encorajamento e a colaboração prestada na execução desta dissertação, sempre com paciência e disponibilidade, ajudando-me a enfrentar as dificuldades com serenidade.

Aos meus avós, tios e primos, deixo um sentido obrigado pela força, motivação e dedicação incansável, assim como pela constante preocupação e apoio demonstrados ao longo deste percurso.

Ao Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro, orientador desta tese, manifesto o meu reconhecimento pela orientação prestada, pela sua disponibilidade e pela partilha de saberes, que foram determinantes para a condução e concretização deste trabalho. Expresso o meu reconhecimento à Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira, orientadora desta investigação, pelo acompanhamento atento e pela partilha do seu vasto conhecimento e experiência. A clareza das suas orientações, o espírito crítico e o entusiasmo pela investigação foram fundamentais para a concretização e enriquecimento deste trabalho, constituindo um modelo que ambiciono seguir.

A todos os que gentilmente participaram no processo de recolha de dados, expresso o meu agradecimento. A concretização deste estudo empírico só foi possível através da sua colaboração.

Por fim, mas de forma mais especial, agradeço à minha filha Carolina, que foi, em todos os momentos, a minha maior fonte de inspiração, coragem e superação. É a ela a quem que dedico esta conquista, pois sem a sua presença e amor nada disto teria o mesmo significado.

## **Lista de Acrónimos e Siglas**

EC – Estrutura Concetual

IPSAS – *Internacional Public Sector Accounting Standards*

IPSASB – *Internacional Public Sector Accounting Standards Board*

ISA – Normas Internacionais de Auditoria

NGP – Nova Gestão Pública

NUTS - Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

ONU – Organização das Nações Unidas

PCM – Plano de Contas Multidimensional

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

# Índice Geral

Índice de Figuras .....	viii
Índice de Tabelas .....	ix
Introdução .....	10
1. Enquadramento Teórico .....	15
1.1 <i>Accountability</i> e Tomada de Decisão.....	17
1.2 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas .....	20
1.2.1 Objetivos e Caracterização do SNC-AP .....	21
1.2.2 Subsistemas Contabilísticos .....	22
1.3 Informação Financeira .....	23
1.3.1 Utilizadores da Informação Financeira .....	26
1.3.2 Fatores que Influenciam a Utilidade da Informação Financeira.....	27
1.3.3 A Informação Financeira e a sua Relevância para a Tomada de Decisão .....	35
2. Metodologia de Investigação .....	38
2.1 Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação .....	38
2.2 Apresentação e Descrição do Instrumento de Recolha de Dados .....	41
2.3 População <i>versus</i> Amostra .....	44
2.4 Descrição dos Métodos de Tratamento de dados .....	45
3. Apresentação e Análise dos Resultados .....	47
3.1 Análise Descritiva Exploratória .....	47
3.1.1 Caracterização da Amostra .....	48
3.1.2 Caracterização dos inquiridos .....	51
3.1.3 Utilidade do Relato Financeiro.....	54
3.1.4 Utilidade do Relato Financeiro e os seus Fatores .....	58
3.1.5 Utilidade dos documentos de prestação de contas e indicadores do relato financeiro .....	62
3.2 Análise Inferencial.....	70
3.2.1 Validação das hipóteses de investigação .....	70
3.2.2 Discussão dos Resultados.....	79
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação .....	81
Referências Bibliográficas .....	86
Anexos.....	95
Anexo A .....	95
Anexo B .....	96

## Índice de Figuras

<b>Figura 1:</b> Utilidade da Informação Financeira. ....	35
<b>Figura 2:</b> Distribuição por dimensão. ....	51
<b>Figura 3:</b> Distribuição por região. ....	51

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Caracterização e subsistemas contabilísticos do SNC-AP.....	23
<b>Tabela 2:</b> Utilizadores da informação financeira.....	26
<b>Tabela 3:</b> Síntese das hipóteses de investigação formuladas.....	40
<b>Tabela 4:</b> Estrutura do inquérito por questionário.....	43
<b>Tabela 5:</b> Tipologia das questões e escalas de resposta do questionário.....	43
<b>Tabela 6:</b> Critérios de Estratificação.....	45
<b>Tabela 7:</b> Parâmetros Estatísticos.....	45
<b>Tabela 8:</b> Distribuição geográfica do Município.....	48
<b>Tabela 9:</b> Frequência das variáveis sociodemográficas.....	53
<b>Tabela 10:</b> A utilidade do relato financeiro.....	54
<b>Tabela 11:</b> A influência dos fatores internos e externos na utilidade do relato financeiro.....	58
<b>Tabela 12:</b> Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.....	62
<b>Tabela 13:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>1</sub> .....	70
<b>Tabela 14:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>2</sub> .....	72
<b>Tabela 15:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>3</sub> .....	73
<b>Tabela 16:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>4</sub> .....	74
<b>Tabela 17:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>5</sub> .....	75
<b>Tabela 18:</b> Correlação de <i>Spearman</i> para HI <sub>6</sub> .....	77
<b>Tabela 19:</b> Teste <i>Kruskal-Wallis</i> para a HI <sub>7</sub> .....	77
<b>Tabela 20:</b> Resumo da validação para as hipóteses de investigação.....	78

## Introdução

No âmbito da Nova Gestão Pública (NGP), a responsabilização assume uma abordagem predominantemente instrumental, centrando-se na obtenção e disponibilização de informação relativa aos resultados, à eficiência e à eficácia das entidades públicas (Lewandowski, 2019a; Panagaribuan *et al.*, 2023). No que se refere aos *outputs*, a NGP parte do pressuposto de que estes são, em grande medida, padronizados e mensuráveis (Bogt, 2018). Neste sentido, os documentos e as práticas contabilísticas, ao oferecerem uma visão aprofundada do desempenho financeiro e de outros aspetos relevantes, constituem instrumentos fundamentais para apoiar os mecanismos de prestação de contas e de controlo de resultados (Costa *et al.*, 2023; Kapardis, 2016; Nunes *et al.*, 2023).

Um sistema de contabilidade é considerado como um pré-requisito para o cumprimento da responsabilidade (estar relacionado com a obrigatoriedade de uma entidade prestar contas a terceiros pelo seu comportamento e pelas suas responsabilidades) e como suporte para aqueles que são responsáveis pela tomada de decisões dentro de uma organização (Hyndman, 2016; Moerman *et al.*, 2023). Tradicionalmente, a contabilidade é observada como um meio para fornecer informação fiável e objetiva para a tomada de decisões devidamente informadas (Silva, 2023a).

A harmonização internacional do relato financeiro no setor público constitui uma das principais e recentes transformações da contabilidade ao nível das entidades públicas (Gomes *et al.*, 2019). Esta evolução responde à crescente exigência de *accountability* e à necessidade de informação financeira padronizada e pertinente, essencial para apoiar a tomada de decisões, reforçar a auditoria, promover uma gestão eficaz e combater a corrupção (Sellami & Gafsi, 2019). Paralelamente, os constrangimentos financeiros impostos pela crise económica intensificaram as pressões institucionais para a adoção do subsistema contabilístico em regime de acréscimo, assim como de instrumentos de medição e avaliação de desempenho (Cohen & Karatzimas, 2017). Em conformidade com os quadros teóricos provindos de organismos responsáveis pela normalização contabilística, as demonstrações financeiras devem fornecer informações que permitam aos utilizadores avaliar a responsabilização dos gestores públicos e fundamentar decisões de natureza económica, social e política (Efendi *et al.*, 2018).

Neste contexto, a informação financeira constitui um dos alicerces essenciais para o funcionamento eficaz das entidades públicas (Zuca, 2016). Num cenário no qual a sociedade exige a crescente transparência e rigor sobre o controlo relativo à alocação e utilização dos recursos públicos, os relatórios financeiros assumem um papel primordial como instrumentos de comunicação entre o Estado e os cidadãos (Panaribuan *et al.*, 2023). Além disso, a informação financeira habilita os gestores públicos a fundamentar as suas decisões, planear a alocação dos recursos com maior eficiência e avaliar, de maneira objetiva, o desempenho das políticas públicas implementadas (Voss, 2019; Matekele *et al.*, 2025). A efetividade deste tipo de informação está intrinsecamente vinculada à qualidade da sua produção, interpretação e utilização, consolidando-se, assim, como um dos principais mecanismos para a promoção da transparência, eficiência administrativa e responsabilização pública (Soyinka *et al.*, 2017).

No setor público, esta dinâmica assume contornos específicos, uma vez que os principais decisores são os agentes políticos, responsáveis pela formulação dos objetivos institucionais e das diretrizes estratégicas, enquanto os gestores públicos ficam incumbidos da sua implementação técnica e imparcial, já os técnicos enquanto decisores, no exercício das suas funções, são responsáveis pela emissão de pareceres técnicos e pelo apoio direto no processo de decisão (Jorge *et al.*, 2019; Pajkovi *et al.*, 2023). Esta divisão de papéis evidencia a importância de uma informação financeira clara e confiável, capaz de sustentar tanto o processo decisório económico, operacional e político quanto a execução administrativa, garantindo alinhamento, controlo e *accountability* em todas as etapas da gestão pública (Boghean, 2019).

A literatura tradicional (Cepêda, 2017; Monteiro *et al.*, 2021; Ouda, & Klischewski, 2019; Pires *et al.*, 2023), reconhece que a utilidade da informação financeira, no setor público, é uma peça fundamental para garantir a transparência e a responsabilização, além de servir como suporte sólido no processo de tomada de decisão. Segundo Helden (2016), a utilidade real da informação está sujeita ao modo de como os seus utilizadores a percebem, a interpretam e a integram nas suas práticas decisivas. No entanto, a efetividade dessa utilidade não ocorre de forma uniforme, pois está

condicionada a uma série de fatores internos e externos que também influenciam a produção e a utilização da informação financeira (Soyinka *et al.*, 2017).

De acordo com o estudo realizado por Gomes *et al.* (2023), nos contextos de Portugal e Espanha, observou-se um maior grau de otimismo, por parte dos profissionais portugueses, em relação à utilidade do novo subsistema contabilístico, o *accrual accounting*, implementado com base nas *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS). Em contraste, no caso espanhol, a predominância de uma abordagem fortemente orientada para o subsistema contabilístico em regime de caixa condiciona a percepção da utilidade das informações financeiras (Gomes *et al.*, 2023). Tais divergências evidenciam a relevância das crenças individuais e das características institucionais na forma de como a utilidade da informação financeira é avaliada no âmbito do setor público.

Fatores internos, como a falta de conhecimento e formação sobre os subsistemas contabilísticos, a cultura institucional, a capacidade técnica dos gestores, afetam significativamente a percepção da utilidade da informação do relato financeiro (Bogt, 2018; Brito *et al.*, 2021; George *et al.*, 2020; Nogueira & Jorge, 2014, 2017), pelo que, para maximizar a utilidade das informações financeiras, é essencial garantir a sua qualidade e promover uma cultura organizacional que valorize a análise dessas informações (Jovanović & Vašiček, 2020; Lewandowski, 2019a). Estes fatores moldam não apenas o conteúdo e a qualidade dos relatórios financeiros, mas também a forma como são percebidos, interpretados e aplicados pelos diferentes utilizadores, sejam eles técnicos, gestores ou decisores políticos (Hyndam, 2016; Sell *et al.*, 2020).

Também é relevante, no que toca à utilidade da informação financeira, o elemento necessidade, que, em termos práticos, se traduz em adaptar a produção de informações contabilísticas às necessidades dos utilizadores e promover uma maior interação e compreensão entre os preparadores e os utilizadores dessas informações, para que o grau de utilidade seja maior (Helden, 2016; Ouda & Klischewski, 2019).

Desta forma, a Teoria Institucional ajuda a compreender como as reformas no seio contabilístico, no setor público, são frequentemente guiadas por pressões institucionais e procura pela legitimidade do que por melhorias técnicas substanciais, o que pode limitar o seu impacto real (Choi & Woo, 2021; George, 2020; Sellami & Gafsi, 2019). Por outro lado, a Teoria Contingencial parte do pressuposto de que não existe um modelo único e universal de gestão ou de produção de informação que seja eficaz para todas as organizações, sendo necessário considerar as especificidades do contexto em que estão inseridas (Fiirst & Beuren, 2021; Gomes *et al.*, 2020; Krudycz *et al.*, 2023).

Neste sentido, estas abordagens permitem compreender que a utilidade da informação financeira é influenciada por variáveis como o ambiente e a complexidade organizacionais, a dimensão das entidades públicas, a capacitação dos utilizadores e os objetivos de gestão (Cêpeda & Monteiro, 2019; Nogueira & Jorge, 2014). Importa notar que, no processo de tomada de decisão a utilidade da informação do relato financeiro depende não apenas do conteúdo da informação, mas também do tipo de utilizador e da natureza da informação apresentada (Nogueira & Jorge, 2011; Rotaru *et al.*, 2022).

Assim, torna-se fundamental compreender como os utilizadores internos e externos interagem com a utilidade da informação do relato financeiro, de modo a identificar barreiras e oportunidades que influenciam a sua adoção prática. Esta identificação é indispensável para o aprimoramento dos sistemas de prestação de contas no setor público e para o fortalecimento de uma cultura de gestão baseada nas evidências e resultados (gestão pública mais eficiente, transparente e orientada para a responsabilização).

A utilidade do relato financeiro tem sido objeto de crescente interesse na literatura académica (Nogueira *et al.*, 2025) dada a sua importância no suporte à tomada de decisão por parte dos diversos utilizadores da informação contabilística. No entanto, apesar da sua relevância teórica, permanece a dúvida quanto à sua eficácia real na prática: em que medida a informação proveniente do relato financeiro, tal como é atualmente produzida e divulgada pelos municípios portugueses, constitui uma ferramenta útil, fidedigna e suficiente para apoiar as decisões informadas por parte dos diversos utilizadores? Esta interpelação ganha particular pertinência quando se constata que diferentes utilizadores como investidores, gestores, colaboradores, cidadãos, entre outros, possuem necessidades informativas distintas, que nem sempre são plenamente satisfeitas pela estrutura atual dos documentos do relato financeiro.

Acresce ainda que, em muitos contextos, verifica-se um certo afastamento entre os objetivos teóricos do relato financeiro, nomeadamente, fornecer informação útil para a tomada de decisão e a perceção dos seus utilizadores sobre a sua utilidade prática. Perante este cenário, coloca-se o problema central desta investigação: *até que ponto a informação proveniente do relato financeiro é efetivamente considerada útil pelos seus decisores no contexto organizacional?* A identificação e análise deste problema justifica-se, não apenas por um interesse académico, mas também por uma necessidade prática: compreender os limites e potencialidades da informação financeira, que posteriormente, poderá contribuir para melhorias na sua elaboração, comunicação e utilização, promovendo decisões mais conscientes, racionais e sustentáveis. Assim, a presente investigação tem como objetivo principal analisar a relação entre os diversos fatores (internos e externos) e a utilidade da informação decorrente do relato financeiro no apoio ao processo de tomada de decisão no contexto da Administração Local portuguesa, designadamente a nível municipal.

A presente investigação, centrada na utilidade da informação do relato financeiro na tomada de decisão nos municípios portugueses, visa gerar contributos relevantes tanto para a literatura académica quanto para a prática da gestão pública local. Num contexto em que a responsabilidade financeira e a transparência nas entidades públicas são cada vez mais importantes, torna-se essencial compreender como a utilidade da informação financeira na tomada de decisão nos órgãos municipais é influenciada pelos seus fatores internos e externos.

Do ponto de vista teórico, este estudo procura aprofundar a compreensão do papel do relato financeiro nos municípios portugueses. Embora exista já uma base teórica sólida sobre a utilidade da informação financeira no setor empresarial, a sua aplicação no setor público, e mais especificamente nos municípios, continua relativamente pouco explorada em particular no caso português após a implementação do Sistema de Normalização Contabilísticas para as

Administrações Públicas (SNC-AP). Do ponto de vista das contribuições teórico-práticas, a presente investigação pretende contribuir para:

- Expandir o conhecimento académico sobre a aplicabilidade dos princípios do relato financeiro ao contexto municipal, considerando as especificidades legais, orçamentais e operacionais da Administração Pública local;
- Enriquecer a literatura existente com dados empíricos obtidos no contexto municipal português, permitindo uma comparação com estudos internacionais e contribuindo para a construção de um corpo teórico mais representativo das realidades locais;
- Explorar a relação entre transparência, prestação de contas e tomada de decisão;
- Consolidar a discussão sobre a NGP, integrando os princípios de responsabilização e eficiência com a necessidade de uma contabilidade pública moderna e orientada para os resultados.
- A melhoria da gestão financeira nos municípios portugueses, tais como: Identificação dos principais obstáculos relativos à utilidade efetiva da informação financeira pelos decisores municipais;
- Melhorar a estrutura e a clareza dos documentos do relato financeiro, tornando-os mais acessíveis e úteis para a tomada de decisão política e administrativa.

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro pontos principais. No primeiro ponto, é desenvolvido o enquadramento teórico, onde são abordados conceitos fundamentais como *accountability*, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a clarificação da informação financeira com ênfase nos utilizadores, características qualitativas, tomada de decisão e relato financeiro, terminando este ponto com a análise dos principais fatores, internos e externos, que limitam ou potenciam a utilidade da informação proveniente do relato financeiro no processo de tomada de decisão. A identificação destes fatores permite alcançar uma compreensão mais aprofundada dos elementos que contribuem para as variações na relevância da informação financeira na gestão pública local. O segundo ponto é dedicado à metodologia de investigação, onde se explicitam os procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados na recolha e análise de dados. No terceiro ponto, são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Esta parte procura analisar o grau de importância atribuído pelos utilizadores da informação financeira aos diferentes documentos pertencentes ao relato orçamental e financeiro, de modo a identificar quais os elementos considerados mais úteis para suportar distintos tipos de tomada de decisão no contexto municipal. Por fim, o quarto ponto corresponde às conclusões do estudo, onde se apresentam as principais considerações resultantes da investigação, bem como as sugestões para futuras linhas de investigação que possam aprofundar o conhecimento sobre a temática em análise.

## 1. Enquadramento Teórico

Ao longo das últimas duas décadas, os governos locais de diferentes países têm estado envolvidos em profundas reformas estruturais, amplamente inspiradas nos princípios da NGP (Bogt, 2018). Estas reformas têm abrangido praticamente todas as áreas da Administração Local, incluindo o modo de governar e a própria gestão. Conceitos como a eficácia, a eficiência, o desempenho e a transparência estão frequentemente associados a estas mudanças (Brusca *et al.*, 2017; Asyik *et al.*, 2023).

Um dos pilares da NGP tem sido a transição da contabilidade na base de caixa para a contabilidade em regime do acréscimo, com o objetivo de fornecer informação mais relevante aos decisores e aos responsáveis pela prestação de contas, sendo esta transição considerada essencial para sustentar as transformações propostas (Hyndman, 2016; Pimenta, 2023). Na perspetiva de Brusca *et al.* (2017), Karatzimas e Miquela (2019), a Administração Local, baseada na descentralização, exerce um papel fundamental na gestão dos serviços públicos, na implementação de políticas adaptadas

às realidades regionais e na promoção da participação dos cidadãos; possui autonomia administrativa e atua sob leis nacionais e regionais.

Na Administração Local, os dirigentes das entidades públicas necessitam de informações úteis para tomar decisões adequadas (Fiirst & Beuren, 2021; Jovanovića & Vašičekb, 2021; Nogueira & Jorge, 2015). Portugal, como país de tradição neolatina e com um regulador fundamentado no direito civil, possui uma Administração Pública burocrática e legalista, influenciada pelo modelo napoleónico centralizado (Helden & Reichard, 2019). Ao longo do tempo, enfrentou várias reformas na Contabilidade Pública, impulsionadas por crises económicas, que levaram à adoção gradual da contabilidade e relato em regime do acréscimo, cujo objetivo é o de proporcionar uma maior transparência e qualidade da informação financeira no setor público (Jorge *et al.*, 2019; preâmbulo do SNC-AP). A introdução de relatórios financeiros assentes na *accrual accounting*, bem como de mecanismos de medição de desempenho, tem constituído um dos pilares centrais destes processos de reforma, com o objetivo de aprimorar tanto a gestão quanto a responsabilização pública (Cohen *et al.*, 2019; Voss, 2019).

O relato financeiro desempenha um papel fundamental ao fornecer informações essenciais para decisões informadas e ponderadas (Barbieri *et al.*, 2025a; Matekele *et al.*, 2025; Pereira *et al.*, 2021). A informação financeira é relevante para diversos utilizadores e deve estar acessível para atender às suas necessidades (Nogueira & Jorge, 2017). Para garantir a sua utilidade, é imprescindível que atenda a requisitos qualitativos como relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade, a oportunidade, a comparabilidade e a verificabilidade (alínea 45 da EC do SNC-AP). Os diferentes fatores internos e externos de uma entidade pública podem gerar alterações a nível organizacional, e sucintamente, de acordo com Nogueira e Jorge (2014), é possível verificar que os fatores externos conduzem ao aumento da utilidade dos relatórios financeiros, gerando até mesmo novas necessidades de informação, enquanto que os fatores organizacionais internos e as características e atitudes individuais podem, por outro lado, gerar uma maior resistência às pressões externas e, desta forma, limitar a utilidade das informações financeiras. Desta forma, recorrendo à Teoria da Contingência e Institucional, torna-se possível analisar a influência dos fatores (internos e externos) na utilidade da informação proveniente do relato financeiro para a tomada de decisões, no contexto dos municípios de Portugal.

A presente investigação aborda a utilidade da informação financeira, abrangendo informação do subsistema de Contabilidade Orçamental (estimativas e execução orçamental conforme a legislação) e do subsistema da Contabilidade Financeira (relatórios financeiros segundo as normas contabilísticas). Desta forma torna-se relevante compreender como é que a utilidade da informação oriunda do relato financeiro, pode ser influenciada pelos fatores internos e externos, na tomada de decisões pelos decisores dos municípios portugueses.

## 1.1 *Accountability* e Tomada de Decisão

O interesse pela *governance* na Administração Pública tem crescido devido à maior procura por eficiência, transparência e controlo na utilização de recursos públicos, pretendendo maximizar o *value for money* e o valor público. Estes são os princípios da NGP, cujo objetivo é reduzir os gastos, combater a corrupção e melhorar os serviços públicos, com foco na gestão, *accountability* e legalidade, além do desempenho e prestação de contas (Pimenta, 2023). Neste enquadramento, a Contabilidade Pública, a Auditoria e a *Accountability* assumem um papel estratégico, funcionando não apenas como ferramentas de gestão do desempenho económico, mas também como instrumentos de *governance* orientados para a regulação e orientação das práticas institucionais e sociais (Ahrens & Ferry, 2021).

Com a evolução da Contabilidade Pública, especialmente com a adoção do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Portugal pretendeu melhorar a qualidade dos serviços públicos através de uma gestão mais eficiente dos recursos. Este modelo contabilístico visa alinhar a alocação de recursos aos objetivos políticos e sociais, promovendo a eficiência, a economia e a eficácia, além de reforçar a *accountability* na gestão pública (Nogueira & Jorge, 2017). A modernização contínua da Contabilidade Pública é fundamental para reduzir os riscos de possíveis crises financeiras e económicas, exigindo aos governos sistemas robustos e transparentes na gestão das finanças públicas. Com o tempo, a prática de *accountability* tornou-se num assunto mais complexo na Administração contemporânea, envolvendo múltiplos atores, diferentes níveis de governo e diversas formas de responsabilização, desde a legal e hierárquica até à social e participativa (Steccolini *et al.*, 2019). A palavra *accountability* deriva do verbo inglês *account*, que significa narrar, enumerar ou prestar contas, e refere simplesmente “quem deve responder a quem, porquê e sob que regras básicas”.

De acordo com Silva *et al.* (2024), o termo *accountability* não possui uma tradução direta para português, e a sua compreensão é progressiva e multifacetada, não existindo uma única definição concreta e operativa; e cada tipo de *accountability* envolve diferentes atores, mecanismos e objetivos, refletindo a complexidade e a adaptabilidade do conceito no contexto da gestão e Administração Pública (Mota *et al.*, 2020; Overman & Schillemans, 2021). Contudo, o termo *accountability* é frequentemente associado a conceitos como transparência, responsabilização e prestação de contas, e é relevante tanto no setor público como no setor privado, sendo aplicado em diversas áreas académicas, tais como na Contabilidade, Administração, Direito, Economia, Relações Internacionais, Psicologia e Sociologia (Nunes *et al.*, 2023). Quando as pessoas são *accountable*, assumem responsabilidade individual, o que permite justiça e prosperidade (Witvliet *et al.*, 2023).

Nesta continuidade, a transparência, como dimensão da *accountability*, exige que as organizações assumam e declarem as suas ações, incluindo os seus erros, sem qualquer tipo de omissão (Nunes *et al.*, 2023). A transparência e a *accountability* são dois tópicos importantes nos diferentes setores

públicos das sociedades democráticas, e representam a justiça e a equidade, promovendo a disponibilização de informação e a responsabilização perante os cidadãos e os *stakeholders* (Brusca *et al.*, 2017). De realçar, ainda que é necessário implementar mecanismos que incentivem a participação ativa da sociedade, e isso inclui garantir que os cidadãos possam entender e acompanhar as demonstrações financeiras, os relatórios contabilísticos e de gestão apresentados pelas diversas entidades públicas (Juaniha *et al.*, 2023). Com base nos estudos de Grossi e Brescia (2021), pode-se afirmar que a *accountability*, quando compreendida como um processo dialogado e participativo, é fundamental para o desenvolvimento social, pois contribui para relações mais transparentes entre o governo e a sociedade, fortalece a cidadania e ajuda a construir sociedades mais justas e democráticas, promovendo uma cultura cívica ativa e responsável, com impactos positivos na esfera individual.

Mais adianta Kim e Park (2023), referindo que *accountability* pode ser definida como uma relação entre atores e instituições, na qual os atores têm a obrigação de explicar e justificar com possível submissão a sanções caso ajam ilegalmente ou se contraponham às expectativas dos eleitores. Entendemos, também que a *accountability* é percebida como a capacidade que as organizações públicas têm para justificar as suas decisões e resultados perante as partes interessadas, sejam elas superiores hierárquicos, órgãos de controlo ou o público em geral (Cepiku *et al.*, 2017).

Os documentos e as práticas contabilísticas que fornecem uma visão mais explícita dos desempenhos financeiros, são utensílios importantes para fornecer as informações necessárias para a produção de práticas com *accountability* e controlo (Bogt, 2018). A *accountability* eficaz depende da existência de informação financeira e de desempenho adequada, fiável, relevante e no tempo certo, de forma a permitir aos gestores públicos justificar as suas ações e demonstrar a utilização responsável dos recursos públicos (Cohen *et al.*, 2019). Para isso, é essencial que a linguagem contabilística seja acessível e que as equipas tenham capacitação técnica adequada (Matekele *et al.*, 2025). Também é importante a existência de controlos internos eficazes e tecnologias apropriadas, que ajudem a aumentar a transparência e a confiança da população nas entidades públicas (Jovanovića & Vašičekb, 2021; Thoa & Nhi, 2021). Por sua vez, a cultura organizacional, a liderança e os incentivos institucionais, também implicam a prática de *accountability* (Cepiku *et al.*, 2017).

Os órgãos públicos devem evidenciar um desempenho adequado, comprovando a eficiência económica e reforçando o grau de *accountability* da própria entidade pública. Uma gestão financeira com sucesso não corresponde apenas ao resultado de boas práticas técnicas, mas também a estruturas institucionais que favorecem uma cultura de *accountability*, e isto inclui a existência de mecanismos claros de monitorização, auditoria e responsabilização, que permitem não apenas controlar o desempenho, mas também aprender com experiências positivas (Cohen *et al.*, 2021). A *accountability*, nesse sentido, vai além da obrigação de reportar resultados: é entendida como uma ferramenta de aprendizagem e melhoria contínua, essencial para consolidar boas práticas, reforçar a confiança pública e garantir a sustentabilidade das finanças públicas.

Neste sentido, *accountability* é apresentada como uma força normativa e ética que limita e orienta as ações dos indivíduos dentro das organizações públicas, exigindo que estes prestem contas não apenas em termos legais, mas também morais e profissionais e as suas decisões são frequentemente moldadas por pressões internas, valores pessoais e responsabilidades institucionais, o que torna a *accountability* num processo dinâmico e multifacetado (Karatzimas & Miquela, 2019).

Desta forma, poder-se-á afirmar que a *accountability* vai além da simples conformidade, funcionando também como um mecanismo de legitimação das práticas públicas e de equilíbrio entre dever institucional e autonomia individual.

A Contabilidade Pública é um instrumento de natureza social, influenciando as relações entre o Estado, os cidadãos e as estruturas sociais, além de moldar a gestão de atividades e processos (Cohen *et al.*, 2019), pelo que, também constitui uma ferramenta essencial para a transparência, comparabilidade e responsabilidade dos governos, sendo utilizada como um instrumento eficiente de *accountability* (Teixeira & Martins, 2019). Na opinião de Costa *et al.* (2023), a Administração Pública deve seguir o princípio da responsabilidade, fundamentado em decisão, responsabilização, equidade e racionalidade:

- Decisão: aquele que reconhece e aceita responsabilidades, incorporando o conceito de discricionariedade;
- Responsabilização: métodos e procedimentos que definem os valores refletidos nas decisões administrativas;
- Equidade: é necessário um equilíbrio de interesses entre os atores;
- Racionalidade: optar pela melhor alternativa.

A elaboração do documento de prestação de contas é um procedimento da Contabilidade Pública, que fornece informações quantitativas para as tomadas de decisão. Em relação à responsabilização, o termo *accountability* é objeto subjacente da Contabilidade, que não se limita apenas ao desempenho passado, sendo aplicado no processo de planejar, orçar e de efetuar previsões. As IPSAS emitidas pelo *International Public Sector Accounting Board* (IPSASB) desempenham um papel fundamental. No contexto da União Europeia (UE), a harmonização do sector público entre os Estados-Membros adotaram as EPSAS, baseadas estas nas IPSAS, promovendo a harmonização contabilística no setor público. A *accountability* tornou-se parte essencial de documentos que impulsionaram o processo de convergência para as IPSAS, adotadas por vários países (Gomes *et al.*, 2023). Acrescente-se que, as IPSAS não constituem apenas uma reforma de natureza técnica no domínio da contabilidade, mas assumem igualmente um papel estratégico fundamental, enquanto instrumento orientado para a modernização da governação no setor público e para o reforço da responsabilidade orçamental (Maldonado *et al.*, 2025).

A informação financeira pode ser entendida como o conjunto de dados estruturados resultantes do processo contabilístico, cujo objetivo principal é apoiar a tomada de decisão dos diferentes

utilizadores, internos e externos às entidades. De acordo com Brunelli (2025), esta informação não se limita apenas ao registo de operações contabilísticas, ela também representa um instrumento essencial para assegurar a transparência, a responsabilização e a eficiência na gestão pública, fornecendo elementos que permitem avaliar a posição financeira, o desempenho e a sustentabilidade das entidades. Cumpre ainda referir, que a divulgação da informação financeira pelas entidades públicas pode ser traduzida como uma forma de transparência que contribui para fortalecer o Governo. Além disso, a disponibilização de dados financeiros mais detalhados pode aumentar a confiança na gestão pública, reforçando a credibilidade e a integridade das finanças do Estado, além de contribuir para uma administração mais eficiente dos recursos públicos. A este propósito, com base na análise do estudo de Kapardis *et al.* (2016), demonstra que a falta de transparência na divulgação de informações financeiras pode gerar desconfiança na população em relação aos governantes e *decision-makers*, e desta forma, favorecer a corrupção, o que, consequentemente, prejudica o crescimento económico.

Nos anos 90, a Contabilidade Pública portuguesa sofreu algumas alterações, impulsionadas estas pelos países vizinhos, principalmente pelos mais industrializados, terminando no mais recente sistema contabilístico, designado de SNC-AP, conforme já avançado. O SNC-AP destina-se, essencialmente, a permitir “o controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos públicos”, e possibilitar “informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão” e a “regularidade técnica na prestação de contas dos serviços e organismos na execução da contabilidade pública é assegurada pelo contabilista público” (Decreto-Lei n.º 192/2015, 2015).

## 1.2 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Em Portugal, com a crise financeira internacional, as pressões externas (*troika*) e a evolução do setor empresarial, tornou-se essencial adotar uma maior rigorosidade e uniformidade na Contabilidade Pública (Gomes *et al.*, 2019), pelo que, o sistema contabilístico público foi sujeito a uma nova reforma da Contabilidade Pública, em 2015, que resultou, entre outras medidas, na criação e respetiva implementação do SNC-AP, baseado nas IPSAS emitidas pelo IPASB. O SNC-AP, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, porém, na Administração Local, a sua aplicação foi prorrogada para 1 de janeiro de 2020.

A implementação do SNC-AP levou à revogação do POCP e dos seus planos setoriais, corrigindo a fragmentação e as irregularidades que estes apresentavam consoante o redigido no preâmbulo do SNC-AP “vem pôr fim a um período marcado pela vigência de um conjunto de normas dispersas, inconsistentes, fragmentadas e contraditórias, fundamentalmente a partir da entrada em vigor do SNC”. Dito de outro modo, o SNC-AP é caracterizado por ser um modelo mais abrangente e informativo que fornece informação no espetro orçamental e financeiro, e de acordo com Teixeira *et al.* (2018), pretende solucionar a fragmentação e as inconsistências existentes, e dotar as

Administrações Públicas de uma contabilidade orçamental e financeira mais eficiente permitindo a elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, possibilitando uma melhor análise da política orçamental, do planeamento financeiro e uma representação fidedigna e adequada das finanças públicas.

De acordo com o artigo 3.º do SNC-AP este é aplicado de forma obrigatória a *“todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da Segurança Social às entidades públicas reclassificadas”*. No artigo n.º 3 do SNC-AP cita *“sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o SNC-AP não é aplicável às empresas públicas reclassificadas com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado, exceto quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental.”*.

O artigo 5.º do mesmo documento estabelece que as entidades com menor risco orçamental e de menor dimensão podem usufruir de um regime simplificado, formalizado pela Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto. Neste âmbito, distinguem-se dois grupos de entidades públicas – pequenas entidades e microentidades – classificadas de acordo com a relevância da sua execução orçamental. Estas entidades ficam sujeitas a obrigações reduzidas no que diz respeito à contabilização e ao relato financeiro. O SNC-AP, compreende dois regimes: o regime geral para a generalidade das entidades públicas e o regime simplificado para as entidades de menor dimensão e risco orçamental.

### **1.2.1 Objetivos e Caracterização do SNC-AP**

Conforme previsto na lei, a implementação do SNC-AP tem como principais objetivos:

- Implementar a base do acréscimo na contabilidade de relato financeiro das Administrações Públicas articulando com a atual base de caixa modificada;
- Estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado com base no acréscimo;
- Fomentar a harmonização contabilística;
- Institucionalizar o Estado como entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada;
- Aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais;
- Contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade de relato orçamental e financeiro das administrações públicas.

O SNC-AP também tem como propósitos, a obtenção de informação mais variada e útil para a tomada de decisões, promover a transparência e melhorar a gestão dos recursos públicos, diminuindo assim o seu foco no controlo legal de acordo com os regulamentos orçamentais estipulados. Os sistemas contabilísticos tradicionais (base de caixa) foram complementados pelo subsistema contabilístico com base de acréscimo, alterando a forma e conteúdo dos relatórios

financeiros (Nogueira & Jorge, 2017). Resumidamente o SNC-AP assenta, essencialmente, nos seguintes pilares: a) na Estrutura Concetual (EC) que estabelece os princípios basilares subjacentes à construção das Normas de Contabilidade Pública; b) nas Normas de Contabilidade Pública, que contemplam os requisitos ao nível da contabilização das transações e outros acontecimentos, bem como divulgações necessárias; c) no Plano de Contas Multidimensional (PCM) que acomoda o relato orçamental, financeiro e estatístico; d) nos modelos de demonstrações orçamentais onde se aborda conhecimentos sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental da despesa e da receita e o desempenho (indicadores orçamentais); e, e) nos modelos das demonstrações financeiras que permite análises económico-financeiras das entidades públicas.

### 1.2.2 Subsistemas Contabilísticos

O SNC-AP é constituído por três subsistemas (artigo 4.º), a saber: o subsistema de contabilidade orçamental (controlar os créditos orçamentais, legalidade), o subsistema de contabilidade financeira (transparência da situação financeira das entidades); e, por último, o subsistema de contabilidade de gestão (estimar o custo das políticas públicas e fixação de taxas e preços). A integração dos vários subsistemas contabilísticos pelas entidades públicas tem como objetivos: controlar, medir e avaliar o desempenho, identificar os custos e facilitar o processo de tomada de decisão (Moerman *et al.*, 2023). A introdução do subsistema contabilístico com o regime do acréscimo, baseado nas IPSAS, tem como objetivo melhorar a gestão e a política de *accountability*, e possibilitar refletir todos os ativos e passivos, bem como os gastos e rendimentos (captando as consequências a longo prazo das decisões correntes), reconhecer os efeitos de transações sobre a posição financeira das entidades quando ocorrem, mensurar o desempenho, avaliar os custos relativos ao fornecimento de bens/serviços (ajuda a uma melhor afetação e gestão de recursos públicos) (Cohen & Karatzimas, 2017; Kuroki & Motokawa 2022; Nogueira & Jorge, 2011), e obter mais informações para comunicar decisões de financiamento e proporcionando ao governo uma visão a longo prazo.

De forma substancial, a informação proveniente da Contabilidade Financeira proporciona uma compreensão mais abrangente da situação financeira, bem como uma perspetiva estratégica mais consolidada sobre a sustentabilidade fiscal. Para além disso, contribui significativamente para o aprimoramento do processo de tomada de decisões, para uma prestação de contas mais rigorosa e para o alinhamento com as normas e padrões internacionais. O subsistema contabilístico orçamental tem como finalidade proporcionar um registo preciso e minucioso de todas as etapas (elaboração, execução, prestação de contas) do processo orçamental. Ainda sobre a contabilidade orçamental, o orçamento é uma ferramenta de gestão pública que assume características legais de aplicação, cumprimento e controlo, sendo um documento escrito e formal, aprovado pela Assembleia da República, que permite quantificar os planos de ação previstos, normalmente para o período de um ano, e pressupor objetivos sérios e tangíveis (Teixeira & Martins 2019), o que sucintamente se pode traduzir numa previsão de recursos e responsabilidades que asseguram os objetivos de uma organização (Zuca, 2016). Por sua vez, o subsistema contabilístico de gestão possibilita a avaliação dos resultados das atividades e projetos, contribuindo para a implementação

das políticas públicas e o alcance dos objetivos definidos, utilizando a base de acréscimo (Silva, 2023b).

Em síntese, os diferentes sistemas contabilísticos coexistem de forma complementar, na medida em que fornecem informações mais amplas e qualificadas, orientadas para satisfazer as necessidades dos seus diversos utilizadores. Estes sistemas disponibilizam conteúdos relevantes que sustentam uma avaliação mais racional e fundamentada da gestão, permitindo um acompanhamento contínuo e integrado da execução financeira e orçamental, bem como a monitorização sistemática do desempenho das entidades sob a sua responsabilidade (Amaro, 2023). A Tabela 1 caracteriza e ilustra os subsistemas do SNC-AP.

**Tabela 1:** Caracterização e subsistemas contabilísticos do SNC-AP.

<b>Contabilidade orçamental</b> Ponto 2 do artigo 4.º Classe 0 PCM Base Caixa	Visa permitir um registo detalhado de todo o processo orçamental.
<b>Contabilidade financeira</b> Ponto 3 do artigo 4.º Classe 1 a 8 PCM Base do Acréscimo	Permite registar os eventos que afetam os movimentos de caixa, posição e desempenho financeiros.
<b>Contabilidade de gestão</b> Ponto 4 do artigo 4.º O PCM não refere a classe Base do Acréscimo	Possibilita “avaliar os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos”.

Fonte: Elaboração própria.

### 1.3 Informação Financeira

Segundo Bleyen *et al.* (2015), Bonollo (2022) e Lewandowski (2019b), a NGP estabelece uma crescente pressão para o reconhecimento de todos os ativos, facilitando decisões que equilibram a utilização eficiente dos recursos com a responsabilização pública. Em Portugal, a NGP resultou de reformas para modernizar a Administração Pública, influenciadas por tendências internacionais de eficiência, responsabilidade e foco nos resultados (Nogueira & Jorge, 2015). Com efeito, ao longo do tempo, tornou-se essencial produzir informação financeira para diversos utilizadores, tanto no setor público como no setor privado. A contabilidade fornece informações “objetivas” e “imparciais” para apoiar a tomada de decisões no âmbito da gestão dos recursos (Moerman *et al.*, 2023) e também é uma ferramenta de controlo financeiro, económico, jurídico e social (Zuca, 2016). Mais adianta, Giacomini (2020) que a informação financeira está intrinsecamente ligada ao comportamento humano, pois é produzida e utilizada por pessoas, sendo o seu objetivo informar os gestores na tomada de decisão, considerando sempre a interação humana na sua análise e aplicação.

A informação financeira é produzida pela contabilidade, e é um instrumento essencial de apoio à gestão, crucial para qualquer organização, independentemente do seu setor ou tamanho, que assiste os gestores na tomada de decisão (Sobral, 2022). Dito de outro modo, segundo a IPSAS n.º

1, a informação financeira constitui um dos principais *outputs* da contabilidade, e a sua principal função é a de conceder um conjunto de elementos informativos sobre a posição financeira e os seus resultados, que, por sua vez, suportam o processo da tomada de decisão. Nesta decorrência, sublinhe-se, que é essencial que essa informação atenda a determinados requisitos qualitativos sendo alguns destes requisitos a comparabilidade, a fiabilidade, a relevância e a compreensibilidade (Rocha, 2021) que fazem com que essa informação tenha utilidade para os utilizadores das Demonstrações orçamentais e das Demonstrações financeiras e cumpra os objetivos do relato financeiro. De acordo com o §13-Anexo I, do SNC-AP *“Portugal, tal como muitos outros países, prepara dois tipos de informação financeira: na ótica das contas nacionais com o objetivo de análise macroeconómica e tomada de decisões, e demonstrações orçamentais e demonstrações financeiras com vista à tomada de decisões e à responsabilidade pela prestação de contas, a nível individual e consolidado”*.

A informação financeira é a que consta nos relatórios financeiros gerais elaborados pelas entidades, tanto no setor público como no setor privado, conforme as normas contabilísticas aplicadas em cada situação. Também se considera que essa informação é preparada e divulgada com o objetivo geral de ser útil a um público amplo de utilizadores, que normalmente a empregam para fins de prestação de contas assim como para a afetação eficiente de recursos públicos e também para apoiar na tomada de decisões políticas e sociais (Budding, 2025; Kapardis *et al.*, 2016; Jorge *et al.*, 2019). Acresce referir, que a produção de informação financeira é um processo através do qual os preparadores seguem as normas e práticas contabilísticas para criar informação destinada a satisfazer as exigências dos utilizadores (Ouda & Klischowski, 2019). Deste modo, é importante verificar quais as informações financeiras que os utilizadores necessitam e qual o papel que os produtores desempenham para fornecer este tipo de informação na medida que seja útil e que atenda às necessidades dos seus destinatários (Helden & Reichard, 2019).

Cumprindo, ainda, referir que existem diversos tipos de informação financeira, e a sua utilidade varia de acordo com os diferentes utilizadores que a utilizam (Soyinka *et al.*, 2017; Pires *et al.*, 2023). Neste sentido, a informação financeira deve servir de base para diversos tipos de decisão (operacionais, de investimento e financeiras) (Rotaru *et al.*, 2022), refletindo a sua versatilidade e importância na gestão e supervisão dos recursos públicos. Vejamos, pois o estudo de Gomes *et al.*, (2023), onde foi demonstrado que, embora a informação financeira seja considerada útil e relevante, a sua utilização por parte dos políticos permanece limitada, ou seja, a utilidade da informação financeira não conduz automaticamente à sua utilização e a perceção da sua utilidade é muito superior ao seu uso efetivo.

Nesta contextualização, a informação financeira desempenha um papel fundamental no processo de tomada de decisões, desde que seja percebida pelos seus utilizadores como fidedigna e autêntica (Steccolini *et al.*, 2019). A sua principal função consiste em servir de suporte a escolhas conscientes e devidamente fundamentadas, contribuindo para decisões mais assertivas no âmbito da gestão financeira (Cohen *et al.*, 2021). Ressalte-se, contudo que a ausência de informação

financeira completa ou fiável pode comprometer a eficácia das decisões tomadas, conduzindo, assim, a resultados menos eficientes e inadequados (Cepiku *et al.*, 2017).

Conforme o âmbito, o relato da informação financeira é essencial para as atividades dos técnicos, gestores e decisores políticos, para o apoio na tomada de decisão, para a melhoria do desempenho e da eficácia e para o reforço de *accountability*, proporcionando o sucesso das organizações no setor público (Barbieri *et al.*, 2025b; Lungo & Alves, 2013; Voss, 2019), e de acordo com o §21-Anexo I do SNC-AP “os objetivos do relato financeiro pelas entidades públicas são proporcionar informação sobre essas entidades que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos de **responsabilização pela prestação de contas e para tomada de decisões**”<sup>1</sup>. Assim concebido e nestas circunstâncias, o relato financeiro tem como fim prover à entidade pública informações úteis com características qualitativas e quantitativas (Sílvia *et al.*, 2023), sobre o passado, o presente e o futuro, incluindo dados financeiros e não financeiros (EC do SNC-AP, anexo às demonstrações financeiras ) aos utilizadores internos e externos, por meio de demonstrações financeiras, para apoiar a tomada de decisão, para efeitos da prestação de contas (Osadchy *et al.*, 2018; Soyinka *et al.*, 2017), promovendo uma gestão eficiente de ativos e recursos do setor público (Redmayne & Vasicek, 2023; Voss, 2019). Note-se que, “para ajudar os seus utilizadores a melhor entenderem, interpretar e contextualizar a informação apresentada pelas demonstrações financeiras, o relato financeiro também proporciona informação financeira e não financeira que complementa as demonstrações financeiras” (SNC-AP, Anexo I, §35).

Os relatórios financeiros incluem as demonstrações financeiras e informações complementares, que apresentam os recursos, as obrigações e os fluxos de caixa da entidade num determinado período, de modo que, uma entidade pública demonstra como obteve e utilizou os recursos para realizar as suas atividades em benefício da sociedade, aferindo deste modo que os relatórios financeiros constituem a principal fonte de informação para os utilizadores internos e externos, fornecendo os dados essenciais para avaliar o desempenho e a posição financeira das organizações (Efendi *et al.*, 2018; Vokshi & Krasniqi, 2017).

Atualmente, as demonstrações financeiras são das principais fontes de informação mais completa, objetiva e confiável de informação (Monteiro *et al.*, 2021), possibilitando a elaboração de indicadores de desempenho com composição, conteúdo e apresentação padronizados, o que facilita a aplicação de métodos uniformes para a leitura e análise da informação (Osadchy *et al.*, 2018; Zuca, 2016) , e que, resumidamente, segundo a EC, § 12 do SNC-AP, as Demonstrações financeiras são como que uma apresentação estruturada da posição e desempenho financeiros de uma organização relativas a um determinado período e devem fornecer dados úteis aos seus utentes para a tomada de decisão. A deteção de pontos positivos e negativos acerca de atividades operacionais e não operacionais, assim como, das potencialidades de uma organização, é possível através da análise das informações constantes nas Demonstrações financeiras (Rocha, 2021). As Demonstrações financeiras disponibilizam informações essenciais para avaliar o impacto de vários fatores em decisões anteriores ou futuras, como a necessidade de financiamento, fatores de risco, liquidez,

---

<sup>1</sup> Negrito e sublinhado nosso.

entre outros. Os relatos financeiros obtidos através das Demonstrações financeiras estão disponíveis para fins internos e também são relevantes para os seus *stakeholders* (Cepêda & Monteiro, 2019).

De realçar, ainda que os governos, nos seus diferentes níveis, divulgam relatórios que avaliam a necessidade e a sustentabilidade dos serviços públicos, os quais podem influenciar diretamente os orçamentos e a oferta de serviços no futuro, sendo essencial que utilizadores e financiadores considerem não só as demonstrações financeiras, mas também informações complementares, como análises da situação económica atual e projeções futuras, bem como políticas governamentais em curso. Neste contexto, as demonstrações orçamentais desempenham um papel crucial ao fornecer dados específicos sobre a execução e planeamento dos recursos públicos. Os documentos de relato orçamental estão associados à execução e monitorização de orçamentos, e segundo o §4-Anexo I do SNC-AP, “o *relato orçamental é o mecanismo que permite verificar o cumprimento da lei em termos de finanças públicas*”, fornecendo informações sobre a conformidade na obtenção e uso dos recursos, verificando se seguiram o orçamento legalmente aprovado e os requisitos legais, contratuais e limites financeiros estabelecidos.

### 1.3.1 Utilizadores da Informação Financeira

No contexto da Contabilidade Pública, os utilizadores da informação financeira constituem um conjunto diversificado de atores, entre os quais se destacam os cidadãos, os decisores políticos, os gestores públicos, as entidades de fiscalização e os organismos internacionais. Em regra, cada grupo tem necessidades e motivações distintas: os cidadãos procuram a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos; os políticos necessitam da informação para tomar decisões e justificar políticas públicas; já os gestores públicos usam os dados para planear, controlar e avaliar o desempenho das entidades; os credores e investidores focam-se na estabilidade financeira e capacidade de pagamento e os órgãos de fiscalização utilizam esta informação para verificar o cumprimento das obrigações fiscais e regulamentares por parte da entidade (Helden & Reichard, 2019; Redmayne & Vasicek, 2023; Rotaru *et al.*, 2022).

Genericamente, na maioria dos estudos existentes Aversano e Christiaens, (2014); Cepêda e Monteiro (2019); Dalwadi, (2020); Kapardis *et al.* (2016); Pajkovic *et al.* (2023), os utilizadores da informação financeira podem ser classificados como utilizadores internos e utilizadores externos e podem ser pessoas singulares ou coletivas, cujos se encontram exemplificados na Tabela 2.

**Tabela 2:** Utilizadores da informação financeira.

Utilizadores internos	Utilizadores externos
Direção da entidade	Acionistas, investidores
Vereadores e membros executivos	Órgãos legislativos
Gestores públicos	Fornecedores e clientes
Funcionários públicos	Advogados e auditores
Unidades estruturais	Sindicatos, bancos
	Estado, sociedade

Fonte: Elaboração própria.

Nesta continuidade, os **utilizadores internos** da informação financeira são pessoas ou grupos dentro de uma organização pública, que necessitam de acesso total e imediato da informação interna e externa para efetuar decisões a nível operacional, tático e estratégico (Dalwadi, 2020; Nogueira & Jorge, 2011). As suas necessidades de informação são atendidas, essencialmente através das demonstrações orçamentais e financeiras, preparadas estas com base na Contabilidade Orçamental e Financeira respetivamente, cujo acesso é ilimitado (Rocha, 2021).

Já no caso dos **utilizadores externos**, o seu interesse incide mais e de forma limitada sobre as informações relacionadas com as atividades e desempenho financeiro da entidade (Helden & Reichard, 2019).

De acordo com o SNC-AP, Anexo I, §2, as entidades públicas obtêm recursos de contribuintes, doadores e financiadores, aplicando-os na prestação de serviços aos cidadãos e o relato financeiro destina-se sobretudo a responder às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços, dos fornecedores de recursos e contribuintes, bem como dos seus representantes, incluindo o parlamento e outros órgãos deliberativos. Para além destes, também outros utilizadores, como autoridades estatísticas, analistas, órgãos de comunicação social, entidades reguladoras, de auditoria e fiscalização, podem recorrer à informação financeira para os seus próprios fins, embora não constituam o público-alvo principal do relato financeiro de finalidade geral (SNC-AP, Anexo I, §2). Em conclusão, independentemente de serem utilizadores internos ou externos, torna-se fulcral compreender as particularidades de cada grupo para garantir que a informação financeira no setor público seja relevante, acessível e útil (Costa *et al.*, 2023). Esta compreensão é essencial para promover uma governação mais eficiente, responsável e orientada para os resultados, assegurando que as decisões e a prestação de contas sejam adequadas às necessidades de todos os atores envolvidos (Haustein *et al.*, 2021).

### **1.3.2 Fatores que Influenciam a Utilidade da Informação Financeira**

Vários autores (Barbieri *et al.*, 2025b; Benfante *et al.*, 2025; Maldonado *et al.*, 2025) reconhecem que o principal objetivo do relato financeiro consiste em fornecer informações úteis sobre a posição financeira e o desempenho das entidades públicas, de forma a apoiar a tomada de decisões por parte de diversos utilizadores, tanto internos como externos. No entanto, a literatura evidencia que a perceção da utilidade atribuída a essa informação nem sempre se traduz na sua utilização efetiva. Helden (2016) e Pajkovic *et al.*, (2023), por exemplo, concluíram que os responsáveis políticos geralmente, consideraram as demonstrações financeiras como úteis, embora a sua utilização prática permaneça limitada. Esta diferença entre a perceção da utilidade e a sua utilização é igualmente assinalada por outros estudos, que sublinham que a utilidade da informação se relaciona com a sua capacidade de satisfazer as necessidades dos utilizadores, enquanto o conceito de utilização remete para a situação de quando essa informação é efetivamente aplicada na tomada de decisão e na resolução de problemas (Laureano & Jesus, 2014; Gomes *et al.*, 2023).

De acordo com o SNC-AP (SNC-AP, Anexo I, §45), para que a informação proveniente do relato financeiro permita o cumprimento dos seus objetivos e seja considerada útil perante os seus

utilizadores, é fundamental que possua determinadas características qualitativas. Estes atributos aplicam-se à totalidade da informação financeira e não financeira incluída no relato, abrangendo tanto a informação histórica como a prospetiva, bem como as respetivas notas explicativas, sendo os seguintes:

- Relevância – verifica-se quando as informações financeiras e não financeiras têm a capacidade de influenciar a tomada de decisões ou a responsabilização, ou seja, quando tem valor confirmativo, preditivo ou ambos;
- Fiabilidade – assegura que a informação represente fielmente os fenómenos económicos ou outros que pretende retratar. Para tal, a informação deve ser completa, neutra e isenta de erros materiais, refletindo a substância económica das transações, mesmo que esta não coincida com a sua forma legal. A omissão de informação pode comprometer a sua fiabilidade, tornando a informação falsa ou distorcida e, conseqüentemente, sem utilidade para os utilizadores;
- Compreensibilidade – permite que os utilizadores compreendam o significado das demonstrações financeiras. Para isso, a informação deve ser apresentada de forma clara, concisa e numa linguagem acessível, incluindo explicações e comentários relevantes. Parte-se do princípio de que, os utilizadores, com conhecimento adequado sobre as atividades da entidade pública e o seu contexto, analisam a informação com o devido cuidado;
- Oportunidade – refere-se à disponibilização da informação, de modo a garantir a sua utilidade para a responsabilização e a tomada de decisões. A disponibilidade antecipada aumenta o valor da informação, tornando-a mais útil na avaliação e apoio às decisões que necessitam de ser tomadas;
- Comparabilidade – permite aos utilizadores identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de dados. Não se aplica a um elemento isolado, mas sim à relação entre dois ou mais elementos da informação, facilitando análises consistentes ao longo do tempo ou entre entidades;
- Verificabilidade – assegura aos utilizadores que a informação representa os fenómenos económicos e outros a que se refere, permitindo que diferentes observadores cheguem a conclusões semelhantes, embora possam não estar de acordo em relação a alguns elementos. A verificabilidade não é absoluta, pois algumas informações são mais facilmente verificáveis do que outras. Quanto maior for o grau de verificabilidade da informação, maior será a sua fiabilidade.

Com efeito, a utilidade da informação financeira está, assim, intrinsecamente associada à sua qualidade, na forma em que quanto mais presentes estiverem estas características, maior será a sua utilidade, enquanto a sua ausência, conseqüentemente, compromete essa mesma utilidade (Lewandowski, 2019a; Rocha, 2021; Silva *et al.*, 2023). À semelhança do que defendem autores como Asyik *et al.* (2023); Cohen e Karatzimas (2017); Razafiarivony e Janeta (2022), a qualidade da informação e a adequada compreensão dos diferentes subsistemas contabilísticos exercem uma

influência direta e positiva na utilidade da informação apresentada no relato financeiro. Conforme destacado por Doval (2019), Nogueira e Jorge (2014), a qualidade da informação orçamental e financeira é um fator determinante para que os seus utilizadores a considerem útil no processo de tomada de decisão, na medida em que contribui para reduzir as incertezas, aumentar a confiança nos dados disponíveis e promover escolhas mais eficazes e fundamentadas.

Os resultados obtidos por Monteiro *et al.* (2021), esclarecem que a qualidade do relato financeiro é diretamente influenciada pela eficácia do sistema de controlo interno e pela qualidade do sistema de informação contabilística. Constatou-se, igualmente, que o relato financeiro de elevada qualidade pode funcionar como uma variável preditiva da utilidade da informação financeira, na medida em que desempenha um papel mediador na relação entre os sistemas de informação e a utilidade dessa informação. A investigação sublinha, assim, a relevância de controlos internos eficazes e de sistemas de informação contabilísticos adequados (Cohen & Karatzimas, 2017) como fatores determinantes para a promoção da qualidade do relato financeiro e, conseqüentemente, para o aumento da utilidade da informação financeira no setor público (Thoa & Nhi, 2021). Este ponto corrobora a literatura anterior que aponta a qualidade da informação financeira como um fator determinante para a sua utilidade (Asyik *et al.*, 2023; Cepêda, 2017). Poder-se-á, ainda, aludir, que *“Uma omissão de informação pode fazer com que a representação de um fenómeno económico ou outro possa ser falsa ou distorcida e, portanto, sem utilidade para os utilizadores das demonstrações financeiras”* (SNC-AP, Anexo I, §54). Ressalve-se, contudo, que mesmo que o relato financeiro seja de excelente qualidade, pode não ter a devida utilidade para uma decisão eficaz se o responsável pela decisão não conseguir entender a informação apresentada, adiantando que a qualidade da informação financeira e o nível de conhecimento dos decisores são fatores essenciais para o processo de tomada de decisão (Razafiarivony & Janeta, 2022).

Do que hoje sabemos, a modernização da Administração Pública, impulsionada pelos princípios da NGP, levou à adoção de novas estratégias organizacionais focadas no desempenho e na responsabilização (Silva, 2023b). Neste contexto, a Teoria Contingencial e a Teoria Institucional ajudam a compreender como fatores internos e externos influenciam as mudanças nas práticas de gestão e desempenham um papel determinante na forma como a informação financeira é produzida, tratada e utilizada (Pires *et al.*, 2023; Rocha, 2021). A sua influência pode manifestar-se de forma positiva, promovendo práticas mais transparentes e eficazes, ou negativamente, limitando o acesso a informação útil e comprometendo a sua adequação às necessidades dos decisores. Compartilhamos assim, a opinião dos autores Sílvia *et al.*, (2023) e Sobral (2022), no que concerne à relação entre os fatores e a utilidade, verificando que os fatores internos da organização, como resistência à mudança, excesso de trabalho e complexidade da informação, e os fatores externos organizacionais, como pressões políticas e questões nacionais condicionam a utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão.

No que respeita à Teoria Contingencial, esta permite obter explicações a partir de uma perspetiva técnica e, por conseguinte, é considerada como uma abordagem funcionalista (Beuren & Fiirst, 2021). Esta teoria analisa a adequação da estrutura organizacional e a sua capacidade de

adaptação em relação às contingências, possibilitando assim, a compreensão de qual a estrutura organizacional mais adequada para uma determinada organização (Krudycz *et al.*, 2023; Novaes *et al.*, 2020). Neste sentido, a Teoria Contingencial demonstra que não há um modelo único de administração para todas as organizações, pois cada uma está interligada com o seu ambiente externo (Martins *et al.*, 2022). Atendendo a Beuren e Fiirst (2021), Chenhall (2007), Novaes *et al.*, (2020) e Sell *et al.*, (2020), observando a organização como um sistema aberto, este estabelece interações constantes com o ambiente externo e com outros elementos contingenciais tais como a tecnologia, a estrutura e a dimensão. Estes fatores contingenciais são definidos por variáveis que influenciam as decisões e impactam a configuração organizacional no setor privado e também no setor público.

No âmbito da Teoria Institucional, sob uma perspetiva racionalista, propõe que as práticas da gestão pública são influenciadas não só pelos fatores económicos, políticos e culturais, mas também pelas expectativas da sociedade e pela necessidade de legitimidade institucional (Saliterer & Korac, 2014; Santos & Gonçalves, 2025), analisando também como esses mesmos fatores moldam a compreensão de conceitos como “indivíduo”, “ação social”, “Estado” e “sociedade”, atribuindo a esses termos significados distintos conforme o contexto em que estão inseridos (Nogueira & Jorge, 2014), aferindo deste modo, que os seres humanos são moldados pelas circunstâncias, assim como as circunstâncias são moldadas pelos indivíduos (Vailatti *et al.*, 2017). Na consideração de Choi e Woo, (2021), George *et al.* (2020) e Liszbinski *et al.* (2014), a Teoria Institucional analisa a maneira de como as instituições (regras, regulamentos, expectativas, pressões) são modeladas pelos fatores externos e como afetam o comportamento organizacional na procura de legitimidade, destacando que, muitas vezes, o foco incide mais na produção de documentos do que numa gestão efetiva e na obtenção de resultados (Brusca *et al.*, 2017; Soeiro & Wanderley, 2019).

A teoria reforça que o comportamento organizacional não é guiado apenas pela racionalidade, mas também pelas normas e pressões sociais (Sellami & Gafsi, 2019), sendo moldado por princípios, valores e pelos campos institucionais em que se insere. Um exemplo disso é observado nas administrações municipais alemãs, onde convivem práticas contabilísticas modernas e antigas lógicas burocráticas, ambas institucionalizadas nas rotinas organizacionais (Nitzl *et al.*, 2020). A este propósito, o estudo de Matekele *et al.* (2025), refere que a qualidade dos relatórios financeiros serve como um mecanismo para fortalecer *accountability*, alinhando-se com a perspetiva institucional de que práticas legitimadas socialmente são adotadas para manter ou aumentar a legitimidade organizacional. Segundo a revisão sistemática de Bonollo (2022), a adoção da contabilidade em regime do acréscimo funcionou mais como um meio para obter legitimidade por parte de uma organização do que propriamente no sentido de melhorar as práticas já existentes, e também afirma, que a resistência à mudança é a principal consequência negativa no funcionamento das organizações públicas. Isto deve-se, comumente, à dificuldade de transformar a cultura organizacional, a qual necessita de evoluir de uma orientação centrada no cumprimento de normas e procedimentos formais para uma abordagem mais voltada para os resultados e práticas (Saliterer & Korac, 2013). Já os autores Jovanovića e Vašičekb (2021), apontam que a capacidade institucional em termos de recursos humanos, tecnológicos e administrativos desempenha um papel

crucial para a utilidade das informações, na medida em que as instituições com infraestruturas sólidas, com profissionais bem preparados e sistemas de tecnologias da informação eficientes proporcionam uma maior utilidade da informação financeira.

Em regra, as organizações, quando submetidas a pressões relacionadas com o mesmo ambiente institucional (ambiente externo), tendem a tornar-se idênticas quanto à sua estrutura e processos (similaridade organizacional) (Choi & Woo, 2021; George *et al.*, 2020). Este fenómeno de uniformidade é denominado de isomorfismo, que ocorre quando as organizações adotam práticas e padrões semelhantes para se adaptar, obter legitimidade (similaridade de princípios institucionais) e/ou enfrentar pressões externas (DiMaggio & Powell, 2005; Silva, 2023a). O isomorfismo pode ser considerado como um mecanismo de mudança institucional e o estudo da sua aplicação permite analisar as questões das mudanças das organizações (Marco *et al.*, 2021).

Com efeito a investigação de Nogueira e Jorge (2014), efetuada aos municípios portugueses, aos decisores internos (políticos e técnicos), verificaram que as diferentes características institucionais e individuais afetam a forma como a informação financeira é valorizada no processo de tomada de decisão, constatando também que, os técnicos demonstraram uma maior valorização da informação financeira em comparação aos decisores políticos, e a formação específica em contabilidade/finanças públicas está associada a uma perceção mais positiva da utilidade do relato financeiro.

Nesta continuidade, Ouda e Klischewski (2019) referem que, a que utilidade da informação financeira é modelada pela relação entre os preparadores e os utilizadores da informação, e o seu grau de utilidade depende de como a informação financeira é percebida e compreendida, além de como é utilizada para alinhar os interesses e decisões dos diferentes atores envolvidos. O estudo destes autores, também aponta que a utilidade da informação não é apenas uma questão técnica ou de precisão dos dados, sendo influenciada por fatores como os contextos políticos, institucionais e operacionais. Acresce referir, que este estudo propõe a teoria de *usefulness* que reconhece a informação contabilística como um recurso que sustenta processos de responsabilização e de tomada de decisões informadas; a teoria da utilidade está associada às escolhas individuais, partindo do princípio de que cada indivíduo atribui um valor numérico ao grau de satisfação ou benefício que espera obter das suas preferências (Monteiro *et al.*, 2021). Em termos muito genéricos, a utilidade da informação oscila consoante quem a utiliza, quando e como é usada (Nogueira & Jorge, 2014).

Neste seguimento, Cepêda (2017) aponta que a utilidade da informação financeira é significativamente influenciada pelas características individuais dos utilizadores internos. Especificamente, os utilizadores internos com habilitações académicas superiores, maior experiência profissional e melhor *performance* tendem a atribuir mais utilidade à informação financeira para o apoio no processo de tomada de decisão (Cepêda & Monteiro, 2019). Isto nota a importância de que, a existência de uma harmonização da informação contabilística constitui um elemento crucial, contudo torna-se essencial promover apoio contínuo e formação adequada, de modo a garantir a sua correta aplicação e maximizar a utilidade da informação produzida (Benfante

*et al.*, 2025). Contrariamente, Nogueira e Jorge (2015), através da sua investigação, efetuada em Portugal, especificamente no município de Bragança, com base em questionários aplicados aos utilizadores internos da informação financeira, observaram que a experiência profissional e a área de formação dos decisores não apresentaram uma correlação estatisticamente significativa com a perceção de utilidade, concluindo que a utilidade da informação pode estar mais relacionada com o contexto organizacional e com a forma como a informação é apresentada.

Por sua vez, Lewandowski (2019a) e Sell *et al.* (2020), demonstram que a utilidade da informação financeira nos processos decisórios das Administrações Locais não depende só da qualidade técnica, encontrando-se deveras condicionada por fatores organizacionais. Entre esses fatores, destacam-se a cultura organizacional orientada para os resultados, a capacidade técnica dos gestores e a liderança interna, evidenciando que, embora a informação seja de qualidade, ela só se torna efetivamente útil quando existe uma estrutura organizacional que favoreça a sua interpretação, integração e aplicação no processo de decisão pública. A este propósito, Cohen *et al.* (2019), aponta que a contabilidade baseada na base do acréscimo apresenta utilidade limitada na prática, devido a fatores como a divergência entre normas e aplicação, barreiras culturais, resistência dos governos, complexidade da informação e das organizações, e à dificuldade em promover mudanças organizacionais. Conclusões similares foram obtidas por Grossi *et al.* (2016), que, apesar do reconhecimento teórico da importância da informação financeira para a tomada de decisão, a sua utilidade é frequentemente limitada, afirmando que a utilidade efetiva da informação depende, de fatores contextuais, como a cultura organizacional, o nível de formação dos utilizadores e o alinhamento entre os indicadores fornecidos e as necessidades específicas dos decisores.

Entendemos, também que existem três principais fatores que influenciam a utilidade da informação. De acordo com Nitzl *et al.* (2020), em primeiro lugar, as pressões externas e institucionais, que incluem o isomorfismo coercivo, mimético e normativo, refletem-se nas influências dos governos internacionais e das organizações profissionais e também na tensão entre as normas internacionais IPSAS e as normas nacionais. Em segundo lugar, o contexto organizacional e o apoio, que envolvem a cultura da gestão, o compromisso político, o suporte da liderança, os sistemas de informação e a formação, bem como a dimensão e a adequação da informação às necessidades dos utilizadores (Brito *et al.*, 2021; Pires *et al.*, 2018). Por fim, os fatores individuais associados às características pessoais dos utilizadores, como atitudes, perceções, posição hierárquica, idade, experiência e conhecimento do sistema contabilístico, também desempenham um papel importante (Bogt, 2018; Hyndman, 2016). Poderá dizer-se, também que a utilidade da informação está diretamente associada à sua adequação com as necessidades específicas dos utilizadores (Nogueira & Jorge, 2011). Os diversos grupos de utilizadores têm necessidades informativas distintas, que variam desde os dados analíticos e detalhados para fins de gestão interna, até à disponibilização de informação clara, compreensível e transparente dirigida ao público em geral e aos *stakeholders*.

A adequação da informação é avaliada pela sua capacidade de ser considerada útil para apoiar decisões, quer em contextos operacionais, quer no âmbito da formulação de políticas económicas e financeiras (Jorge *et al.*, 2019). Assim, a informação financeira apenas adquire utilidade se for

capaz de influenciar, de forma significativa, os processos de decisão e de avaliação económica por parte dos seus utilizadores (Silva *et al.*, 2023), pelo que, para melhorar a utilidade da informação, incluindo a satisfação dos utilizadores e o seu valor prático, é fundamental alinhar o relato financeiro às suas expectativas e diversificar o conteúdo conforme os diferentes perfis de utilizadores (Kapardis *et al.*, 2016). À semelhança de Helden (2016), referindo que a utilidade da informação também é assumida como sendo impulsionada pelas necessidades do utilizador, e que estas, por sua vez, são determinadas por questões como problemas a serem resolvidos e desafios a serem enfrentados. Mais adianta Giacomini (2020), Gomes *et al.* (2023) e Nogueira e Jorge (2011), aludindo que a informação financeira, e especialmente a orçamental, assumem particular relevância, na medida em que permite monitorizar o grau de cumprimento dos objetivos políticos e operacionais e também avaliar a eficiência da utilização dos recursos públicos. De certa forma, a informação orçamental proveniente da contabilidade na base de caixa apresenta menor complexidade em comparação com a informação financeira fundamentada na contabilidade em regime de acréscimo, uma vez que os fluxos de caixa são mais simples de acompanhar (Brusca *et al.*, 2017; Cohen *et al.*, 2019).

Conforme expressado por um dos entrevistados na investigação de Jorge *et al.* (2019), ao parlamento português, baseada em entrevistas aos deputados e assessores técnicos, utilizando o método qualitativo e interpretativo, relativamente à informação orçamental, “[...] esta informação é mais útil, porque é a que nós conhecemos melhor” (Entrevistado MP2). No entanto, outro entrevistado ressalta que “[...] uma não é melhor que a outra, elas avaliam coisas diferentes” (Entrevistado MP4), destacando que ambas as abordagens, quer a financeira, quer a orçamental, possuem finalidades e utilidades distintas. O que nos parece, agora, decisivo é que, a informação orçamental é, em geral, percecionada como mais útil pelos utilizadores internos, reforçando a sua centralidade no processo de tomada de decisão no setor público.

Na perspetiva dos decisores políticos, Pajkovi *et al.* (2023), na realidade da Croácia, os relatórios de execução orçamental são os mais úteis para os decisores políticos, uma vez que estão diretamente ligados às suas responsabilidades legais definidas pelo parlamento. Esta perceção reforça a importância da responsabilização financeira, centrada no cumprimento e gestão do orçamento; as demonstrações financeiras, por sua vez, são reconhecidas como uma fonte de informação secundária, com menor relevância para os políticos, dado que, geralmente, não estão diretamente associadas às suas obrigações de prestação de contas (Barbieri *et al.*, 2025b).

À semelhança, o estudo comparativo entre o município de Portugal e de Itália, realizado por Brunelli *et al.* (2025), revela que a informação orçamental é frequentemente mais valorizada do que a financeira, dado o seu alinhamento direto com o ciclo político e a responsabilidade na execução das políticas públicas. Esta realidade evidencia a necessidade de adequar os sistemas de informação financeira às necessidades reais dos utilizadores, garantindo a sua utilidade efetiva no processo de decisão pública. Admitimos, pois que a utilidade da informação depende do quanto ela está alinhada às necessidades específicas dos utilizadores no setor público (Aversano & Christiaens, 2014).

Ainda no contexto local, Cohen e Karatzimas (2017) e Efendi *et al.* (2018), reforçam a importância da utilidade da contabilidade na base de acréscimo, uma vez que as demonstrações financeiras oferecem diversas vantagens, entre as quais se destacam: o reforço da eficiência e eficácia da gestão financeira, o aumento da transparência e da responsabilidade, a melhoria do desempenho e da respetiva avaliação, bem como da supervisão interna. No entanto, Bonollo (2022), numa revisão sistemática da literatura, alerta que a adoção da contabilidade em regime do exercício no setor público, quando realizada sem a devida capacitação técnica e adaptação institucional, pode gerar efeitos negativos significativos, comprometendo a utilidade da informação e os resultados esperados em termos de transparência e responsabilização.

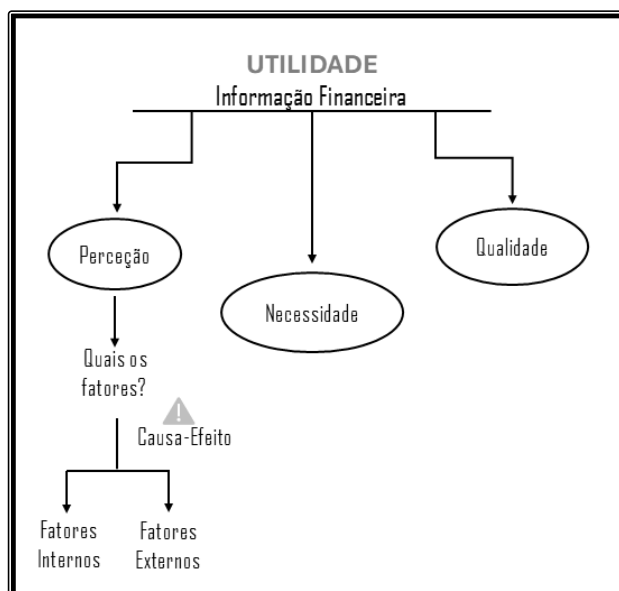
Destaca-se ainda, neste âmbito, a investigação de Nogueira e Jorge (2015), que aprofunda a análise das necessidades de informação dos utilizadores do relato financeiro municipal, bem como a perceção da sua utilidade. Através de um inquérito dirigido aos responsáveis políticos e técnicos dos municípios portugueses, os autores concluíram que, de forma geral, as demonstrações financeiras, tal como estruturadas atualmente, são consideradas muito úteis no apoio à tomada de decisões (Andriani *et al.*, 2010).

Reclamamos, pois a existência de uma dualidade entre a adoção da Contabilidade Orçamental e da Contabilidade Financeira no setor público, pelo que, de acordo com Helden e Reichard (2019), os profissionais como auditores e controladores tendencialmente preferem o subsistema *accrual accounting* por esta oferecer uma visão mais abrangente e economicamente significativa da situação financeira das entidades públicas, capturando não apenas os fluxos de caixa, mas também as obrigações futuras e direitos adquiridos. Esta abordagem é vista como mais útil para avaliações de sustentabilidade fiscal e para promover *accountability* a longo prazo. Por outro lado, outros grupos de interesse, tais como decisores políticos e gestores operacionais, podem valorizar mais a contabilidade de caixa pela sua simplicidade e clareza imediata na gestão orçamental. Tal contraste evidencia que a utilidade da informação financeira no contexto do setor público é relativa, dependendo das necessidades particulares de cada tipo de utilizador (Cohen *et al.*, 2019; Sobral, 2022).

Um outro aspeto que merece destaque é o controlo interno como fator potenciador da utilidade da informação financeira, sendo notado segundo Nogueira e Jorge (2017) que o controlo interno, no âmbito da Administração Local, constitui um instrumento fundamental para assegurar o cumprimento das normas e da qualidade e fiabilidade do relato financeiro e orçamental. O seu adequado funcionamento permite a produção de indicadores credíveis sobre a situação financeira das entidades públicas, reforçando, assim, a utilidade da informação financeira e orçamental no apoio ao processo de tomada de decisão. De forma complementar, Pangaribuan *et al.* (2023) realizaram um estudo na Indonésia com o objetivo de analisar os fatores que influenciam a qualidade das demonstrações financeiras no setor público. A investigação utilizou uma abordagem quantitativa, com dados recolhidos através de questionários aplicados a 197 funcionários. Os resultados demonstraram que a aplicação das normas contabilísticas e a eficácia do sistema de controlo interno têm um impacto positivo e significativo sobre a qualidade da informação financeira,

umentando assim, a utilidade da informação financeira para os utilizadores. Cumpre, ainda, referir, que a existência de sistemas de auditoria robustos, especificamente, a implementação das Normas Internacionais de Auditoria, articulados com as IPSAS, contribui significativamente para uma melhor perceção da utilidade dos relatórios financeiros, valorizando desta forma o papel desempenhado pelo sistema de controlo externo na promoção da transparência e da responsabilização no setor público (Maldonato *et al.*, 2025).

Em resumo, a utilidade da informação financeira apoia-se em três pilares fundamentais: a perceção, que abrange as condições institucionais e organizacionais que podem facilitar ou dificultar esta compreensão; a qualidade da informação, representada pelos seus atributos qualitativos; e a adequação às necessidades específicas dos diversos utilizadores. Reconhecer e alinhar estes pontos é fundamental para assegurar que a informação financeira cumpra o seu propósito de suporte à decisão e à responsabilização no setor público. Face ao exposto, a Figura 1 representa um esquema que sintetiza os principais fatores que influenciam a utilidade da informação do relato financeiro para a tomada de decisão.



**Figura 1:** Utilidade da Informação Financeira.  
Fonte: Elaboração própria.

### 1.3.3 A Informação Financeira e a sua Relevância para a Tomada de Decisão

As reformas na Contabilidade Pública têm-se traduzido, a nível internacional, na implementação generalizada de importantes alterações ao nível dos vários subsistemas contabilísticos. Estas mudanças têm como objetivos, prover informações mais diversificadas e úteis, de formar a apoiar melhor o processo de tomada de decisão, sejam estes relacionados com a afetação de recursos, decisões de natureza política, económica, operacional, social ou outra (Nogueira & Jorge, 2011), promover *accountability* e melhorar a gestão dos recursos públicos (Nogueira & Jorge, 2017; Zuca, 2016). Com isto, procura-se ir além da tradicional ênfase na prestação de contas e no cumprimento estrito das normas orçamentais, focando-se mais na eficiência e eficácia da gestão dos fundos públicos (Nogueira & Jorge, 2015).

A responsabilização considera o direito de os cidadãos terem acesso à informação financeira das entidades públicas, e, deste modo, quando essa informação é divulgada de forma adequada, transparente e acessível, os cidadãos podem avaliar melhor as responsabilidades dos políticos e funcionários públicos, especialmente no que diz respeito à utilização e afetação dos recursos públicos (Jorge *et al.*, 2019). A tomada de decisão é um processo complexo que envolve riscos, análises de custo-benefício, contextos específicos e características individuais dos decisores (Monteiro *et al.*, 2021), sendo um processo crucial para os indivíduos e para as entidades. É caracterizado por ser um pensamento lógico dentro do ambiente organizacional, executado por uma pessoa com poder legítimo para a tomada de decisão que, com a ajuda de indivíduos dotados de capacidade e competência respetiva, procura compor, gerir, implementar e controlar uma determinada decisão (Cepêda, 2017). Para que a decisão seja adequadamente fundamentada, pressupõe a seleção e implementação de estratégias argumentativas, a identificação e análise crítica de problemas públicos, bem como o tratamento e mobilização da informação financeira considerada útil, culminando na decisão e posicionamento dos atores envolvidos (Jorge *et al.*, 2023). As decisões são condicionadas pela disponibilidade de recursos financeiros, mas também sofrem uma influência significativa pela qualidade, forma e tipo da informação financeira disponibilizada (Boghean, 2019).

Deste modo, corroboramos a perspetiva de Helden (2016), ao reconhecer que o processo de tomada de decisão é frequentemente condicionado por uma multiplicidade de fatores. O referido estudo destaca, ainda, que elementos como interesses políticos, ideológicos e eleitorais influenciam significativamente esse processo, e embora a informação financeira possa ser útil, o seu impacto no processo decisório tende a ser limitado pela predominância dos fatores mencionados. À semelhança de Haustein *et al.* (2021), que define a falta de clareza na apresentação da informação financeira, a ausência de capacitação adequada dos utilizadores, e a diversidade das práticas de *governance* como fatores que dificultam a utilização eficaz dos dados financeiros pelos seus utilizadores, influenciando negativamente a sua capacidade para tomar decisões informadas e eficazes para a gestão pública local. Adicionalmente, Voss (2019) enfatiza que a forma como a informação financeira é comunicada constitui um fator determinante na formação de perceções, na orientação de atitudes e, em última instância, na tomada de decisão por parte dos utilizadores.

A este propósito, a disponibilização oportuna da informação financeira está diretamente ligada à sua utilidade nas demonstrações financeiras, e quanto mais cedo os utilizadores usufruírem das informações relevantes, maior será o valor que poderão extrair delas para a tomada de decisão (Razafiarivony & Janeta, 2022). Assim sendo, as demonstrações financeiras devem ser de qualidade, pelo que, conforme salientam Brunelli *et al.* (2025), as demonstrações financeiras incompletas, desatualizadas e irrelevantes conduzem a que os decisores desconsiderem a informação contida nas mesmas, o que pode comprometer os objetivos do relato financeiro.

Admitimos, pois que, os utentes da informação financeira necessitam destas informações atualizadas, completas e adequadas, de modo que a tomada de decisão seja apropriada, e desta forma, o conteúdo da informação do relato financeiro deve ser útil, de forma a reduzir a incerteza na

tomada de decisão, assim como torná-la mais confiável (Boghean, 2019; Monteiro *et al.* 2021; Pangaribuan *et al.* 2023). Nesta linha de pensamento, Razafiarivony e Janeta (2022), no seu estudo aplicado à realidade da Libéria, concluíram que a qualidade das demonstrações financeiras, em conjugação com o conhecimento prévio dos utilizadores, exerce uma influência positiva sobre o processo de tomada de decisão. Salientam, ainda, que somente o relato financeiro que colige o rigor técnico com uma apresentação adequada às necessidades específicas dos utilizadores é que tem a capacidade para assegurar a plena concretização do seu potencial enquanto instrumento de suporte à decisão. Neste sentido, sublinham a importância de uma abordagem comunicacional da Contabilidade Financeira, que vá além da conformidade normativa, integrando a utilidade prática da informação como elemento central na elaboração dos documentos do relato financeiro, pelo que, uma maior qualidade da informação traduz-se numa maior confiança e utilidade percebida, sobretudo quando há clareza na apresentação e correspondência com as necessidades dos utilizadores (Cohen & Karatzimas, 2017; Vokshi & Krasniqi, 2017).

De acordo com Bonollo (2022), Jorge *et al.* (2019) e Jorge *et al.* (2023), os decisores políticos são os principais gestores e decisores no setor público, para quem os relatórios contabilísticos anuais são essenciais como ferramenta da prestação de contas, contudo, a informação provida pela Contabilidade Financeira frequentemente não atende às suas necessidades, para além de existirem dificuldades por parte destes na compreensão dos dados da contabilidade em regime do acréscimo, o que leva a uma menor utilização dessa informação na tomada de decisões, preferindo, em vez disso, confiar na informação de natureza orçamental, que é mais fácil de entender. Assim, os decisores tendem a demonstrar satisfação com o processo de tomada de decisão quando os objetivos previamente definidos são efetivamente alcançados, e após a sua deliberação, torna-se fundamental que os intervenientes mantenham um elevado grau de compromisso com a implementação da decisão tomada, na medida em que, quanto maior for esse nível de compromisso, maiores serão as probabilidades de uma execução bem-sucedida e eficaz das medidas acordadas (Razafiarivony & Janeta, 2022).

Nesta sequência, no setor público, os responsáveis técnicos e os líderes políticos precisam, em diferentes momentos, de informações provenientes do relato financeiro para tomar decisões políticas, realizar projeções futuras, apresentar relatórios de execução a órgãos internos e externos, executar o controlo político e técnico e, por fim, elaborar relatórios e prestações de contas. Em síntese, no contexto do setor público, a informação financeira assume uma função que ultrapassa a mera representação da situação económica e patrimonial das entidades. Os contributos analisados apontam, de forma consistente, que essa informação constitui um instrumento fundamental para a racionalidade das decisões públicas, ao apoiar a formulação de políticas, a afetação eficiente dos recursos e a avaliação do desempenho institucional. Para além disso, exerce um papel crucial na legitimação das decisões políticas e no reforço de *accountability*.

## **2. Metodologia de Investigação**

### **2.1 Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação**

A presente investigação, tem como objetivo principal analisar a relação entre os diversos fatores (internos e externos) e a utilidade do relato financeiro no apoio ao processo de tomada de decisão no contexto da Administração Local portuguesa, designadamente a nível municipal. Neste contexto, definem-se como objetivos específicos do estudo os seguintes:

Obj<sub>1</sub>. Analisar de que modo a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras influencia a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos para a tomada de decisão.

Obj<sub>2</sub>. Analisar em que medida os fatores internos (ex.: recursos informáticos, adequação da informação, formação, aspetos legais e fiscais) influenciam a utilidade do relato financeiro.

Obj<sub>3</sub>. Verificar o impacto dos fatores externos (ex.: pressão de organismos de controlo, questões políticas) na utilidade atribuída à informação financeira.

Obj4. Comparar a utilidade atribuída às Demonstrações Financeiras *versus* Demonstrações Orçamentais no processo decisório.

Obj5. Verificar a relação entre a utilidade atribuída às Demonstrações Orçamentais e Financeiras, com a importância atribuída à informação financeira nos diferentes tipos de decisão (origem, afetação e uso de recursos e desempenho financeiro).

Obj6. Relacionar a utilidade atribuída às Demonstrações Financeiras com o grau de importância atribuída à informação do relato financeiro nos diferentes tipos de decisão (responsabilização da prestação de contas, avaliação da eficácia e eficiência, endividamento, impostos a aplicar e preços e taxas).

Obj7. Identificar os principais atributos da informação financeira que são considerados mais importantes para a tomada de decisão.

Tendo por referência os objetivos específicos anteriormente enunciados, são formuladas as seguintes hipóteses de investigação, considerando o enquadramento teórico:

H1: Existe uma relação entre a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos que integram as Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.

H2: Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores internos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.

H3: Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores externos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.

H4: Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.

H5: Existe uma relação entre a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município, a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais.

H6: Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município.

H7: Existem diferenças no grau de utilidade dos contabilísticos Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão em função dos atributos qualitativos da informação.

A Tabela 3 apresenta de forma sintetizada os objetivos estabelecidos, relacionando-os com as questões de investigação presentes no instrumento de recolha de dados (Anexo B) e com as hipóteses de investigação correspondentes.

**Tabela 3:** Síntese das hipóteses de investigação formuladas

(continua)

Objetivos	Questões	Hipóteses de investigação (HI)	Resultado esperado	Autores
Obj <sub>1</sub> . Analisar de que modo a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras influencia a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos para a tomada de decisão.	<b>Q1</b> - De que forma a compreensão influencia a percepção da utilidade da informação financeira no processo decisório?	<b>HI<sub>1</sub></b> : Existe uma relação entre a <b>facilidade de compreensão</b> das Demonstrações Financeiras e a <b>utilidade atribuída aos documentos contabilísticos que integram as Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão.	Correlação esperada	Asyik <i>et al.</i> (2023); Cohen & Karatzimas (2017); Ouda & Klischewski (2019); Razafiarivony & Janeta (2022)
Obj <sub>2</sub> . Avaliar o impacto dos fatores internos que condicionam a utilidade do relato financeiro na utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	<b>Q2</b> - Os fatores internos modificam o grau de utilidade da informação financeira?	<b>HI<sub>2</sub></b> : Existe uma relação entre o grau de influência dos <b>fatores internos</b> que condicionam a utilidade do relato financeiro e a <b>utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão.	Correlação esperada	Cepêda (2017); Giacomini (2020); Gomes <i>et al.</i> (2023); Grossi <i>et al.</i> (2016); Jovanović & Vašiček (2021); Nogueira & Jorge, (2014, 2015); Sell <i>et al.</i> (2020); Sobral (2022)
Obj <sub>3</sub> . Examinar a influência dos fatores externos que condicionam a utilidade do relato financeiro na utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	<b>Q3</b> - Os fatores externos influenciam o grau de utilidade da informação financeira?	<b>HI<sub>3</sub></b> : Existe uma relação entre o grau de influência dos <b>fatores externos</b> que condicionam a utilidade do relato financeiro e a <b>utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão.	Correlação esperada	Cohen <i>et al.</i> (2019); Ouda & Klischewski (2019); Matekele <i>et al.</i> (2025); Nitzl <i>et al.</i> (2020); Pajkovi <i>et al.</i> (2023); Silva <i>et al.</i> (2023); Sobral, (2022)
Obj <sub>4</sub> . Verificar em que medida a utilidade dos documentos das Demonstrações Orçamentais Individuais contribui para a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	<b>Q4</b> - A utilidade atribuída às Demonstrações Orçamentais Individuais altera o grau de utilidade das Demonstrações Financeiras na tomada de decisão?	<b>HI<sub>4</sub></b> : Existe uma relação entre a <b>utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais</b> e a <b>utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão.	Correlação esperada	Andriani <i>et al.</i> (2010); Barbieri <i>et al.</i> (2025); Brunelli <i>et al.</i> (2025); Brusca <i>et al.</i> (2017); Cohen & Karatzimas (2017); Giacomini (2020); Gomes <i>et al.</i> (2023); Gomes <i>et al.</i> (2023); Nogueira & Jorge, (2011, 2014, 2015, 2017); Pajkovi <i>et al.</i> (2023)
Obj <sub>5</sub> . Identificar de que forma a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município se relaciona com a utilidade específica dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras e com a utilidade prática dos documentos das Demonstrações Orçamentais Individuais.	<b>Q5</b> - A importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões leva a alterações da utilidade das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Orçamentais Individuais?	<b>HI<sub>5</sub></b> : Existe uma relação entre a <b>importância atribuída à informação de relato financeiro</b> para diferentes tipos de decisões no município, a <b>utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão e a <b>utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais</b> .	Correlação esperada	Andriani <i>et al.</i> (2010); Barbieri <i>et al.</i> (2025); Brunelli <i>et al.</i> (2025); Brusca <i>et al.</i> (2017); Cohen & Karatzimas (2017); Giacomini (2020); Gomes <i>et al.</i> (2023); Gomes <i>et al.</i> (2023); Nogueira & Jorge, (2011, 2014, 2015, 2017); Pajkovi <i>et al.</i> (2023)

**Tabela 3:** Síntese das hipóteses de investigação formuladas

(continuação)

Objetivos	Questões	Hipóteses de investigação (HI)	Resultado esperado	Autores
Obj <sub>6</sub> . Analisar a relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras e a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município.	<b>Q6</b> - A importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões altera o grau de utilidade das Demonstrações Financeiras?	<b>HI<sub>6</sub></b> : Existe uma relação entre a <b>utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão e a <b>importância atribuída à informação de relato financeiro</b> para diferentes tipos de decisões no município.	Correlação esperada	Andriani <i>et al.</i> (2010); Barbieri <i>et al.</i> (2025); Brunelli <i>et al.</i> (2025); Brusca <i>et al.</i> (2017); Giacomini, (2020); Gomes <i>et al.</i> (2023); Gomes <i>et al.</i> (2023); Nogueira & Jorge, (2011, 2014, 2015, 2017); Pajkovi <i>et al.</i> (2023)
Obj <sub>7</sub> . Verificar em que medida a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras é afetada pela presença dos seus atributos qualitativos.	<b>Q7</b> - Os atributos da informação financeira que são considerados mais relevantes pelos decisores afetam o grau de utilidade da informação financeira?	<b>HI<sub>7</sub></b> : Existem diferenças no <b>grau de utilidade dos contabilísticos Demonstrações Financeiras</b> para a tomada de decisão em função dos <b>atributos qualitativos</b> da informação.	Diferença Esperada	Doval (2019); Lewandowski, (2019a); Nogueira & Jorge (2014); Rocha (2021); Silva <i>et al.</i> (2023)

Fonte: Elaboração própria.

## 2.2 Apresentação e Descrição do Instrumento de Recolha de Dados

Para a concretização dos objetivos propostos, o estudo adota, fundamentalmente, uma metodologia de natureza quantitativa. Relativamente aos objetivos deste estudo, eles inserem-se na pesquisa exploratória caracterizada pela elaboração de problemas com mais precisão, pela criação de novas hipóteses e execução de pesquisas mais estruturadas (Ramos & Mazalo, 2024). A investigação de natureza exploratória tem como objetivo desenvolver, clarificar e alterar conceitos e ideias (Pacheco, 2025). Quanto aos procedimentos, o presente estudo pretende recorrer à revisão da literatura e ao estudo empírico. A revisão de literatura é realizada a partir da análise e recolha de referências teóricas já revistas como, por exemplo, livros, artigos científicos, publicações entre outros (Lunetta & Guerra, 2024). A partir da pesquisa bibliográfica é possível efetuar comparações entre casos semelhantes, obter fundamentação teórica do objeto de estudo e uma exposição eficiente do percurso da pesquisa efetuado (Lunetta & Guerra, 2024)

Para a abordagem quantitativa, recorrer-se-á à aplicação de um inquérito por questionário, utilizado como principal instrumento de recolha de dados, com o objetivo de recolher dados padronizados e mensuráveis sobre a perceção da utilidade da informação financeira no setor público (Ramos & Mazalo, 2024). Esta abordagem permite analisar de forma objetiva as respostas dos participantes, facilitando a identificação de padrões e tendências. O inquérito por questionário constitui-se como um instrumento de recolha de informação sobre uma população, exigindo um número de indivíduos que assegure a viabilidade da análise estatística, de modo a permitir a interpretação dos dados e a obtenção de conclusões alinhadas com os objetivos da investigação (Rodrigues *et al.*, 2021). A recolha de dados primários através de inquérito por questionário, técnica amplamente reconhecida

na investigação de natureza quantitativa por possibilitar a obtenção de informação direta junto dos participantes (Ramos & Mazalo, 2024).

O inquérito por questionário foi aplicado através da plataforma *Google Forms* e dirigido aos decisores municipais, designadamente do Departamento Financeiro (ou análogo) e pelo responsável político com o pelouro da área financeira. Os inquiridos foram selecionados com base nas suas funções de liderança como decisores municipais internos e, posteriormente, como utilizadores principais da informação financeira municipal. O instrumento aplicado foi desenvolvido com base nos questionários previamente utilizados em estudos semelhantes, sendo complementado por uma revisão de literatura abrangente. Com o intuito de facilitar a sua utilização, o questionário foi enviado por correio eletrónico e disponibilizado em dois suportes distintos:

- PDF – para possibilitar o preenchimento físico, ainda valorizado por alguns destinatários.
- Microsoft Outlook Forms – privilegiando rapidez, praticidade e acessibilidade digital.

Para assegurar a validade e a clareza do instrumento de recolha, no início do mês de maio de 2025, foram realizados dois pré-testes junto de técnicos do setor financeiro da Câmara Municipal de Bragança e da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. A entrega do questionário para teste piloto a dois técnicos superiores da área financeira justificou-se pela sua experiência e conhecimento específico no setor, permitindo avaliar a clareza, pertinência e adequação das questões ao contexto real de trabalho. Após a realização do teste-piloto, foram introduzidas pequenas alterações na versão final do questionário, essencialmente ao nível da redação, correções ortográficas, substituição de termos e melhoria da formulação de algumas questões, com o objetivo de reforçar a clareza e a precisão da linguagem utilizada, sem alteração do conteúdo substantivo do instrumento.

Concluída esta fase, procedeu-se à elaboração de uma base de dados através do Microsoft Excel contendo os seguintes campos para cada município selecionado: nome do município, endereço, contactos telefónicos, e-mails institucionais, identificação do presidente da câmara municipal e do responsável pelo pelouro do Departamento Financeiro (ou análogo). No caso de dados de contacto incompletos ou desatualizados, foram realizados contactos telefónicos para a confirmação e atualização da informação. Posteriormente, procedeu-se ao envio do questionário final para os endereços eletrónicos dos municípios incluídos na amostra. A opção pelo correio eletrónico (Anexo B) justificou-se pela sua eficiência, baixo custo e capacidade de alcançar entidades geograficamente dispersas (Menon & Muraleedharan, 2020).

O processo de recolha de dados foi realizado em três fases distintas. No mês de maio, procedeu-se ao envio inicial do questionário, por correio eletrónico, para os 171 municípios que constituíram o universo do estudo. No início do mês de junho de 2025 foi efetuado um reforço do pedido de resposta, recorrendo não apenas ao correio eletrónico, mas também a contactos telefónicos diretos, com o objetivo de incentivar a participação dos municípios que ainda não tinham respondido. O período global de recolha de dados prolongou-se entre os meses de maio a julho de 2025, tendo sido encerrado no final deste último mês. Este processo foi acompanhado por uma nota explicativa

(Anexo A) sobre os objetivos do estudo, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade, em conformidade com as boas práticas éticas de investigação científica (Pacheco, 2025). Adicionalmente, foi remetido um requerimento formal ao Presidente de cada município, solicitando a colaboração institucional na participação do responsável político com o pelouro das finanças e do dirigente máximo do Departamento Financeiro (ou análogo), assegurando, assim, a legitimidade e a conformidade ética do procedimento. O questionário encontra-se organizado por secções, num total de quatro e cada uma corresponde a um bloco de perguntas que se refere a uma dada dimensão de análise. As secções e perguntas devem ser devidamente numeradas de forma sequencial e cada questionário deve conter um número que o identifica (Rodrigues *et al.*, 2021).

A primeira secção diz respeito à caracterização do município e do inquirido; a segunda secção abordará o âmbito da utilidade de relato financeiro; a terceira secção inclui questões sobre a avaliação dos fatores contextuais e institucionais perante a utilidade de relato financeiro e, por fim, a última secção incide sobre a análise do grau de importância atribuído aos documentos de prestação de contas e indicadores de relato financeiro para a tomada de decisão. A Tabela 4 sintetiza a constituição do questionário aplicado.

**Tabela 4:** Estrutura do inquérito por questionário.

Seção	Designação	N.º de Questões	Objetivos
I	Caracterização do município e do inquirido.	7	Obter informação destinada à definição das características da amostra.
II	A utilidade do relato financeiro.	5	Analisar a utilidade da informação financeira.
III	Fatores contextuais e institucionais.	2	Identificar os fatores, de natureza interna e externa, que condicionam a utilidade da informação financeira pelos inquiridos.
IV	Documentos de prestação de contas e indicadores de relato financeiro para a tomada de decisão.	5	Verificar a relevância atribuída aos documentos de prestação de contas e aos indicadores de relato financeiro no processo de tomada de decisão.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta a identificação das questões incluídas no questionário, bem como o tipo de resposta associado a cada uma delas e a natureza das escalas utilizadas.

**Tabela 5:** Tipologia das questões e escalas de resposta do questionário.

(continua)

N.º da Questão	Tipo de Resposta	Escala/Opções
1	Resposta múltipla (escolha única de lista)	Lista de municípios
2	Resposta múltipla (escolha única)	Feminino / Masculino / Prefiro não indicar
3	Escala ordinal	18-24; 25-35; 36-45; 46-55; ≥56 (Resposta por intervalos de idades)
4	Resposta múltipla (escolha única + opção aberta)	Bacharelato / Licenciatura / Mestrado / Doutoramento / Outro

**Tabela 5:** Tipologia das questões e escalas de resposta do questionário.

(continuação)

N.º da Questão	Tipo de Resposta	Escala/Opções
5	Resposta múltipla (escolha única + opção aberta)	Membro Executivo / Chefe Divisão / Coordenador / Técnico Superior / Outro
6	Escala ordinal	Até 5 anos; 6-10; 11-15; ≥16 (Resposta por intervalos de idades)
7	Resposta múltipla (escolha única + opção aberta)	Contabilidade / Economia-Gestão / Auditoria / Direito / Adm. Pública / Outra
8	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Importante; a; 5- Muito Importante
9	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Importante; a; 5- Muito Importante
10	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Discordo Totalmente; a; 5-Concordo Totalmente
11	Escala ordinal	Raramente / Diariamente / Semanalmente / Mensalmente /
12	Resposta múltipla (escolha única)	Relevância / Fiabilidade / Compreensibilidade / Oportunidade / Comparabilidade / Verificabilidade / Todos
13	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Não Influencia; a; 5-Influencia Muito
14	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Não Influencia; a; 5-Influencia Muito
15	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Útil; a; 5-Muito Útil
16	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Útil; a; 5-Muito Útil
16.1	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Útil; a; 5-Muito Útil
17	Resposta múltipla (escolha única)	Financeiras > Orçamentais / Orçamentais > Financeiras / Ambas úteis / Nenhuma
18	Escala ordinal ( <i>Likert</i> 1-5)	1-Nada Importante; a; 5- Muito Importante

Fonte: Elaboração própria.

## 2.3 População versus Amostra

Para responder ao objetivo do estudo foi necessário delimitar a população. Neste seguimento, para a determinação dos 171 municípios a inquirir, recorreu-se à aplicação de uma amostragem estratificada, tendo como universo os 308 municípios de Portugal, uma vez que esta técnica permite a estruturação de estratos de forma representativa e eficiente, contribui para reduzir o erro amostral e garantir que “pequenas tipologias” de municípios (com características específicas) não fiquem subrepresentadas e comparar diferentes grupos de municípios com mais confiabilidade estatística contribuindo para resultados mais generalizáveis (Makwana *et al.*, 2023). Esta metodologia permitiu assegurar a representatividade da amostra face à diversidade do território nacional, considerando os critérios de estratificação que se encontram exemplificados na Tabela 6:

**Tabela 6:** Critérios de Estratificação.

<b>Critério de Estratificação</b>	<b>Categorias</b>	<b>Fonte/Referência</b>
Dimensão Populacional	Pequenos ( $\leq 20\ 000$ hab.); Médios ( $>20\ 000 - \leq 100\ 000$ hab.); Grandes ( $> 100\ 000$ hab.)	Fernandes <i>et al.</i> (2024)
Localização Geográfica	Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve; Madeira; Açores	INE (adaptado)
Cor Política do Executivo	Partidos/Coligações no executivo municipal	CNE / Resultados eleitorais
Rendimento <i>Per Capita</i>	Alto; Médio; Baixo	INE / PORDATA

Fonte: Elaboração própria.

Para garantir a validade estatística da amostra, adotaram-se os parâmetros estatísticos ilustrados na Tabela 7:

**Tabela 7:** Parâmetros Estatísticos.

<b>Parâmetro Estatístico</b>	<b>Valor adotado</b>
Nível de confiança	95% ( $Z = 1,96$ )
Margem de erro	5% ( $e = 0,05$ )
Tamanho da amostra (n)	$n = 1,962$

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos parâmetros definidos procedeu-se ao cálculo do tamanho da amostra utilizando a fórmula da amostragem aleatória simples. Posteriormente, foi aplicada a correção para populações finitas ( $n_{ajustado} = n1 + (n-1N) n_{ajustado} = \approx 171,2$ ), tendo em conta o universo fixo de 308 municípios. Portanto, para um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, seria necessário incluir aproximadamente 171 municípios na amostra.

## 2.4 Descrição dos Métodos de Tratamento de dados

Para a apresentação dos dados recorreu-se ao uso de tabelas e gráficos, com os dados estatísticos antecedidos de análise. A análise dos dados foi realizada através de estatística descritiva e inferencial, utilizando-se o *Microsoft Excel* e o software *SPSS (Statistical Product and Service Solutions)* versão 24, servindo de base para a produção da informação que permitirá realizar a análise dos resultados, hipóteses de investigação e para as conclusões finais. Para a realização da análise descritiva foram utilizados diversos parâmetros para a distribuição das variáveis, nomeadamente a frequência, a percentagem, a média e o desvio-padrão.

De acordo com Marôco (2018), para se proceder à aplicação dos testes paramétricos é necessário verificar os pressupostos. As condições para comparar duas ou mais populações é que a variável dependente possua distribuição normal ou a dimensão da amostra ser superior ou igual a 30 e que as variâncias populacionais sejam homogêneas. A análise inferencial fundamenta-se na utilização de amostras aleatórias como base para realizar generalizações estatísticas sobre a população de origem, permitindo estimar parâmetros populacionais e testar hipóteses de investigação com determinado nível de significância e controlo do erro. Deste modo, para realizar a análise inferencial, tendo em conta o cumprimento dos critérios necessários, e considerando que as variáveis não

apresentaram uma distribuição normal ( $p\text{-value} < 0,05$ ), verificada através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (quando  $n \geq 30$ ), foram aplicados testes não paramétricos.

Para correlacionar as variáveis em estudo foi utilizado o coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que o pressuposto de seguir a normalidade foi violado. Este coeficiente, é uma medida de associação não paramétrica entre duas variáveis pelo menos ordinais, e é obtido através da substituição dos valores das observações pelas respectivas ordens. As medidas de associação quantificam a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis e varia entre -1 e 1 e foram tidas em conta as seguintes classificações: correlações inferiores a 0,25 a correlação é “fraca”; entre 0,25 e 0,5 existe uma correlação “moderada”; de 0,5 a 0,75 a correlação é “forte”; e, quando é superior a 0,75 apresenta-se uma correlação “muito forte” (Marôco, 2018). Complementarmente, e como não se verificou o comprimento dos pressupostos foi necessário recorrer ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, que, de acordo com Marôco (2018), é utilizado para comparar três ou mais amostras independentes, avaliando se existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição de uma variável ordinal ou contínua entre os grupos. Para a validação de hipóteses, foi assumido um nível de significância de 5% e 1% (intervalo de confiança de 95% e de 99%).

Dada a natureza das questões incluídas no questionário, considera-se que não é adequado aplicar o coeficiente *Alfa de Cronbach*. Este indicador estatístico avalia a consistência interna de uma escala quando os itens que a compõem medem, de forma convergente, o mesmo construto ou dimensão latente. No presente caso, as perguntas estão maioritariamente organizadas em torno de aspetos distintos (ex.: utilidade de diferentes documentos, importância de diferentes objetivos, influência de fatores internos e externos), que representam áreas complementares e não facetas de uma única dimensão subjacente. Assim, o cálculo do *Alfa de Cronbach* poderia conduzir a resultados estatísticos pouco relevantes ou mesmo induzir em erro, uma vez que não existe pressuposto de unidimensionalidade. Consequentemente, opta-se por analisar cada item individualmente ou por agrupamentos temáticos, através de estatísticas descritivas e comparativas, em vez de recorrer a medidas de consistência interna.

## **3. Apresentação e Análise dos Resultados**

### **3.1 Análise Descritiva Exploratória**

Após a recolha dos dados do questionário, procedeu-se à codificação dos mesmos através do programa *Microsoft Excel*. O objetivo desta análise teve como base, a identificação da tendência da posição da amostra, medida através do grau de utilidade atribuído na escala de *Likert*, no que se refere às diferentes variáveis em estudo. Esta análise permitiu compreender de forma mais clara como a amostra avalia a relevância da informação financeira, evidenciando padrões, convergências e eventuais divergências nas respostas.

### 3.1.1 Caracterização da Amostra

Na presente subsecção é feita a caracterização da amostra considerada no estudo, de forma a contextualizar os resultados obtidos. São apresentadas as principais variáveis sociodemográficas, permitindo compreender o perfil dos participantes e estabelecer a base necessária para a análise subsequente. A amostra prevista seria composta por 342 participantes, correspondendo a dois respondentes por cada um dos 171 municípios selecionados. Contudo, a participação efetiva ficou aquém do esperado, tendo-se obtido apenas 66 questionários preenchidos, dos quais quatro foram considerados inválidos por ausência de respostas completas. Assim, a amostra final corresponde a 62 participantes, o que representa 36,26% da amostra inicialmente projetada. Apesar da redução face ao número inicialmente estimado, a dimensão da amostra obtida mostra-se coerente com estudos prévios de natureza similar, nos quais, foram analisados universos de respondentes comparáveis. Por exemplo, a investigação de Andriani *et al.* (2010) apresentou uma taxa de resposta de 29,8% (62/208), o estudo de Brusca *et al.* (2027) obteve 30,37% (82/270), Nitzl *et al.* (2020) alcançou 25,34% (255/1006) e Pajkovi *et al.* (2023) registou 32,58% (505/1550). Assim, a dimensão da amostra alcançada no presente estudo, embora mais reduzida do que a inicialmente projetada, revela-se consistente com a literatura existente, assegurando a adequação e comparabilidade dos resultados obtidos.

O desenho metodológico estabelecia que fossem inquiridos dois respondentes por município: o responsável do executivo com o pelouro da área financeira e o responsável máximo do departamento financeiro (ou equivalente). No entanto, após o tratamento dos dados, verificou-se que essa regra não foi cumprida de forma coerente. Em alguns municípios foi possível recolher apenas uma resposta, que ainda assim foi considerada válida para a análise, de modo a não comprometer a representatividade territorial do estudo. Por outro lado, nos municípios como a Trofa (8,06%; n = 5; região Norte; dimensão média) e Vila Franca de Xira (4,84%; n = 3; região Grande Lisboa; dimensão grande), verificou-se a participação de mais de dois respondentes. Dada a fraca taxa global de adesão, estas respostas adicionais foram igualmente integradas no estudo, valorizando a informação disponível e permitindo uma análise mais robusta das práticas municipais.

Relativamente à caracterização da distribuição geográfica, observa-se uma cobertura territorial ampla, englobando municípios de diferentes regiões e dimensões populacionais. A tabela seguinte apresenta a distribuição geográfica do município referente à amostra. Os valores relativos ao número de habitantes foram obtidos a partir do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2023 (Fernandes *et al.*, 2024).

**Tabela 8:** Distribuição geográfica do Município.

(continua)

Município	n	%	N.º de habitantes	Região	Dimensão
Águeda	1	1,61	47220	Centro	M
Alcoutim	2	3,23	2413	Algarve	P
Alfândega da Fé	1	1,61	4222	Norte	P

**Tabela 8:** Distribuição geográfica do Município.*(continuação)*

<b>Município</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>N.º de habitantes</b>	<b>Região</b>	<b>Dimensão</b>
Almeirim	1	1,61	5756	Oeste e Vale do Tejo	P
Arraiolos	1	1,61	6778	Alentejo	P
Belmonte	1	1,61	6216	Centro	P
Borba	1	1,61	6398	Alentejo	P
Braga	1	1,61	201583	Norte	G
Caminha	1	1,61	16442	Norte	P
Campo Maior	1	1,61	7916	Alentejo	P
Celorico da Beira	1	1,61	6605	Centro	P
Celorico de Basto	1	1,61	17655	Norte	P
Chamusca	1	1,61	8531	Oeste e Vale do Tejo	P
Covilhã	1	1,61	46375	Centro	M
Espinho	1	1,61	32393	Norte	M
Golegã	1	1,61	5442	Oeste e Vale do Tejo	P
Ílhavo	1	1,61	42129	Centro	M
Leiria	1	1,61	133795	Centro	G
Loures	1	1,61	207065	Grande Lisboa	G
Lousã	1	1,61	17419	Centro	P
Madalena	1	1,61	6533	R. A. Açores	P
Mealhada	1	1,61	19787	Centro	P
Mogadouro	1	1,61	8237	Norte	P
Moura	1	1,61	13320	Alentejo	P
Oeiras	1	1,61	175677	Grande Lisboa	G
Oliveira do Bairro	1	1,61	25055	Centro	M
Paços de Ferreira	1	1,61	55981	Norte	M
Peniche	1	1,61	27554	Oeste e Vale do Tejo	M
Portel	1	1,61	5737	Alentejo	P
Portimão	1	1,61	63079	Algarve	M
Praia da Vitória	1	1,61	19740	R. A. Açores	P
Ribeira de Pena	1	1,61	13080	Norte	P
Rio Maior	1	1,61	22315	Oeste e Vale do Tejo	M
Sabrosa	1	1,61	5634	Norte	P
Santa Marta de Penaguião	1	1,61	5983	Norte	P
Sardoal	1	1,61	3625	Oeste e Vale do Tejo	P

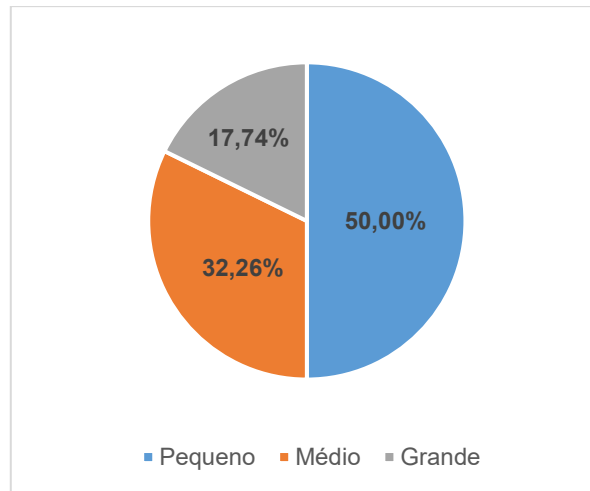
**Tabela 8:** Distribuição geográfica do Município.*(continuação)*

Município	n	%	N.º de habitantes	Região	Dimensão
Seia	2	3,23	21441	Centro	M
Serpa	1	1,61	13731	Alentejo	P
Sever do Vouga	1	1,61	10944	Centro	P
Sintra	1	1,61	395528	Grande Lisboa	G
Soure	1	1,61	17238	Centro	P
Torre de Moncorvo	1	1,61	6737	Norte	P
Torres Vedras	1	1,61	88020	Oeste e Vale do Tejo	M
Trofa	5	8,06	39997	Norte	M
Vagos	1	1,61	24452	Centro	M
Vendas Novas	1	1,61	11537	Alentejo	P
Vila do Conde	1	1,61	84872	Norte	M
Vila Franca de Xira	3	4,84	139452	Grande Lisboa	G
Vila Nova de Cerveira	1	1,61	9327	Norte	P
Vila Nova de Famalicão	2	3,23	135994	Norte	G
Vila Nova de Gaia	1	1,61	311223	Norte	G
Vila Viçosa	1	1,61	7300	Alentejo	P
Vizela	1	1,61	24529	Norte	M

**Legenda:** n significa o n.º de respondentes; % significa percentagem; P significa pequena dimensão; M significa média dimensão; e, G significa grande dimensão.

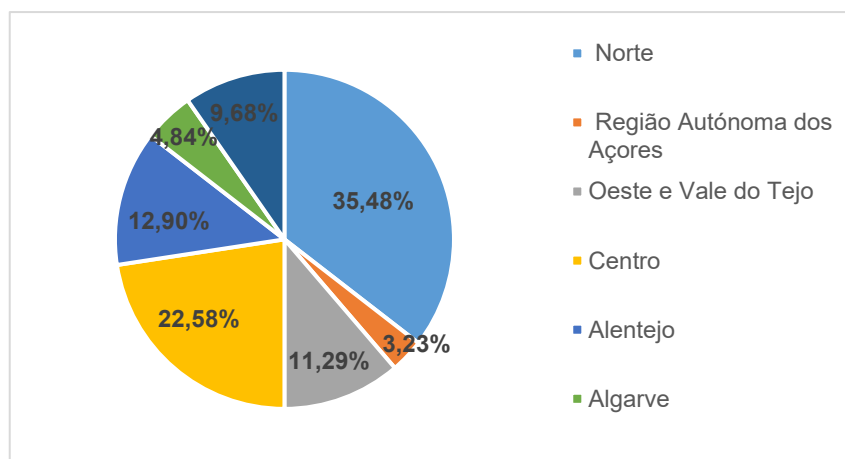
Fonte: Elaboração própria.

A amostra apresenta uma distribuição territorial diversificada, abrangendo municípios de pequena, média e grande dimensão populacional. Contudo, importa salientar que a presença de municípios com menos de dois ou mais de dois respondentes constitui uma limitação metodológica: no primeiro caso, pela reduzida adesão local, que pode comprometer a representatividade do município; no segundo, pelo desequilíbrio criado face ao critério inicial de uniformidade entre municípios. Ainda assim, optou-se por incluir todas as respostas válidas recolhidas, entendendo que estas contribuem para enriquecer a análise e atenuar o impacto da baixa taxa global de participação. A Figura 2 representa a distribuição dos municípios pertencentes à amostra por dimensão, e que, de acordo com Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2023), é classificada em três categorias: Pequena, Média e Grande. Observa-se que a maior parte dos municípios que abrangem a amostra pertence à categoria pequena dimensão, representando 50% (n = 31). A categoria média dimensão corresponde a 32,26% (n = 20), indicando uma participação significativa, contudo inferior à dos municípios de pequena dimensão. Por fim, a classificação grande dimensão apresenta menor percentagem, correspondendo a 17,74% (n = 11).



**Figura 2:** Distribuição por dimensão.  
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 demonstra a distribuição dos municípios por região, que de acordo com NUTS II (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas), são divididos da seguinte forma: Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. No presente estudo, a distribuição dos municípios por região encontra-se repartida de forma abrangente da seguinte forma: região Norte com grande parte da percentagem obtendo 35,48% (n = 22), região Centro com 22,58% (n = 14), Alentejo com 12,90% (n = 8), Oeste e Vale do Tejo com 11,29% (n = 7), região Grande Lisboa com 9,68% (n = 6), e por fim, as regiões com percentagem mais reduzidas, especificamente, a região do Algarve com 4,84% (n = 3) e a Região Autónoma dos Açores com 3,23% (n = 2).



**Figura 3:** Distribuição por região.  
Fonte: Elaboração própria.

### 3.1.2 Caracterização dos inquiridos

Na presente subsecção procede-se à análise descritiva das características dos inquiridos, com o intuito de aprofundar a compreensão do seu perfil individual e profissional. Através desta análise, é

possível identificar tendências e padrões relevantes que ajudam a contextualizar as respostas obtidas, permitindo uma leitura mais fundamentada dos resultados.

No que respeita ao **sexo**, a maioria corresponde ao masculino, com 58,06% (n= 36), enquanto 41,94% (n= 26) são do sexo feminino. Para a opção 'prefiro não indicar' não foram registadas respostas 0,00% (n= 0).

Relativamente à **faixa etária**, 56,45% (n= 35) encontram-se entre os 46 e os 55 anos, 22,58% (n= 14) têm 56 ou mais anos e 20,97% (n= 13) situam-se entre os 36 e os 45 anos, revelando uma predominância de indivíduos de meia-idade. Nas faixas etária '18-24 anos' e '25-35 anos', não se registaram respostas 0,00% (n= 0).

No que concerne às **habilitações literárias**, a maioria possui licenciatura, representando 75,81% (n= 47), seguindo-se o mestrado com 14,52% (n= 9), o bacharelato com 4,84% (n= 3) e, por fim, o doutoramento com 3,23% (n= 2). Ainda se registou uma resposta na categoria 'Outro' com 1,61% (n= 1), correspondente a uma Pós-Graduação.

Quanto à **função no Município**, destaca-se o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Financeiros, exercido por 46,77% (n= 29) dos participantes, como expeável dado o participante selecionado para responder ao questionário. Seguem-se os Técnicos Superiores, com 22,58% (n = 14), os Membro do Executivo, com 14,52% (n= 9), os Coordenadores da Área Financeira, com 4,84% (n= 3), e a categoria "Outro", com 11,29% (n= 7), corresponde a Chefe de Serviços de Gestão Contabilística e Contratação; Chefe de Gabinete; Chefe de Unidade de 3 Grau da Unidade de Gestão de Recursos (inclui a área de Gestão Financeira); Diretor de Departamento Financeiro e adicionalmente Chefe de Núcleo de Contabilidade e Finanças; Diretora Municipal; Presidente da Câmara; Diretor Municipal de Gestão; Chefe de Divisão da Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.

No que respeita ao **número de anos na função atual**, 37,1% (n = 23) desempenham a função há 5 anos ou menos, 30,6% (n = 19) há 15 ou mais anos, 19,4% (n = 12) entre 11 e 15 anos e 12,9% (n = 8) entre 6 e 10 anos, indicando um grupo com experiência diversificada.

Quanto ao número de **anos na função atual**, a maior parte dos participantes têm até cinco anos com 38,71% (n= 24), seguindo-se aqueles com 16 anos ou mais anos de experiência com 29,03% (n= 18), entre 11 e 15 anos 20,97% (n= 13) e por fim entre 6 e 10 anos com 11,29% (n= 7).

Relativamente à **área académica de formação**, a maioria dos participantes possui formação em Economia/Gestão, representando 56,45% (n= 35). Seguem-se as áreas de Contabilidade com 12,90% (n= 8), Administração Pública com 11,29% (n= 7), Direito com 4,84% (n= 3) e Auditoria com 3,23% (n= 2). A categoria "Outro" corresponde a 11,29% (n = 7), correspondendo a Conservação e Restauro de Património; Serviço Social; Licenciatura e Mestrado em Economia e Técnica Oficial de Contas; 12º ano +1 de Faculdade; Física e Química, Ciências; Música; Arquitetura; Serviço Social.

A Tabela 9 mostra de forma resumida a frequência das variáveis sociodemográficas.

**Tabela 9:** Frequência das variáveis sociodemográficas.

<b>Variáveis</b>	<b>Descrição</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	
<b>Sexo</b>	Feminino	26	41,94	
	Masculino	36	58,06	
	Prefiro não indicar	0	0,00	
<b>Idade</b>	18-24 anos	0	0,00	
	25-35 anos	0	0,00	
	36-45 anos	13	20,97	
	46-55 anos	35	56,45	
	≥56 anos	14	22,58	
	<b>Habilitações Literárias</b>	Bacharelato	3	4,84
	Licenciatura	47	75,81	
	Mestrado	9	14,52	
	Doutoramento	2	3,23	
	Outro	1	1,61	
<b>Função no Município</b>	Membro Executivo	9	14,52	
	Chefe de Divisão de Serviços Financeiros	29	46,77	
	Coordenador da Área Financeira	3	4,84	
	Técnico Superior	14	22,58	
	Outro	7	11,29	
	Chefe de Serviços de Gestão Contabilística e Contratação	1	1,61	
	Chefe de Gabinete	1	1,61	
	Chefe de Unidade de 3 Grau da Unidade de Gestão de Recursos (Inclui a área de Gestão Financeira)	1	1,61	
	Diretor de Departamento Financeiro	1	1,61	
	Adicionalmente: Chefe de Núcleo de Contabilidade e Finanças	1	1,61	
	Diretora Municipal	1	1,61	
	Presidente da Câmara	1	1,61	
	Diretor Municipal de Gestão	1	1,61	
	Chefe de Divisão da Cultura, Turismo, Desporto e Juventude	1	1,61	
	<b>N.º de Anos na Função Atual</b>	Até 5 anos	24	38,71
		6-10 anos	7	11,29
11-15 anos		13	20,97	
≥16 anos		18	29,03	
<b>Área Académica de Formação</b>		Contabilidade	8	12,90
	Economia/Gestão	35	56,45	
	Auditoria	2	3,23	
	Direito	3	4,84	
	Administração Pública	7	11,29	
	Outro	7	11,29	

Fonte: Elaboração própria.

### 3.1.3 Utilidade do Relato Financeiro

As questões da secção II do questionário, pretenderam aferir a utilidade do relato financeiro, sendo que os resultados obtidos se encontram exibidos a seguir na Tabela 10. De salientar que algumas variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

**Tabela 10:** A utilidade do relato financeiro.

(continua)

Descrição	n	%	Média	Desvio-Padrão
<b>Importância do relato financeiro</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	3	4,84%	4,63	0,579
Importante	16	25,81%		
Muito importante	40	64,52%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>Importância dos objetivos das Demonstrações Financeiras</b>				
<b>a) Fornecer informação útil para a tomada de decisões económicas</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	3	4,84%	4,61	0,578
Importante	18	29,03%		
Muito importante	41	66,13%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>b) Avaliar a posição financeira e as suas alterações</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	3	4,84%	4,53	0,588
Importante	23	37,10%		
Muito importante	36	58,06%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>c) Controlo dos fluxos de caixa</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	2	3,23%		
Neutro	8	12,90%	4,23	0,791
Importante	26	41,94%		
Muito importante	26	41,94%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>d) Avaliar o desempenho financeiro</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	2	3,23%	4,42	0,636

Tabela 10: A utilidade do relato financeiro.

(continuação)

Descrição	n	%	Média	Desvio-Padrão
Importante	29	46,77%		
Muito importante	30	48,39%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>e) Apoiar na gestão de recursos</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	9	14,52%	4,39	0,726
Importante	20	32,26%		
Muito importante	33	53,23%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>f) Facilitar a transparência e promover a responsabilização</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	5	8,06%	4,47	0,641
Importante	23	37,10%		
Muito importante	34	54,84%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>g) Estabelecer metas orçamentais</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	8	12,90%	4,29	0,749
Importante	25	40,32%		
Muito importante	28	45,16%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>h) Assegurar a legalidade e a regularidade das operações</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	7	11,29%	4,53	0,689
Importante	15	24,19%		
Muito importante	40	64,52%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>Grau de concordância das afirmações:</b>				
<b>a) As Demonstrações Financeiras são de fácil compreensão</b>				
Discordo totalmente	0	0,00%		
Discordo	9	14,52%		
Neutro	20	32,26%	3,53	0,911
Concordo	24	38,71%		
Concordo totalmente	9	14,52%		

Tabela 10: A utilidade do relato financeiro.

(continuação)

Descrição	n	%	Média	Desvio-Padrão
Não responderam	0	0,00%		
<b>b) As Demonstrações Orçamentais são de fácil compreensão</b>				
Discordo totalmente	0	0,00%		
Discordo	8	12,90%		
Neutro	22	35,48%	3,60	0,958
Concordo	19	30,65%		
Concordo totalmente	13	20,97%		
Não responderam	0	0,00%		
<b>c) A informação financeira disponibilizada é suficiente para a tomada de decisão</b>				
Discordo totalmente	1	1,61%		
Discordo	4	6,45%		
Neutro	7	11,29%	3,98	0,896
Concordo	32	51,61%		
Concordo totalmente	17	27,42%		
Não responderam	1	1,61%		
<b>d) A informação financeira é clara e acessível</b>				
Discordo totalmente	1	1,61%		
Discordo	3	4,84%		
Neutro	22	35,48%	3,66	0,866
Concordo	25	40,32%		
Concordo totalmente	10	16,13%		
Não responderam	1	1,61%		
<b>e) A informação financeira é útil para a tomada de decisão</b>				
Discordo totalmente	1	1,61%		
Discordo	0	0,00%		
Neutro	4	6,45%	4,43	0,757
Concordo	23	37,10%		
Concordo totalmente	33	53,23%		
Não responderam	1	1,61%		
<b>Frequência de utilização ou consulta da informação orçamental e financeira para as atividades diárias e tomada de decisão</b>				
Raramente	5	8,06%		
Mensalmente	7	11,29%		
Semanalmente	7	11,29%		
Diariamente	42	67,74%		

**Tabela 10:** A utilidade do relato financeiro.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-Padrão
Não responderam	1	1,61%		
<b>Qual o atributo qualitativo a que se atribui mais importância</b>				
Relevância	6	9,68%		
Fiabilidade	14	22,58%		
Compreensibilidade	2	3,23%		
Oportunidade	0	0,00%		
Comparabilidade	2	3,23%		
Verificabilidade	1	1,61%		
Todos	37	59,68%		
Não responderam	0	0,00%		

Fonte: Elaboração própria.

A análise descritiva dos resultados relativos à utilidade do relato financeiro evidencia, de forma clara, uma percepção predominantemente favorável por parte dos inquiridos quanto ao papel informativo e decisório das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Orçamentais. No agregado, a importância atribuída ao relato financeiro apresenta uma média elevada (média=4,63; desvio-padrão=0,579), com 64,52% dos respondentes a classificar o relato como “muito importante”, o que sugere um consenso substancial sobre a sua relevância para a tomada de decisão.

Relativamente aos objetivos centrais das Demonstrações Financeiras, os inquiridos valorizam, em particular, a função de fornecer informação útil para a tomada de decisão económica (média = 4,61; dp = 0,578) e a avaliação da posição financeira e as suas alterações (média = 4,53; DP = 0,588). A função de assegurar a legalidade e a regularidade das operações também emerge com elevada relevância (média = 4,53; dp = 0,689), o que indica que o relato é encarado tanto como um instrumento de suporte à decisão como um mecanismo de prestação de contas e conformidade. As funções como o controlo dos fluxos de caixa (média = 4,23; dp = 0,791) e o estabelecimento de metas orçamentais (média = 4,29; DP = 0,749) apresentam médias ligeiramente inferiores, mas mantêm um posicionamento favorável, sinalizando uma expectativa de utilidade pragmática (monitorização de liquidez e planeamento).

Em termos de facilidade de compreensão, as Demonstrações Financeiras e as Demonstrações Orçamentais obtêm respostas centradas em valores intermédios (médias ≈ 3,5–3,6), o que aponta para uma percepção moderada de acessibilidade interpretativa; não obstante, a informação é globalmente entendida como suficiente e útil para a tomada de decisão (média = 4,43; dp = 0,757). Quanto aos resultados referentes à utilização da informação financeira, 67,74% (n=42) dos inquiridos consultam-na diariamente, o que sublinha a sua integração nas rotinas de gestão. Em relação aos atributos qualitativos, 59,68% (n=37) dos participantes consideraram que a presença de todos os atributos é importante.

### 3.1.4 Utilidade do Relato Financeiro e os seus Fatores

A seguir, na seção III do questionário, procurou-se verificar os fatores contextuais e institucionais que geram influência sobre a utilidade do relato financeiro, estando os resultados obtidos ilustrados na Tabela 11. De referir que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

**Tabela 11:** A influência dos fatores internos e externos na utilidade do relato financeiro.

(continua)

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
<b>influência dos fatores internos na utilidade de relato financeiro nas tomadas de decisão</b>				
<b>a) Inexistência de meios informáticos suficientes para consolidar e apresentar a informação financeira de forma adequada</b>				
Não influencia	6	9,68%	3,80	1,288
Influencia pouco	3	4,84%		
Neutro	12	19,35%		
Influencia	15	24,19%		
Influencia muito	24	38,71%		
Não responderam	2	3,23%		
<b>b) Inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores internos</b>				
Não influencia	3	4,84%	3,56	1,062
Influencia pouco	6	9,68%		
Neutro	16	25,81%		
Influencia	23	37,10%		
Influencia muito	11	17,74%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>c) Ausência de experiência profissional no cargo/função que desempenha atualmente</b>				
Não influencia	11	17,74%	3,22	1,451
Influencia pouco	8	12,90%		
Neutro	11	17,74%		
Influencia	13	20,97%		
Influencia muito	15	24,19%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>d) Complexidade no exercício e compreensão de informação financeira resultante do subsistema contabilístico financeiro</b>				
Não influencia	6	9,68%	3,33	1,145
Influencia pouco	7	11,29%		
Neutro	12	19,35%		
Influencia	26	41,94%		
Influencia muito	6	9,68%		
Não responderam	5	8,06%		

**Tabela 11:** A influência dos fatores internos e externos na utilidade do relato financeiro.*(continuação)*

<b>Descrição</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>
<b>e) Desconexão entre o sistema de informação contábilístico com os objetivos e missão do município</b>				
Não influencia	4	6,45%	3,34	1,123
Influencia pouco	8	12,90%		
Neutro	20	32,26%		
Influencia	16	25,81%		
Influencia muito	10	16,13%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>f) Resistência à mudança</b>				
Não influencia	5	8,06%	3,42	1,196
Influencia pouco	8	12,90%		
Neutro	15	24,19%		
Influencia	19	30,65%		
Influencia muito	12	19,35%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>g) Carga excessiva de trabalho</b>				
Não influencia	5	8,06%	3,54	1,184
Influencia pouco	5	8,06%		
Neutro	16	25,81%		
Influencia	19	30,65%		
Influencia muito	14	22,58%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>h) Falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP</b>				
Não influencia	5	8,06%	3,54	1,293
Influencia pouco	7	11,29%		
Neutro	18	29,03%		
Influencia	9	14,52%		
Influencia muito	20	32,26%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>i) Foco no cumprimento legal e fiscal</b>				
Não influencia	1	1,61%	4,07	1,006
Influencia pouco	3	4,84%		
Neutro	13	20,97%		
Influencia	16	25,81%		
Influencia muito	26	41,94%		
Não responderam	3	4,84%		

**Tabela 11:** A influência dos fatores internos e externos na utilidade do relato financeiro.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
<b>j) Atrasos na divulgação e atualização dos dados</b>				
Não influencia	3	4,84%		
Influencia pouco	11	17,74%		
Neutro	12	19,35%	3,56	1,225
Influencia	16	25,81%		
Influencia muito	17	27,42%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>k) Escassez de formação contínua</b>				
Não influencia	3	4,84%		
Influencia pouco	9	14,52%		
Neutro	15	24,19%	3,53	1,186
Influencia	15	24,19%		
Influencia muito	15	24,19%		
Não responderam	5	8,06%		
<b>Influência dos seguintes fatores externos na utilidade do relato financeiro nas suas tomadas de decisão</b>				
<b>a) Pressão de organismos de controlo</b>				
Não influencia	0	0,00%		
Influencia pouco	5	8,06%		
Neutro	5	8,06%	4,26	0,939
Influencia	18	29,03%		
Influencia muito	30	48,39%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>b) Controlo dos cidadãos</b>				
Não influencia	2	3,23%		
Influencia pouco	10	16,13%		
Neutro	26	41,94%	3,17	0,912
Influencia	16	25,81%		
Influencia muito	4	6,45%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>c) Questões Políticas/Partidárias</b>				
Não influencia	7	11,29%		
Influencia pouco	7	11,29%		
Neutro	22	35,48%	3,14	1,151
Influencia	15	24,19%		
Influencia muito	7	11,29%		
Não responderam	4	6,45%		

**Tabela 11:** A influência dos fatores internos e externos na utilidade do relato financeiro.

(continuação)

<b>d) Pressões de entidades profissionais</b>				
Não influencia	6	9,68%		
Influencia pouco	8	12,90%		
Neutro	15	24,19%	3,34	1,281
Influencia	18	29,03%		
Influencia muito	11	17,74%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>e) Pressão de uma questão de âmbito nacional</b>				
Não influencia	1	1,61%		
Influencia pouco	12	19,35%		
Neutro	9	14,52%	3,60	1,098
Influencia	23	37,10%		
Influencia muito	13	20,97%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>f) Meios de comunicação e percepção pública</b>				
Não influencia	6	9,68%		
Influencia pouco	16	25,81%		
Neutro	21	33,87%	2,83	1,036
Influencia	12	19,35%		
Influencia muito	3	4,84%		
Não responderam	4	6,45%		

Fonte: Elaboração própria.

A avaliação dos fatores que influenciam a utilidade do relato financeiro permite delimitar claramente prioridades de intervenção. No domínio interno, o fator mais influente é o “foco no cumprimento legal e fiscal” (média = 4,07; dp = 1,006), o que sugere que a orientação para a conformidade normativa condiciona fortemente a percepção da utilidade do relato financeiro, isto é, o relato é em boa parte instrumentalizado pela necessidade de cumprir requisitos legais/fiscais. A “inexistência de meios informáticos suficientes” surge também como determinante relevante (média = 3,80; dp = 1,288), sinalizando que limitações tecnológicas afetam a capacidade de consolidar e apresentar informação útil. Outros fatores internos com influência moderada incluem a inadequação do relato financeiro face às necessidades dos utilizadores internos, os atrasos na divulgação e atualização dos dados e a carga excessiva de trabalho, falta de formação e conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP (médias ≈ 3,5–3,6). Em contrapartida, o fator com menor média é a “ausência de experiência profissional no cargo/função” (média = 3,22; dp = 1,451), o que indica que, embora a experiência individual seja relevante, os inquiridos percebem que problemas sistémicos (infraestrutura, orientações legais, processos) exercem maior impacto sobre a utilidade do relato financeiro do que a mera rotatividade ou falta de experiência pontual. A dispersão (desvios-padrão relativamente elevados em algumas variáveis, como por exemplo nos meios informáticos e formação) sugere heterogeneidade de percepções e, possivelmente, diferenças entre unidades orgânicas ou perfis profissionais.

Quanto aos fatores externos, a pressão de organismos de controlo emerge como o determinante mais forte (média = 4,26; dp = 0,939), o que corrobora a hipótese de que mecanismos de supervisão externa moldam fortemente a funcionalidade do relato financeiro. A pressão de uma questão de âmbito nacional também é considerada pelos inquiridos como um fator que influencia a utilidade (média = 3,60; dp = 1,098). Em sentido oposto, os meios de comunicação e perceção pública são percebidos como os menos influentes (média = 2,83; dp = 1,036), implicando que a influência mediática é residual relativamente às pressões institucionais formais. Questões políticas/partidárias e controlo pelos cidadãos apresentam médias intermédias ( $\approx 3,1-3,2$ ), sugerindo que fatores políticos existem, mas não dominam a perceção da utilidade em comparação com organismos de fiscalização e com exigências legais. Estes resultados indicam que alterações que venham de fora (regulação, auditoria) tendem a ter um efeito imediato maior na prática do relato do que a opinião pública generalista.

### 3.1.5 Utilidade dos documentos de prestação de contas e indicadores do relato financeiro

Posteriormente, na seção III do questionário, pretendeu-se analisar os documentos de prestação de contas e indicadores de relato financeiro para a tomada de decisão, encontrando-se os resultados resultantes desta análise na Tabela 12.

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.

(continua)

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
<b>Utilidade dos documentos contabilísticos pertencentes às Demonstrações Financeiras apresentam para a tomada de decisão</b>				
<b>a) Balanço</b>				
Nada útil	2	3,23%	4,12	1,027
Pouco útil	2	3,23%		
Neutro	10	16,13%		
Útil	18	29,03%		
Muito útil	27	43,55%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>b) Demonstração dos Resultados por Natureza</b>				
Nada útil	2	3,23%	4,24	0,889
Pouco útil	0	0,00%		
Neutro	6	9,68%		
Útil	25	40,32%		
Muito útil	26	41,94%		
Não responderam	3	4,84%		

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
<b>c) Demonstração dos Resultados por Funções (se aplicável)</b>				
Nada útil	1	1,61%	4,00	0,894
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	13	20,97%		
Útil	22	35,48%		
Muito útil	18	29,03%		
Não responderam	7	11,29%		
<b>d) Demonstração das Alterações no Capital Próprio</b>				
Nada útil	3	4,84%	3,49	1,110
Pouco útil	7	11,29%		
Neutro	20	32,26%		
Útil	16	25,81%		
Muito útil	13	20,97%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>e) Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>				
Nada útil	1	1,61%	4,08	0,962
Pouco útil	2	3,23%		
Neutro	13	20,97%		
Útil	18	29,03%		
Muito útil	25	40,32%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>f) Anexo às Demonstrações Financeiras</b>				
Nada útil	1	1,61%	4,17	0,886
Pouco útil	2	3,23%		
Neutro	7	11,29%		
Útil	25	40,32%		
Muito útil	24	38,71%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>Utilidade dos documentos contábilísticos pertencentes às Demonstrações Orçamentais Individuais apresentam para a tomada de decisão</b>				
<b>a) Orçamento e Plano Orçamental Plurianual</b>				
Nada útil	0	0,00%	4,63	0,635
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	2	3,23%		
Útil	15	24,19%		
Muito útil	41	66,13%		
Não responderam	3	4,84%		

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
<b>b) Plano Plurianual de Investimentos</b>				
Nada útil	0	0,00%		
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	4	6,45%	4,52	0,701
Útil	17	27,42%		
Muito útil	36	58,06%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>c) Demonstração do Desempenho Orçamental</b>				
Nada útil	0	0,00%		
Pouco útil	2	3,23%		
Neutro	2	3,23%	4,44	0,719
Útil	23	37,10%		
Muito útil	32	51,61%		
Não responderam	3	4,84%		
<b>d) Demonstração de Execução Orçamental da Receita</b>				
Nada útil	0	0,00%		
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	2	3,23%	4,55	0,648
Útil	19	30,65%		
Muito útil	36	58,06%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>e) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa</b>				
Nada útil	0	0,00%		
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	2	3,23%	4,57	0,646
Útil	18	29,03%		
Muito útil	37	59,68%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>f) Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos</b>				
Nada útil	0	0,00%		
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	3	4,84%	4,52	0,676
Útil	19	30,65%		
Muito útil	35	56,45%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>g) Anexo às Demonstrações Orçamentais</b>				
Nada útil	1	1,61%		
Pouco útil	1	1,61%		
Neutro	14	22,58%	4,05	0,926
Útil	19	30,65%		

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
Muito útil	22	35,48%		
Não responderam	5	8,06%		
<b>Utilidade dos documentos contabilísticos pertencentes às Demonstrações Orçamentais Consolidadas para a tomada de decisão</b>				
<b>a) Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental</b>				
Nada útil	3	4,84%		
Pouco útil	4	6,45%		
Neutro	13	20,97%	3,54	1,191
Útil	10	16,13%		
Muito útil	11	17,74%		
Não responderam	21	33,87%		
<b>b) Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza</b>				
Nada útil	3	4,84%		
Pouco útil	4	6,45%		
Neutro	12	19,35%	3,49	1,129
Útil	14	22,58%		
Muito útil	8	12,90%		
Não responderam	21	33,87%		
<b>Opinião sobre a utilidade das Demonstrações Orçamentais e Financeiras para o relato financeiro</b>				
<b>a) As Demonstrações Financeiras em comparação com as Demonstrações Orçamentais são mais úteis para avaliar a situação económica e financeira do município.</b>				
	5	8,06%		
<b>b) As Demonstrações Orçamentais comparativamente com as Demonstrações Financeiras são mais úteis para monitorizar e ajustar o desempenho em relação aos objetivos planeados</b>				
	9	14,52%		
<b>c) Ambas têm utilidades complementares e são igualmente importantes.</b>				
	43	69,35%		
<b>d) Nenhuma, pois não considero que sejam as principais fontes de informação.</b>				
	1	1,61%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>Importância da informação de relato financeiro para o tipo de decisão tomada</b>				
<b>a) Decisões acerca da responsabilização da prestação de contas</b>				
Nada importante	1	1,61%		
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	9	14,52%	4,17	0,874
Importante	23	37,10%		
Muito importante	24	38,71%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>b) Decisões relacionadas com a origem, afetação e uso de recursos</b>				

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.*(continuação)*

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	15	24,19%	3,98	0,777
Importante	26	41,94%		
Muito importante	16	25,81%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>c) Decisões sobre o controle da realização dos objetivos operacionais e financeiros</b>				
Nada importante	1	1,61%		
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	11	17,74%	4,05	0,859
Importante	26	41,94%		
Muito importante	19	30,65%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>d) Decisões sobre a avaliação da eficácia e da eficiência das operações do município</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	2	3,23%		
Neutro	13	20,97%	4,00	0,816
Importante	25	40,32%		
Muito importante	17	27,42%		
Não responderam	5	8,06%		
<b>e) Decisões sobre a avaliação do desempenho financeiro do município</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	7	11,29%	4,36	0,687
Importante	23	37,10%		
Muito importante	28	45,16%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>f) Decisões sobre novos gastos de capital</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	4	6,45%		
Neutro	10	16,13%	4,05	0,899
Importante	23	37,10%		
Muito importante	21	33,87%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>g) Decisões sobre o endividamento</b>				
Nada importante	0	0,00%		
Pouco importante	0	0,00%		
Neutro	5	8,06%	4,55	0,648
Importante	16	25,81%		
Muito importante	37	59,68%		
Não responderam	4	6,45%		

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.*(continuação)*

<b>Descrição</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>
<b>h) Decisões sobre os impostos a aplicar</b>				
Nada importante	1	1,61%	3,97	1,017
Pouco importante	4	6,45%		
Neutro	13	20,97%		
Importante	18	29,03%		
Muito importante	22	35,48%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>i) Decisões sobre os preços e taxas a aplicar</b>				
Nada importante	1	1,61%	3,83	1,002
Pouco importante	5	8,06%		
Neutro	14	22,58%		
Importante	21	33,87%		
Muito importante	17	27,42%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>j) Decisões sobre formas de arrecadação de receitas</b>				
Nada importante	1	1,61%	3,88	0,948
Pouco importante	3	4,84%		
Neutro	15	24,19%		
Importante	22	35,48%		
Muito importante	17	27,42%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>k) Decisões sobre a proposta do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual</b>				
Nada importante	0	0,00%	4,34	0,755
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	7	11,29%		
Importante	21	33,87%		
Muito importante	29	46,77%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>l) Decisões relativas à capacidade de a entidade pública em cumprir com as suas obrigações</b>				
Nada importante	1	1,61%	4,33	0,898
Pouco importante	1	1,61%		
Neutro	8	12,90%		
Importante	16	25,81%		
Muito importante	32	51,61%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>m) Decisões sobre a avaliação do grau de execução orçamental do município</b>				
Nada importante	1	1,61%	4,21	0,905
Pouco importante	2	3,23%		
Neutro	7	11,29%		
Importante	22	35,48%		

**Tabela 12:** Utilidade dos documentos de prestação de contas e tomada de decisão.

(continuação)

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão
Muito importante	26	41,94%		
Não responderam	4	6,45%		
<b>n) Decisões sobre a avaliação do desempenho orçamental do município</b>				
Nada importante	1	1,61%		
Pouco importante	2	3,23%		
Neutro	7	11,29%	4,16	0,887
Importante	25	40,32%		
Muito importante	23	37,10%		
Não responderam	4	6,45%		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à utilidade dos documentos de prestação de contas, os resultados diferenciam claramente entre documentos financeiros e orçamentais. No universo das **Demonstrações Financeiras**, a “Demonstração dos Resultados por Natureza” apresenta a média mais elevada (média = 4,24; dp = 0,889), seguida do anexo às demonstrações financeiras (média = 4,17; dp = 0,886) e do balanço (média = 4,12; dp = 1,027). A “Demonstração das Alterações no Capital Próprio” regista a média mais baixa (média = 3,49; dp = 1,110), o que pode refletir uma perceção de menor utilidade operacional desta demonstração específica no contexto municipal, onde as decisões quotidianas e de curto prazo privilegiam informação sobre resultados operacionais, fluxos e notas explicativas.

Nas **Demonstrações Orçamentais Individuais**, o Orçamento e o Plano Orçamental Plurianual são considerados os mais úteis (média = 4,63; dp = 0,635), com as demonstrações de execução orçamental (despesa e receita) também muito valorizadas (médias = 4,57 e 4,55, respetivamente). Por contraste, o anexo às demonstrações orçamentais obtém uma média inferior (média = 4,05; dp = 0,926). Quanto às Demonstrações Orçamentais Consolidadas, as médias são substancialmente menores ( $\approx 3,5$ ) e, sobretudo, há uma taxa elevada de não resposta (33,87%), o que aconselha um cuidado interpretativo, pois é provável que muitos respondentes não se sintam suficientemente expostos ou familiarizados com consolidações, reduzindo a sua capacidade de avaliação ou não serem aplicadas no município respetivo. Estas constatações indicam que os decisores privilegiam instrumentos de âmbito orçamental no que concerne à execução (planeamento e controlo) e, dentro das demonstrações financeiras, privilegiam relatórios que explicitem o desempenho operacional e os elementos que suportam a tomada de decisão.

Relativamente à comparação entre a utilidade das Demonstrações Orçamentais e Financeiras, 69,35% (n = 43), consideram que ambas são complementares e de igual importância. Por fim, no que respeita à importância da informação do relato financeiro para o tipo de decisões, os dados revelam que, as decisões sobre **endividamento** apresentam a média mais elevada (média = 4,55; dp = 0,648), seguidas pela avaliação do desempenho financeiro (média = 4,36; dp = 0,687) e pela proposta do orçamento e plano orçamental plurianual (média = 4,34; dp = 0,755). Estas prioridades

indicam que o relato financeiro é um instrumento decisório crítico para a gestão da sustentabilidade financeira e para o planeamento estratégico/operacional. As decisões consideradas menos importantes são relativas a matérias sobre formas de arrecadação (média = 3,88; dp = 0,948) e preços e taxas (média = 3,83; dp = 1,017).

Em termos metodológicos e de validade interpretativa, importa salientar duas notas previdentes: as variáveis foram medidas por escalas de *Likert* de cinco pontos e a apresentação de médias e desvios-padrão é compatível com práticas correntes em análises descritivas, mas requer a leitura crítica do carácter ordinal da escala; a elevada percentagem de não resposta detetada em variáveis relacionadas com demonstrações consolidadas limita a generalização dos resultados para esse subgrupo e sugere atenção na extrapolação. Finalmente, as dispersões observadas (desvios-padrão) em variáveis como meios informáticos, formação e experiência profissional indicam heterogeneidade entre os respondentes.

Em suma, a evidência empírica apresentada suporta a conclusão de que o relato financeiro é percebido como altamente relevante e operacionalmente integrado nas rotinas de decisão municipais, sendo os documentos orçamentais particularmente centrais; permitindo também delinear prioridades em alguns aspetos (melhoria de infraestruturas informáticas, formação contínua em SNC-AP, redução dos atrasos na divulgação).

## 3.2 Análise Inferencial

No presente ponto, procede-se à apresentação dos resultados relativos à percepção sobre a utilidade reconhecida à informação financeira e aos seus fatores, permitindo assim a verificação das hipóteses de investigação previamente formuladas, as quais sustentam os objetivos do estudo.

### 3.2.1 Validação das hipóteses de investigação

Para dar resposta à H<sub>1</sub> “*Existe uma relação entre a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos que integram as Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão*”, como os pressupostos foram violados, recorreu-se à aplicação do coeficiente de correlação de *Spearman*. Através dos resultados apresentados na Tabela 13, verifica-se que o coeficiente de correlação não apresenta significância estatística ( $p\text{-value} < 0,01$ , não rejeitamos H<sub>0</sub>). Este resultado indica que, a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras não está correlacionada com o reconhecimento da sua utilidade para a tomada de decisão, pelo que a hipótese de investigação não é validada.

**Tabela 13:** Correlação de *Spearman* para H<sub>1</sub>.

		Balanço	Demonst ração dos Resultad os por Natureza	Demonstraç ão dos Resultados por Funções (se aplicável)	Demonstraç ão das Alterações no Capital Próprio	Demonstraç ão dos Fluxos de Caixa	Anexo às Demonstraç ões Financeiras	
rô de Spearm an	Facilidade de compreens ão das Demonstra ções Financeiras	Coeficiente de Correlação	0,228	0,213	0,052	0,238	0,239	0,036
		<i>p-value</i>	0,075	0,096	0,686	0,063	0,061	0,780
		n	62	62	62	62	62	62

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

Aplicando o coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que as variáveis não apresentaram uma distribuição normal, na análise da H<sub>2</sub> “*Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores internos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão*”, verificou-se através dos resultados constantes na Tabela 14 o seguinte:

#### **Inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores internos**

Os resultados demonstram que,  $p\text{-value} = 0,024$ ; pelo que  $< 0,05$  (rejeita-se a H<sub>0</sub>); concluindo que existe uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores internos e a utilidade atribuída ao documento contabilístico Demonstração das Alterações do Capital Próprio. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,287$ ). Esta tendência sugere que, os indivíduos que atribuem mais influencia à inadequação do relato financeiro são aqueles que tendem a atribuir maior

utilidade dos documentos contábilísticos, nomeadamente, às Alterações no Capital Próprio, possivelmente por fornecer informação complementar que colmata lacunas sentidas nos restantes relatórios.

### **Falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP**

Neste fator, surgiram várias correlações significativas, tais como:

- *p-value* = 0,017; sendo  $< 0,05$  (rejeita-se a  $H_{I0}$ ); evidenciando assim uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP e a utilidade atribuída ao documento contábilístico Demonstração das Alterações do Capital Próprio, reforçando a ideia de que os utilizadores com menor formação técnica procuram mais detalhe nos elementos explicativos. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,303$ );
- *p-value* = 0,006; sendo  $< 0,01$  (rejeita-se a  $H_{I0}$ ); evidenciando assim uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP e a utilidade atribuída ao documento contábilístico Demonstração dos Fluxos de Caixa, sugerindo que, perante a falta de conhecimentos técnicos, este documento é valorizado pela sua capacidade em fornecer uma classificação detalhada dos fluxos monetários (entradas e saídas de caixa) por cada tipo de atividade (operacional, de investimento e de financiamento), essenciais à tomada de decisão. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,345$ ).

Este resultado indica que os utilizadores que mais valorizam a utilidade dos documentos contábilísticos pertencentes às Demonstrações Financeiras tendem também a considerar que a falta de formação e de conhecimentos sobre o SNC-AP influencia a perceção de utilidade.

### **Foco no cumprimento legal e fiscal**

Na análise deste fator, também surgiram várias correlações significativas, tais como:

- *p-value* = 0,032; sendo  $< 0,05$  (rejeita-se a  $H_{I0}$ ); evidenciando assim uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator foco no cumprimento legal e fiscal e a utilidade atribuída ao documento contábilístico Demonstração dos Resultados por Funções, evidenciando que, quando a preocupação com aspetos legais e fiscais é maior, os decisores atribuem maior utilidade a este documento, dado o seu pormenor em proporcionar um maior detalhe analítico sobre o desempenho operacional. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,272$ );
- *p-value* = 0,038; sendo  $< 0,05$  (rejeita-se a  $H_{I0}$ ); evidenciando assim uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator foco no cumprimento legal e fiscal e a utilidade atribuída ao documento contábilístico Demonstração das Alterações no Capital Próprio, sugerindo que a ênfase no cumprimento normativo potencia a valorização deste relatório, pela transparência que acrescenta na justificação de variações patrimoniais. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,264$ ).

De acordo com a observação da Tabela 14, os resultados para o fator inexistência de meios informáticos suficientes para consolidar e apresentar a informação financeira de forma adequada, não apresentaram correlação estatisticamente significativa ( $p\text{-value} > 0,05$ ).

Em síntese, os resultados obtidos permitem validar a hipótese de investigação e demonstram que a inadequação do relato financeiro reforça a valorização das Alterações no Capital Próprio, documento este que evidencia de forma mais detalhada as variações patrimoniais; a 'Falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP' aumenta a utilidade atribuída às Demonstrações Financeiras, em especial às Alterações no Capital Próprio e à Demonstração de Fluxos de Caixa pela sua natureza mais prática e intuitiva; e o 'Foco no cumprimento legal e fiscal' conduz a uma maior valorização da Demonstração de Resultados por Funções dado o seu alinhamento com a prestação de contas e a monitorização da afetação de recursos por áreas funcionais e das Alterações no Capital Próprio. Assim, cada limitação interna altera a relevância de documentos específicos no apoio à tomada de decisão.

**Tabela 14:** Correlação de *Spearman* para H1<sub>2</sub>.

		Balço	Demonstração dos Resultados por Natureza	Demonstração dos Resultados por Funções (se aplicável)	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Anexo às Demonstrações Financeiras	
rô de Spearman	Inexistência de meios informáticos suficientes para consolidar e apresentar a informação financeira de forma adequada	Coefficiente de Correlação	0,062	0,046	0,118	0,148	0,220	0,058
		<i>p-value</i>	0,633	0,724	0,361	0,250	0,086	0,654
		n	62	62	62	62	62	62
Inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores internos		Coefficiente de Correlação	0,165	0,139	0,095	0,287*	0,184	0,166
		<i>p-value</i>	0,199	0,283	0,461	0,024	0,153	0,196
		n	62	62	62	62	62	62
Falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP		Coefficiente de Correlação	0,219	0,219	-0,054	0,303*	0,345**	0,246
		<i>p-value</i>	0,087	0,087	0,676	0,017	0,006	0,054
		n	62	62	62	62	62	62
Foco no cumprimento legal e fiscal		Coefficiente de Correlação	0,145	0,173	0,272*	0,264*	0,219	0,205
		<i>p-value</i>	0,261	0,178	0,032	0,038	0,087	0,111
		n	62	62	62	62	62	62

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

Para H1<sub>3</sub> "Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores externos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das

*Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão*”, aplicou-se o coeficiente de correlação de *Spearman*. Os dados obtidos demonstrados na Tabela 15, indicam associações estatisticamente significativas que permitem compreender de que forma determinados fatores externos influenciam a valorização de cada documento contábilístico. Seguem-se apenas as correlações estatisticamente significativas, com destaque para a direção e tendência observadas através.

### **Pressão de organismos de controlo**

Os resultados apresentaram um *p-value* = 0,038; pelo que  $< 0,01$  (rejeita-se a  $H_0$ ), demonstrando assim uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de influencia do fator pressão de organismos de controlo a utilidade atribuída ao documento contábilístico Demonstração de Resultados por Natureza. Este resultado indica que, em contextos onde a fiscalização externa é mais intensa, os utilizadores valorizam particularmente este documento, dado o detalhe que oferece na desagregação de rendimentos e gastos, o que facilita a transparência e o cumprimento normativo. Esta correlação é positiva e de intensidade moderada ( $\rho = 0,264$ ).

Esta tendência sugere que, quanto maior a influência percebida destes organismos, mais útil é considerada a informação das demonstrações financeiras, possivelmente por garantir conformidade e credibilidade acrescida no processo de decisão. Conforme se observa a Tabela 15, os resultados para o fator as questões políticas/partidárias não apresentam correlação estatisticamente significativa (*p-value* > 0,05).

Em resumo, através da análise dos resultados constantes na Tabela 15, valida-se a hipótese de investigação. Os mesmos mostram que a pressão de organismos de controlo aumenta a valorização global das Demonstrações Financeiras, reforçando a sua utilidade como conjunto de informação formal e credível para a tomada de decisão. Para além disso, este fator externo potencia a relevância do documento Demonstração dos Resultados por Natureza, evidenciando que, em contextos de maior escrutínio e fiscalização, os utilizadores atribuem maior importância ao detalhe da classificação de rendimentos e gastos. Assim, a influência de organismos de controlo destaca-se como elemento externo que reforça a percepção de utilidade do relato financeiro.

**Tabela 15:** Correlação de *Spearman* para  $H_3$ .

		Balço	Demonstração dos Resultados por Natureza	Demonstração dos Resultados por Funções (se aplicável)	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Anexo às Demonstrações Financeiras	
rô de Spearman	a) Pressão de organismos de controlo	Coeficiente de Correlação	0,227	0,264*	0,179	0,224	0,239	0,249
		<i>p-value</i>	0,076	0,038	0,163	0,080	0,061	0,051
		n	62	62	62	62	62	62
	c) Questões Políticas/Partidárias	Coeficiente de Correlação	-0,019	-0,009	-0,017	0,141	0,018	0,063
		<i>p-value</i>	0,885	0,945	0,896	0,273	0,891	0,624
		n	62	62	62	62	62	62

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

\*\*. A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

Testando  $H_4$  “*Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais e a utilidade atribuída aos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão*” através do coeficiente de correlação de Spearman verificou-se que existe uma correlação positiva e moderada e estatisticamente significativa, permitindo afirmar que as variáveis “utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais” e “utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras” estão correlacionadas ( $\rho = 0,465$  e o valor de prova  $< 0,01$ ).

Os resultados observados na Tabela 16 permitem rejeitar a  $H_0$  e validar a hipótese de investigação e evidenciam que a percepção de maior utilidade dos documentos contábilísticos pertencentes às Demonstrações Orçamentais está associada a uma valorização acrescida da utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras. Isto sugere que a informação orçamental e financeira é vista como complementar, reforçando o seu papel conjunto no processo de tomada de decisão.

**Tabela 16:** Correlação de Spearman para  $H_4$ .

rô de Spearman		Utilidade Demonstrações Financeiras	
		Utilidade Demonstrações Orçamentais Individuais	Coefficiente de Correlação
		p-value	<0,001
		n	62

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à  $H_5$  “*Existe uma relação entre a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município, a utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais*”, aplicou-se o coeficiente de correlação de Spearman e através da sua análise constatou-se o seguinte:

#### **Utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras**

Com base na análise apresentada na Tabela 17 conclui-se que, para um nível de significância de 0,01, existe uma correlação significativa estatisticamente positiva cuja intensidade é forte entre a utilidade dos documentos contábilísticos das Demonstrações Financeiras e as decisões afetas à origem, afetação e uso de recursos ( $\rho = 0,623$  e o valor de prova  $< 0,01$ ) e as decisões relacionadas com a avaliação do desempenho financeiro do município ( $\rho = 0,571$  e o valor de prova  $< 0,01$ ).

Este resultado sugere que, quanto maior a utilidade percebida destes documentos, maior a importância atribuída ao relato financeiro como suporte para decisões sobre alocação e gestão de recursos e também para monitorizar e avaliar a execução financeira do município.

### **Utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais individuais**

Atendendo aos resultados apresentados na Tabela 17, observa-se uma correlação estatisticamente significativa positiva ( $p\text{-value} < 0,01$ ) entre a variável “utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais individuais” a variável “decisões relacionadas com origem, afetação e uso de recursos” e a variável “decisões sobre a avaliação do desempenho financeiro do município”. A correlações são positivas cuja intensidade é moderada e forte para cada uma respetivamente ( $\rho=0,381$ ;  $\rho=0,510$ ).

Este resultado sugere que, em contextos de planeamento e controlo de recursos, os utilizadores reconhecem a relevância dos relatórios orçamentais e que a perceção da utilidade dos documentos orçamentais reforça a importância atribuída ao relato financeiro como ferramenta de acompanhamento do desempenho económico-financeiro, mostrando a sua função complementar no processo de decisão pública. Neste sentido, a hipótese de investigação é validada.

**Tabela 17:** Correlação de Spearman para H<sub>5</sub>.

rô de Spearman		Decisões relacionadas com a origem, afetação e uso de recursos		Decisões sobre a avaliação do desempenho financeiro do município	
		Coefficiente de Correlação		Coefficiente de Correlação	
Utilidade Demonstrações Financeiras	Coefficiente de Correlação	0,623**		0,571**	
	$p\text{-value}$	<0,001		<0,001	
	n	62		62	
Utilidade Demonstrações Orçamentais Individuais	Coefficiente de Correlação	0,381**		0,510**	
	$p\text{-value}$	<0,001		<0,001	
	n	62		62	

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à análise H<sub>6</sub> “*Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município*” os resultados resultantes da aplicação do teste de Correlação de Spearman constantes na Tabela 18, revelaram correlações positivas estatisticamente significativas que permitem compreender de que forma a valorização destes documentos se reflete em várias áreas da decisão pública.

### **Decisões acerca da responsabilização da prestação de contas**

Da aplicação do coeficiente de correlação, observou-se através da Tabela 18 uma correlação significativa e positiva ( $\rho= 0,586$  e valor de prova  $< 0,01$ ), entre as variáveis “utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras” e “decisões acerca da responsabilização da prestação de contas” de intensidade forte, indicando que, quanto maior a

utilidade atribuída às Demonstrações Financeiras, maior a importância reconhecida ao relato financeiro para fundamentar processos de responsabilização e transparência.

#### ***Decisões sobre a avaliação da eficácia e eficiência das operações***

Os resultados obtidos ( $\rho = 0,592$  e valor de prova  $< 0,01$ ) evidenciam uma correlação positiva significativa e forte, sugerindo que os utilizadores que consideram mais úteis as Demonstrações Financeiras também reconhecem a relevância da informação financeira para avaliar o desempenho operacional do município.

#### ***Decisões sobre o endividamento***

Os dados da Tabela 18, demonstraram uma correlação positiva significativa ( $\rho = 0,459$  e valor de prova  $< 0,01$ ), o que indica que a utilidade atribuída aos documentos financeiros reforça a importância do relato no apoio a decisões relacionadas com o recurso a financiamento e gestão da dívida.

#### ***Decisões sobre os impostos a aplicar***

Verificou-se através da observação dos resultados da Tabela 18, uma correlação positiva estatisticamente significativa e moderada ( $\rho = 0,461$  e valor de prova  $< 0,01$ ), demonstrando que os utilizadores que valorizam as Demonstrações Financeiras também consideram a informação de relato essencial para suportar decisões fiscais, nomeadamente na definição de impostos municipais.

#### ***Decisões sobre os preços e taxas a aplicar***

Com base nos resultados da Tabela 18, visualizou-se uma correlação positiva significativa e moderada ( $\rho = 0,491$  e valor de prova  $< 0,01$ ) sugerindo que a percepção de utilidade das Demonstrações Financeiras está associada a uma maior valorização da informação para sustentar decisões relativas à fixação de preços e taxas a cobrar à comunidade.

Em síntese, os resultados indicam que a utilidade das Demonstrações Financeiras reforça a importância atribuída à informação de relato para múltiplas áreas da decisão municipal. Estes documentos são particularmente valorizados para apoiar a prestação de contas, a avaliação da eficiência das operações, bem como decisões de natureza financeira e fiscal, como o endividamento, os impostos e as taxas a aplicar. Para tal, valida-se a hipótese de investigação.

**Tabela 18:** Correlação de *Spearman* para HI<sub>6</sub>.

		Decisões acerca da responsabilização da prestação de contas	Decisões sobre a avaliação da eficácia e da eficiência das operações do município	Decisões sobre o endividamento	Decisões sobre os impostos a aplicar	Decisões sobre os preços e taxas a aplicar	
rô de Spearman	Utilidade Demonstrações Financeiras	Coefficiente de Correlação	0,586**	0,592**	0,459**	0,461**	0,491**
		<i>p-value</i>	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
		n	62	62	62	62	62

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaboração própria.

Para dar resposta à HI<sub>7</sub> “*Existem diferenças no grau de utilidade dos contabilísticos Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão em função dos atributos qualitativos da informação*”, uma vez que se concluiu, pelo teste de *Kolmogorov-Smirnov* que as distribuições não apresentaram uma distribuição normal, recorreu-se à aplicação do teste de *Kruskal – Wallis*. Assim sendo, concluiu-se a um nível de significância de 0,05, que não existem diferenças no grau de utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão em função da importância relativa aos atributos qualitativos da informação (valor de prova = 0,445, sendo >0,05). Conclui-se assim, através dos resultados da Tabela 19 que, não existem diferenças significativas, não se rejeita HI<sub>0</sub>, ou seja, não se valida a hipótese de investigação.

**Tabela 19:** Teste *Kruskal-Wallis* para a HI<sub>7</sub>.

Qui-quadrado	1,619
gl	2
<i>p-value</i>	0,445

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela seguinte apresenta-se de uma forma resumida a informação sobre a validação das hipóteses de investigação formuladas. Os resultados obtidos permitem afirmar que a maioria das hipóteses de investigação foi validada, com exceção da HI<sub>1</sub> e da HI<sub>7</sub>. Este facto demonstra que, de um modo geral, a utilidade atribuída à informação proveniente do relato financeiro está associada a fatores internos e externos. Verificou-se que as limitações internas e externas condicionam a perceção da utilidade de documentos contabilísticos específicos, potenciando a relevância de alguns relatórios financeiros como resposta a fragilidades percebidas. Adicionalmente, a importância atribuída à informação de relato financeiro em diversas áreas de decisão (operacionais, estratégicas, táticas), demonstraram associações significativas que reforçam a utilidade prática dos documentos contabilísticos. A análise realizada permitiu ainda concluir que, a informação financeira e orçamental constitui um recurso essencial para a tomada de decisão no contexto municipal, confirmando a centralidade das Demonstrações Financeiras e Orçamentais como instrumentos de

governança. Das hipóteses de investigação formuladas, apenas a primeira e o sétima hipótese não foram validadas, revelando que a compreensibilidade das demonstrações e os atributos qualitativos da informação, embora reconhecidos, não se apresentaram como determinantes para a percepção de utilidade. Estes resultados demonstram que o valor do relato financeiro não reside apenas no cumprimento formal de requisitos normativos, mas sobretudo na sua capacidade de apoiar, de forma efetiva e contextualizada, os processos de decisão pública.

**Tabela 20:** Resumo da validação para as hipóteses de investigação.

	<b>Hipóteses de Investigação</b>	<b>Resultado obtido</b>	<b>Validação</b>
<b>HI<sub>1</sub></b>	Existe uma relação entre a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos que integram as Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	<b>Sem correlação</b>	Não Validada
<b>HI<sub>2</sub></b>	Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores internos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	+	Validada
<b>HI<sub>3</sub></b>	Existe uma relação entre o grau de influência dos fatores externos que condicionam a utilidade do relato financeiro e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	+	Validada
<b>HI<sub>4</sub></b>	Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Orçamentais Individuais e a utilidade atribuída aos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão.	+	Validada
<b>HI<sub>5</sub></b>	Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município.	+	Validada
<b>HI<sub>6</sub></b>	Existe uma relação entre a utilidade dos documentos contabilísticos das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão e a importância atribuída à informação de relato financeiro para diferentes tipos de decisões no município.	+	Validada
<b>HI<sub>7</sub></b>	Existem diferenças no grau de utilidade dos contabilísticos Demonstrações Financeiras para a tomada de decisão em função dos atributos qualitativos da informação.	<b>Não se verificaram diferenças significativas</b>	Não Validada

Fonte: Elaboração própria.

Em termos globais, a análise realizada permitiu concluir que a informação financeira e orçamental constitui um recurso essencial para a tomada de decisão no contexto municipal, confirmando a centralidade das Demonstrações Financeiras e Orçamentais como instrumentos de governança. Das hipóteses de investigação formuladas, apenas a primeira e o sétima hipótese não foram validadas, revelando que a compreensibilidade das demonstrações e os atributos qualitativos da informação, embora reconhecidos, não se apresentaram como determinantes para a percepção de utilidade. Em contrapartida, fatores internos e externos, bem como a importância atribuída à

informação de relato financeiro em diversas áreas de decisão, demonstraram associações significativas que reforçam a utilidade prática dos documentos contabilísticos. Estes resultados demonstram que o valor do relato financeiro não reside apenas no cumprimento formal de requisitos normativos, mas sobretudo na sua capacidade de apoiar, de forma efetiva e contextualizada, os processos de decisão pública.

### 3.2.2 Discussão dos Resultados

A análise empírica evidencia que a utilidade do relato financeiro é amplamente reconhecida pelos decisores municipais, corroborando a literatura que identifica o relato financeiro como instrumento central de governação e suporte à tomada de decisão (Cohen & Karatzimas, 2017; Giacomini, 2020; Nogueira & Jorge, 2015). Contudo, a ausência de significância estatística na  $H1$  demonstra que, a facilidade de compreensão das Demonstrações Financeiras não condiciona diretamente a perceção da sua utilidade, contrariando Asyik *et al.* (2023); Brusca *et al.* (2017); Cohen *et al.* (2019); Ouda e Klischewski (2019), que sustentavam que a compreensibilidade aumenta a utilidade da informação. Tal divergência pode dever-se ao perfil técnico dos inquiridos que, maioritariamente são gestores e contabilistas, para os quais a interpretação das demonstrações já faz parte da rotina profissional, reduzindo o peso da clareza formal como determinante da utilidade.

Por outro lado, as hipóteses  $H2$  e  $H3$  foram validadas, confirmando que fatores **internos e externos** moldam significativamente a utilidade do relato financeiro, estando em conformidade com os resultados das investigações de Choi e Woo (2021); George *et al.* (2020); Nogueira e Jorge (2014); Pires *et al.* (2020); Rocha (2021) e Thoa e Thoa & Nhi (2021). No plano interno, a **inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores**, a **falta de formação sobre o SNC-AP** e o **foco no cumprimento legal e fiscal**, surgem como variáveis influentes, o que converge com os resultados de Benfante *et al.* (2025); Bogt (2018); Cepeda (2017); Giacomini (2020); Grossi *et al.* (2016); Gomes *et al.* (2023); Nitzl *et al.* (2020); Nogueira e Jorge (2011); Razafiarivony e Janeta (2022) e Sobral (2022), que destacam que constrangimentos normativos, limitações de capacitação técnica e inadequação da informação reduzem a eficiência informativa; o que no presente estudo conduziu a uma valorização de relatórios mais detalhados e normativamente mais robustos. Por outro lado, a variável inexistência de meios informáticos suficientes não teve relevância estatística, o que contraria os dados de Jovanović e Vašiček (2020) que, refere que a escassez de recursos e meios informáticos fragiliza a qualidade da informação o que leva a alterações da utilidade da informação. Nos fatores externos, a **pressão dos organismos de controlo** revelou-se o elemento mais determinante, em consonância com Bonollo (2022); Matekele *et al.* (2025); Nitzl *et al.* (2020) e Silva *et al.* (2023), que associam o escrutínio institucional à maior transparência e credibilidade do relato. Assim, confirma-se a tese de que a utilidade percebida é condicionada por dinâmicas institucionais e contextuais, e não apenas por atributos intrínsecos da informação. Por sua vez, a variável questões políticas não foi verificada nos resultados obtidos, não estando em consonância com os autores Ouda e Klischewski (2019); Sobral (2022) e Silva *et al.* (2023).

A validação das  $H4$ ,  $H5$  e  $H6$  revela uma relação de complementaridade entre a informação **financeira e a orçamental**, sendo reconhecida uma interdependência entre ambos os sistemas no

apoio à decisão pública, o que não vai de encontro aos resultados obtidos por Brunelli *et al.* (2025); Giacomini (2020); Gomes *et al.* (2023); Nogueira e Jorge (2011) e Pajkovi *et al.* (2023). Os resultados mostram que quanto maior a utilidade atribuída às Demonstrações Orçamentais Individuais, maior a valorização das Demonstrações Financeiras, revelando que o processo decisório municipal assenta numa visão integrada do relato. Os dados da presente investigação também demonstram que, a utilidade da informação aumenta quando esta é aplicada à **gestão de recursos, avaliação do desempenho financeiro, prestação de contas, eficiência e eficácia das atividades, endividamento e impostos e taxas**, demonstrando que a informação financeira é útil não apenas para prestação de contas, mas também para a tomada de decisões no foro operacional e estratégico, corroborando assim com Cohen e Karatzimas, (2017); Efendi *et al.* (2018); Helden e Reichard (2019); Jorge *et al.* (2019); Nogueira e Jorge (2015, 2017) e Silva *et al.* (2023).

Por fim, a não validação da HI<sub>7</sub> confirma que os **atributos qualitativos da informação** não geram diferenças significativas na perceção de utilidade, resultado oposto ao obtido por Asyik *et al.* (2023); Cepêda (2017); Lewandowski (2019a); Monteiro *et al.* (2022); Rocha (2021) e Silva *et al.* (2023), que defendem que tais atributos aumentam a utilidade percebida. Neste seguimento, no contexto deste estudo, os decisores parecem valorizar mais a **funcionalidade prática** e o **cumprimento legal** do relato do que as suas características formais.

A interpretação global dos resultados obtidos pode também ser enquadrada à luz das teorias da contingência e institucional, que explicam a diversidade de práticas e perceções observadas na gestão pública. Do ponto de vista contingencial, os resultados demonstram que a utilidade do relato financeiro é condicionada por fatores contextuais, como o conhecimento técnico dos profissionais e o foco no cumprimento legal e fiscal, confirmando que não existe uma estrutura única de relato eficaz, mas sim práticas que se adaptam às condições específicas de cada município. Já sob a ótica institucional, a influência significativa dos organismos de controlo e da conformidade normativa evidencia a presença de pressões institucionais que moldam os comportamentos organizacionais, reforçando a tendência para a adoção de práticas do relato financeiro que legitimam a gestão perante as entidades fiscalizadoras. Assim, a articulação entre ambas as teorias, permite compreender que a utilidade percebida do relato financeiro resulta de um equilíbrio entre a adaptação contextual e a conformidade institucional.

Assim, conclui-se que, em linha com a literatura recente (Gomes *et al.*, 2023; Nitzl *et al.*, 2020; Sell *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2023; Sobral, 2022) que, a utilidade do relato financeiro no setor público é um constructo multidimensional, dependente da interação entre fatores institucionais e contextuais.

## **Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação**

O presente estudo permitiu analisar a utilidade da informação do relato financeiro no contexto da Administração Local portuguesa, em particular nos municípios. Os resultados obtidos confirmam a utilidade do relato financeiro como suporte no processo de tomada de decisão, ainda que a sua valorização varie em função de diferentes fatores internos e externos.

Dos resultados da análise dos dados obtidos no presente estudo, constata-se que a compreensibilidade das Demonstrações Financeiras é uma variável que não se encontra significativamente associada à perceção da sua utilidade, contrariando a expectativa inicial, já que, teoricamente, se esperava que quanto mais compreensíveis fossem as demonstrações financeiras mais úteis estas seriam para os seus utilizadores. Este resultado sugere que a facilidade de compreensão dos documentos contabilísticos, apesar de relevante em termos teóricos, não é necessariamente determinante para que os utilizadores reconheçam a sua utilidade no processo de

decisão. Assim, a utilidade atribuída parece depender mais de fatores contextuais e institucionais do que da própria facilidade de interpretação dos relatórios financeiros. Esta conclusão é relevante, pois demonstra que a simplificação da linguagem e da apresentação, embora seja desejável, pode não ser suficiente para reforçar a utilidade da informação no processo de decisão municipal. Verificou-se também, através da análise descritiva que, tanto as demonstrações financeiras como as demonstrações orçamentais são consideradas, de forma global, úteis a muito úteis (numa escala de *likert* de 1 a 5, em que 1 é Nada Útil e 5 é Muito Útil) para os decisores municipais. Em relação às demonstrações financeiras, destacou-se a Demonstração dos Resultados por Natureza como a mais útil, uma vez que fornece informação sobre o desempenho de uma entidade e sobre a eficiência na utilização de recursos, que são aspetos centrais para a gestão municipal e para avaliar se os objetivos estão a ser cumpridos, ou seja, constitui informação prática, acionável e diretamente ligada à tomada de decisão, enquanto a Demonstração das Alterações no Capital Próprio foi a considerada menos útil por parte dos inquirido. A razão talvez se deva ao facto de estar relacionada com disponibilização de informação acerca da evolução do capital próprio de uma entidade durante um determinado período, apresentando dados de menor aplicabilidade imediata no contexto da gestão municipal, que não se traduz diretamente em decisões operacionais do dia-a-dia ou no controlo de políticas públicas.

A análise inferencial revelou que determinados fatores internos condicionam a perceção da utilidade de forma significativa, conferindo relevância acrescida a certos documentos contabilísticos. Entre estes fatores, destaca-se o foco no cumprimento legal e fiscal, que se manifestou como o condicionante mais influente, refletindo uma realidade em que a informação financeira é frequentemente útil, prioritariamente para assegurar a conformidade normativa, em detrimento do apoio efetivo à decisão. Segue-se a falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP e a inadequação do relato financeiro que comprometem a correta interpretação e aplicação da informação, dificultando a sua transformação em conhecimento útil para a decisão. Estas fragilidades internas reforçam a utilidade de documentos contabilísticos específicos, como as Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Resultados por Funções, demonstrando que, embora alguns documentos sejam globalmente menos reconhecidos, assumem importância quando associados a limitações estruturais e de capacitação. Em suma, a perceção da utilidade do relato financeiro não é apenas determinada pelas características intrínsecas dos documentos, mas também pelo contexto organizacional e institucional em que estes são produzidos e utilizados.

Os fatores externos, por sua vez, confirmaram igualmente o seu impacto, com realce para a pressão exercida pelos organismos de controlo, que de forma geral, obriga os municípios a garantir transparência, conformidade e detalhe informativo em especial ao documento contabilístico Demonstração de Resultados por Natureza que apresenta de forma clara os rendimentos e os gastos. Este resultado reforça a ideia de que a fiscalização e a exigência de *accountability* são elementos que potenciam a perceção de utilidade da informação financeira. Por outro lado, as questões políticas/partidárias não apresentaram resultados estatísticos significativos. Este resultado contrasta com alguns estudos prévios (Giacomini (2020); Ouda & Klischewski, 2019; Silva *et al.*,

2023; Sobral, 2022) que identificaram influência relevante deste fator. Tal discrepância poderá estar relacionada com limitações da amostra que restringem o poder estatístico do teste e dificultam a detecção de associações de menor magnitude, com a sua influência que poderá manifestar-se de forma indireta ou com contextos institucionais mais alargados.

A análise inferencial evidenciou ainda a relação de complementaridade entre a informação orçamental e a informação financeira. Os municípios que atribuem maior utilidade às Demonstrações Orçamentais tendem igualmente a valorizar mais as Demonstrações Financeiras, o que demonstra que ambos os subsistemas contabilísticos são percecionados como interdependentes. A complementaridade identificada demonstra que, os decisores não observam os dois subsistemas contabilísticos como concorrentes, mas sim como instrumentos que se complementam: a orçamental pela simplicidade e ligação direta à execução, e a financeira pela profundidade analítica e capacidade de suportar decisões mais complexas. Além disso, verificou-se que a utilidade dos documentos contabilísticos pertencentes às Demonstrações Financeiras reforça a importância atribuída ao relato para diferentes tipos de decisão, nomeadamente nas que dizem respeito à gestão de recursos, responsabilização da prestação de contas, avaliação da eficiência, endividamento e definição de impostos e taxas.

A análise aos atributos qualitativos da informação financeira revelou que a fiabilidade foi considerada como o atributo mais importante, enquanto a verificabilidade foi o menos valorizado pelos respondentes. Contudo, a análise inferencial não identificou diferenças estatisticamente significativas na utilidade atribuída aos documentos contabilísticos em função do atributo considerado prioritário, sugerindo que os decisores municipais percecionam a utilidade do relato financeiro de forma relativamente consistente, independentemente da ênfase nos atributos qualitativos específicos. Este resultado contraria os estudos anteriores, os quais indicam que a presença de atributos qualitativos está positivamente associada à utilidade percebida da informação financeira, ou seja, quanto mais qualidade a informação financeira tiver, maior seria a utilidade atribuída pelos utilizadores. A discrepância encontrada pode refletir fatores contextuais, como o perfil dos inquiridos, o tipo de informação analisada, ou ainda limitações nos instrumentos de medição utilizados no estudo.

Os resultados obtidos podem ser interpretados à luz das teorias da contingência e institucional, permitindo compreender a variabilidade das práticas e perceções sobre o relato financeiro nos municípios. De acordo com a Teoria da Contingência, a utilidade da informação financeira depende das condições contextuais e organizacionais, como a formação técnica e as exigências legais. Por sua vez, a Teoria Institucional ajuda a explicar a forte influência das pressões normativas e de organismos de controlo, que induzem comportamentos orientados para a conformidade e a legitimidade. Assim, a utilidade do relato financeiro reflete um equilíbrio entre adaptação às contingências locais e resposta às pressões institucionais, reforçando o seu papel central como instrumento de transparência, responsabilização e apoio à decisão na gestão pública.

Em conclusão, tanto os fatores internos como os externos exercem influência significativa sobre a utilidade da informação proveniente do relato financeiro, ainda que em graus distintos, reforçando o

peso do enquadramento organizacional e institucional. Verificou-se igualmente que esta utilidade é transversal e relevante para diferentes tipos de decisão, o que reforça a ideia de que o valor do relato financeiro não reside apenas no cumprimento formal de exigências normativas, mas sobretudo na sua capacidade de apoiar, de forma efetiva e contextualizada, a tomada de decisão pública.

Como qualquer investigação científica, este estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer. A utilização de técnicas de análise da correlação possibilitou identificar as associações, mas em contrapartida, não permite estabelecer as relações de causalidade. Finalmente, importa salientar que alguns resultados apresentaram correlações fracas, o que exige cuidado na sua interpretação e aplicação prática.

A amostra recolhida (62 participantes que corresponde a 36,26%) revelou-se inferior ao número inicialmente estimado (171 municípios), devido a constrangimentos na adesão no preenchimento do questionário por parte dos municípios. Além disso, nalguns casos, o número de respostas por município não respeitou o desenho metodológico previsto, o que pode ter gerado enviesamentos na representatividade dos dados. Nesta continuidade, a utilização exclusiva de um questionário aplicado por via eletrónica, embora eficiente e de baixo custo, pode ter limitado a profundidade da análise, uma vez que não permitiu explorar em detalhe perceções subjetivas ou aspetos qualitativos relevantes. Outra limitação prende-se com a possibilidade de enviesamento das respostas, já que os inquiridos, enquanto responsáveis políticos e técnicos, podem tender a valorizar de forma positiva o sistema em que estão inseridos, influenciados pelas pressões institucionais ou pela necessidade de legitimação do seu desempenho.

Finalmente, o estudo incidiu exclusivamente sobre municípios portugueses, o que restringe a generalização dos resultados a outros contextos nacionais. Apesar de se terem identificado semelhanças com a literatura internacional, as especificidades políticas, administrativas e culturais do caso português devem ser tidas em conta.

As conclusões obtidas abrem espaço para novas investigações que aprofundem a compreensão da utilidade da informação financeira no setor público. Sugere-se, em primeiro lugar, a realização de estudos comparativos entre diferentes países ou regiões, que permitam avaliar em que medida os fatores institucionais e culturais influenciam a perceção da informação financeira.

Em segundo lugar, seria pertinente complementar a análise quantitativa com metodologias qualitativas, como entrevistas, capazes de captar dimensões subjetivas, interpretações individuais e dinâmicas políticas que um questionário não consegue explorar em profundidade.

Adicionalmente, investigações futuras poderão incidir sobre a avaliação do impacto da formação contínua na contabilidade pública, em especial, na perceção da utilidade do relato financeiro, testando se os programas de capacitação efetivamente contribuem para colmatar as limitações identificadas.

Por último, futuras investigações poderão explorar os impactos da digitalização e da modernização dos sistemas contabilísticos na qualidade e utilidade do relato financeiro, atendendo ao papel crescente das tecnologias de informação na gestão pública.

## Referências Bibliográficas

- Ahrens T. & Ferry L. (2021). Accounting and accountability practices in times of crisis: A Foucauldian perspective on the UK government's response to COVID-19 for England. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(6), 1332-1344.
- Amaro, M. (2023). *Uso da informação orçamental e financeira no processo de decisão: o caso da região autónoma da Ilha do Príncipe e das autarquias locais em São Tomé*. [Dissertação no Mestrado em Gestão das Organizações- Ramo de Gestão Empresarial]. Biblioteca digital do IPB.
- Andriani, Y., Kober, R. & Ng, J. (2010) Decision Usefulness of Cash and Accrual Information: Public Sector Managers' Perceptions. *Australian Accounting Review*, 53(20), 144-153.
- Asyik, N., Agustia, D. & Muchlis, M. (2023). Valuation of financial reporting quality: is it an issue in the firm's valuation. *Asian Journal of Accounting Research*, 8(4), 387-399.
- Aversano, N. & Christiaens, J. (2014). Governmental Financial Reporting of Heritage Assets From a User Needs Perspective. *Financial Accountability & Management*, 150-174.
- Barbieri, I., Kostić, M. & Redmayne, N. (2025a). The Use of Public-Sector Financial Reports: A Comparative Analysis of Different Information-User Groups. *Central European Public Administration Review*, 23(1), 181-201.
- Barbieri, I., Redmayne, N. & Vašiček, V. (2025b). The use of public sector reports by public managers – some early evidence from Croatia. *Economic research - ekonomska istraživanja*, 38(1), 1-22.
- Benfante, G., Jorge, S., Mozzoni, I. & Ferretti, M. (2025). *Accrual accounting in small local government entities: insights from Portugal to Italy*. EGPA Spring Workshop, Faculdade de Economia de Coimbra.
- Bleyen, P., Lombaert, S. & Gouckaert, B. (2015). Measurement, incorporation and use of performance information in the budget: a methodological survey approach to map performance budgeting practices in local government. *Society and Economy*, 331–355.
- Boghean, F. (2019). Implications of the accounting financial information system on the decision-making process. *The USV annals of economics and public administration*, 19(2), 133-140.
- Bogt, H. (2018). NPM's "Ideals" About the Accountability and Control of Outsourced Activities: Tough, But Realizable, Or A Utopian Dream. *European Policy Analysis*, 4(1), 118-145.
- Bonollo, E. (2022). Negative effects of the adoption of accrual accounting in the public sector: a systematic literature review and future prospects. *Accrual accounting in the public sector*, 35(6), 1-23.
- Brito, A., Santos, A. & Andrade, J. (2021). Teoria Institucional e Finanças: uma Revisão Sistemática da Literatura. *Teoria e Prática na Administração*, 12(1), 2-18.

- Brunelli, S. (2025). Debate: Financial, performance and accounting information: what information is really at stake? A clarification for a purposeful usage by politicians. *Public Money & Management*.
- Brunelli, S., Jorge, S., Pattaro, A. & Nogueira, S. (2025, maio, 8-9). *Assessing the financial information use by politicians in local governments: a comparison between large italian and portuguese municipalities*. EGPA Spring Workshop, Faculdade de Economia de Coimbra.
- Brusca, I., Rossi, F. & Aversano, N. (2017). Performance Measurement in Italian and Spanish Local Governments: Comparative Policy Analysis. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 19(5), 470-486.
- Budding, T. (2025). New development: Use, users and usability of accounting information—current insights and research avenues. *Public money & management*.
- Cepêda, C. (2017). *Fatores que determinam a utilidade da Informação Financeira na Tomada de Decisão*. [Dissertação no Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.
- Cepêda, S. & Monteiro, A. (2019). A perceção dos contabilistas sobre a utilidade da informação financeira na tomada de decisão – Um estudo em Portugal. *Revista brasileira de gestão de negócios*, 22(2), 363-380.
- Cepiku, D., Hinna, A., Scarozza, D. & Savignon, A. (2017). Performance information use in public administration: an exploratory study of determinants and effects. *Journal of Management and Governance*, 21, 963-991.
- Choi, Y. & Woo, H. (2021). Understanding diverse types of performance information use: evidence from an institutional isomorphism perspective. *Public Management Review*, 24(12), 2033-2052.
- Cohen, S. & Karatzimas, S. (2017). Accounting information quality and decision-usefulness of governmental financial reporting moving from cash to modified cash. *Meditari Accountancy Research*, 25(1), 95-113.
- Cohen, S., Rossi, F., Brusca, I. & Caperchione, E. (2021). Guest editorial: Happy endings and successful stories in public sector financial management: a lesson drawing perspective. *International Journal of Public Sector Management*, 34(4), 393-406.
- Cohen, S., Rossi, F., Brusca, I. & Caperchione, E. (2019). Local government administration systems and local government accounting information needs: is there a mismatch. *International Review of Administrative Sciences*, 85(4), 708-725.
- Costa, C., Correia, P., Maia, M. & Resende, S. (2023). Setor público: o fenómeno da avaliação e responsabilização de resultados. *Journal of Teleological Science*, 3, 164/33-164/49.

- Dalwadi, P. (2020). A Study on Accounting Types and Its Users. *International Journal of Science and Research*, 9(1), 1652-1656.
- Doval, E. (2019). The process of managerial decision-making based on the financial information. *Review of General Management*, 29(1), 42-52.
- DiMaggio, P. & Powell, W. (2005). Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista da Administração de empresas*, 45(2), 74-89.
- Efendi, R., Dewi, F. & Gamayuni, R. (2018). Usefulness Analysis Of Accrual Based Accounting Information On Local Government Financial Statement: A Qualitative Study. *International Journal of Scientific & Technology Research*, 7(11), 11-21.
- Fernandes, M., Camões, P. & Jorge, S. (2024). Anuário financeiro dos municípios portugueses 2023. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Fiiirst, C. & Beuren, I. (2021). Influence of contingency factors on the socioeconomic performance of local governments. *Brazilian journal of public administration*, 55(6), 1355-1368.
- George, B., Baekgaard, M., Decramer, A., Audenaert, M. & Goeminne, S. (2020). Institutional isomorphism, negativity bias and performance information use by politicians: A survey experiment. *Public Administration*, 98, 14-28.
- Giacomini, D. (2020). Use of Accounting Information by Mayors in Local. *International journal of public administration*, 43(4), 341-349.
- Gomes, J., Pasquali, K. & Soutes, D. (2020). Fatores contingenciais nos sistemas de informação gerencial e seu impacto na competição organizacional: um estudo de dois casos em postos de combustível. *Revista Ciências Empresárias*, 21(1), 125-146.
- Gomes, P., Brusca, I. & Fernandes, M. (2019). Implementing the International Public Sector Accounting Standards for consolidated financial statements: facilitators, benefits and challenges. *Public Money & Management*, 38(4), 544-552.
- Gomes, P., Brusca, I., Fernandes, M. & Vilhena, E. (2023). The IPSAS implementation and the use and usefulness of accounting information: a comparative analysis in the Iberian Peninsula. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 35(1), 12-40.
- Grossi, G. & Brescia, P. (2021). Dialogic accounting through popular reporting and digital platforms. *Meditari Accountancy Research*, 9(7), 75-93.
- Grossi, G., Reichard, C. & Ruggiero, P. (2016). Appropriateness and use of performance information in the budgeting process: some experiences from German and Italian Municipalities. *Public Performance & Management Review*, pp. 581–606.
- Haustein, E., Lorson, P., Oulasvirta, L. & Sinervo, L. (2021). Perceived usability of local government financial statements by local councillors: Comparative study of Finland and Germany. *International Journal of Public Sector Management*, 34(4), 441-458.

- Helden, J. (2016). Literature review and challenging research agenda on politicians' use of accounting information *Public Money & Management*, 36(7), 531-538.
- Helden, J. & Reichard, C. (2019). Making sense of the users of public sector accounting information and their needs. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 31(4), 478-495.
- Hyndman, N. (2016). Accrual accounting, politicians and the UK—with the benefit of hindsight. *Public Money and Management*, 36(7), 477-479.
- Jorge, S., Jesus, M. & Nogueira, S. (2019). The use of budgetary and financial information by politicians in parliament: a case study. *Journal of public budgeting, accounting & financial*, 31(4), 539-557.
- Jorge, S., Nogueira, S. & Jesus, M. (2023). Financial information use in parliamentary Debates in a changing context. *Public Organization Review*, 23, 1611-1638.
- Jovanovića, T & Vašičekb, V. (2021). The role and application of accounting and budgeting information in government financial management process—a qualitative study in Slovenia. *Public money & management*, 41(2), 99-106.
- Juaniha, A., Filho, S. & Peixe, B. (2021). Accountability em relação ao gasto público com saúde: comparação entre países da América Latina e da África Subsaariana. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 42(2), 53-69.
- Kapardis, M., Clarck, C. & Zopiatis, A. (2016). Satisfaction gap in public sector financial reporting. *Journal of accounting in emerging economies*, 6(3), 232-253.
- Karatzimas, S. & Miquela, C. (2019). Operating within the boundaries of legislation, accountability and personal agendas: A study on financial sustainability in Catalan municipalities. *Meditari Accountancy Research*, 27(3), 346-365.
- Kim, Y. & Park, Y. (2023). Does accountability improve government performance. Evidence from the U.S. state fiscal monitoring and intervention systems. *Public management review*, 25(10), 1903-1925.
- Krudycz, L., Martins, V. & Borges, E. (2023). Influência de fatores contingenciais na estratégia organizacional de uma instituição pública de ensino superior no período da pandemia. *Revista Capital Científico*, 21(4).
- Kuroki, M. & Motokawa, K., (2022). Do non-financial performance and accrual-based cost information affect public sector budgeting. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(6), 95-116.
- Laureano, R. & Jesus, M. (2014). *Utilidade do relato financeiro para a tomada de decisão interna no ensino superior público português*. XXIV Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica, Leiria.

- Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, Sistema de normalização contabilística para as administrações públicas. (2015). Diário da República n.º 178/2015, Série I de 2015-09-11.
- Lewandowski, M. (2019a). Organizational drivers of performance information use: The perspective of Polish local governments. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 58, 85-99.
- Lewandowski, M. (2019b). Public managers' perception of performance information: the evidence from Polish local governments. *Public management review*, 21(7), 988-1010.
- Liszbinski, B., Kronbauer, C., Macagnan, C. & Patias, T. (2014). Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da Teoria Institucional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24), 85-106.
- Lungo, D. & Alves, M. (2013). Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a percepção de gestores de PMES de Luanda e de Lisboa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 5(2), 107-133.
- Makwana, D., Engineer, P., Dabhi, A. & Chudasama, H. (2023). Sampling Methods in Research: A Review. *International Journal of Trend in Scientific Research and Development*, 7(3), 2456 – 6470.
- Maldonado, I., Pinho, C. & Oliveira, H. (2025, maio, 8-9). *The Adoption of IPSAS, Accrual-Based Accounting, and ISA in the EU Public Sector: Implications for Governance Quality, Transparency, and Accountability*. EGPA Spring Workshop, Faculdade de Economia de Coimbra.
- Marco, D., Bender, C. & Bobsin, D. (2021). A teoria institucional e sua aplicação na perspectiva de sistemas de informação. *Desenvolvimento em Questão*, 19(56), 246-263.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística: Com o SPSS Statistics (7ª ed.)*. Lisboa.
- Martins, V., Borges, E., & Krudycz, L. (2022). *Influência de fatores contingenciais na estratégia organizacional de uma instituição pública de ensino superior no período da pandemia da covid-19*. 22º Internacional Conference in Accounting, Brasil.
- Matekele, C., Mbogela, C., Chirongo, Keregero, C. (2025). The Effects of Accounting Language and Staff Capacity on Local Government Authorities' Financial Reporting Quality. *SEISENSE Journal of Management*, 8(1), 98-118.
- Menon, V & Muraleedharan, A. (2020). Internet-based surveys: relevance, methodological considerations and troubleshooting strategies. *General Psychiatry*, 33, 1-3.
- Moerman, L., Murphy, D., Laan, S. & McGrath, D. (2023). Accounting and Accountability in Competing Worlds: An Overview. *Social and Environmental Accountability Journal*, 43(2), 95-104.
- Monteiro, A., Cepêda, C. & Silva, A. (2021). Linking decision and utility theories to financial information usefulness and company performance: A study applied to Portuguese's certified accountants. *GrowingScience*, 7(6), 1395-1406.

- Mota, R., Soares, E., Lima, N. & Queiroz, L. (2020). *Concepções teóricas sobre accountability*. Congresso UFU de Contabilidade, Uberlândia.
- Nitzl, C., Hilgers, D., Hirsch, B. & Lindermüller, D. (2020). The Influence of the Organizational Structure, Environment, and Resource Provision on the use of Accrual Accounting in Municipalities. *Schmalenbach Bus Rev*, 72, 271–298.
- Nogueira, S. & Jorge, S. (2015). A utilidade e as necessidades da informação dos utilizadores do relato financeiro municipal para as tomadas de decisão. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 5(17), 000-000.
- Nogueira, S. & Jorge, S. (2017). The perceived usefulness of financial information for decision-making in portuguese municipalities: the importance of internal control. *Journal of Applied Accounting Research*, 18(1), 116-136.
- Nogueira, S. & Jorge, S. (2011). Necessidades de informação para as tomadas de decisão internas e utilidade do relato financeiro municipal: Um estudo exploratório no Município de Bragança. *Revista científica da associação dos trabalhadores da administração local*, 113-146.
- Nogueira, S. & Jorge, S. (2014). *Fatores explicativos da utilidade do relato financeiro para a tomada de decisões: percepção dos decisores internos locais*. XXIV Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica, Leiria.
- Nogueira, S., Jorge, S., Silva, A. & Benfante, G. (2025). The use of public sector financial and nonfinancial information by politicians: a bibliometric analysis. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Nogueira, S., Silva, N. & Ribeiro, N. (2020). Percepções sobre a transição do POCAL para o SNC-AP: o caso do município XYZ. *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*.
- Novaes, V., Ferreira, L., Morais, P. & Reis, L. (2020). *Oportunidades e desafios do SPED nas perspectivas dos profissionais contabilistas: uma análise sob a ótica da Teoria Contingencial*. XVII Congresso USP da iniciação científica em Contabilidade, São Paulo.
- Nunes, C., Gomes, P. & Santana, J. (2023). Transparência, accountability e governance: revisão sistemática da literatura nos hospitais públicos. *Revista de administração pública*, 57(2).
- Osadchy, E., Akhmetshin, E., Amirova, E., Bochkareva, T., Gazizyanova, I. & Yumashev, A. (2018). Financial Statements of a Company as an Information Base for Decision-Making in a Transforming Econom. *European Research Studies Journal*, 21(2), 339-350.
- Ouda, H. & Klischewski, R. (2019). Accounting and politicians: a theory of accountin information usefulness. *Journal of public budgeting accounting & financial management*, 31(4,) 496-517.
- Overman, S. & Schillemans, T. (2021). Toward a public administration theory of felt accountability. *Public Administration Review*.

- Pajkovi, I., Redmayne, N., & Vasicek, V. (2023). The use and perceived usefulness of public sector financial statements by politicians: evidence from Croatia. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 35(6), 180-198.
- Pangaribuan, H., Sunarsi, D., Santoso, A., Wahyuni, E. & Yoewono, H. (2023). Quality Of Financial Statement And The Factors That Influence It. *Jurnal Akuntansi*, 27(1), 176-196.
- Pereira, M., Silva, W. & Araújo, E. (2014). *Análise da produção científica sobre accountability na área de administração pública*. Congresso Controladoria e Contabilidade, São Paulo.
- Pimenta, C. (2023). Nova Gestão Pública e Novo Serviço Público: Uma Análise Comparativa. *Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea*, 5(1), 13-29.
- Pires, A., Rodrigues, F. & Fernandes, A. (2018). *Breve abordagem aos desafios da contabilidade e dos seus profissionais com recurso à teoria institucional: estudo de caso*. XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Porto.
- Pires, R., Alves, M. & Fernandes, C. (2023). The Usefulness of Accounting Information and Management Accounting Practices under Environmental Uncertainty. *Journal of Risk and Financial Management*, 16(102), 1-21.
- Ramos, R. & Mazalo, J. (2024). Metodologias de Investigação Científica: passos para elaboração de artigos científicos. *Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, 6(2), 137-155.
- Razafiarivony, M. & Janeta, M. (2022). Effects of Financial Statements Quality and Users' Knowledge on Decision Considerations and the Role of Satisfaction as a Potential Mediator. *East African Journal of Business and Economics*, 5(1), 35-47.
- Redmayne, N. & Vasicek, V. (2023). The use and perceived usefulness of public sector financial statements by politicians – evidence from Croatia. *Journal of Public Budgeting*, 35(6), 180-198.
- Rocha, A. (2021). *A Utilidade da Informação Financeira e Não Financeira para a Tomada de Decisão*. [Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.
- Rodrigues, T., Oliveira, G., & Santos, J. (2021). As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. *Revista Prisma*, vol.2, n.1, 154-174.
- Rotaru, D., Mihaila, S. & Codrean, V. (2022). The role of financial-accounting information in the decision-making process. *Journal of Social Sciences*, 5(2), 155-163.
- Saliterer & Korac, S. (2013). Performance information use by politicians and public managers for internal control and external accountability purposes. *Critical Perspectives on Accounting*, 502-517.

- Saliterer, I. & Korac, S. (2014). The discretionary use of performance information by different local government actors – analysing and comparing the predictive power of three factor sets. *International Review of Administrative Article Sciences*, 80, 637-658.
- Santos, D. & Gonçalves, A. (2025). New Public Management, institutional theory and changes in public accounting: a theoretical essay. *Revista ambiente contábil*, 17(1), 311-329.
- Silva, D. (2023a). Artefatos de contabilidade gerencial no setor público: análise dos mecanismos isomórficos à luz da teoria institucional. *Revista FATEC zona sul*, 10(3), 2-19.
- Silva, J., Coelho, M. & Duarte, M. (2023). The main qualitative characteristics that impart quality and usefulness to financial information - the perception of certified accountants. *Revista Gestão e Secretariado*, 14(3), 4461-4486.
- Silva, N., Amorim, P. & Pacheco, F. (2024). Accountability no setor público: uma reflexão para além da prestação de contas e responsabilização. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 7.
- Silva, R. (2023b). *A transição do POCAL para o SNC-AP e as suas implicações contabilísticas: O Caso de um Município da Região Centro*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública. Repositório Comum.
- Sobral, A. (2022). *A Utilidade Reconhecida à Informação Financeira na Perspetiva dos Contabilistas Certificados*. [Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico de Bragança]. Biblioteca digital do IPB.
- Soeiro, T. & Wanderley, C. (2019). A Teoria Institucional na pesquisa em contabilidade: uma revisão. *Revista Organizações & Sociedade*, 26(89), 291-316.
- Soyinka, K., Fagbayimu, M., Adegoroye, E. & Ogunmola, J. (2017). Decision usefulness and financial reporting: the general public perspective. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Science*, 7(4), 160-168.
- Steccolini, I., Saliterer, I. & Guthrie, J. (2019). The role(s) of accounting and performance measurement systems in contemporary public administration. *Public Administration*, 98, 3-13.
- Teixeira, A. & Martins, V. (2019). *A contabilidade orçamental, o código dos contratos públicos e a execução do orçamento da despesa*. XXIX Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica, Espanha.
- Teixeira, A., Mata, C., Pardal, P. & Teixeira, N. (2018). *O desempenho orçamental de 2014 a 2016 dos Municípios do distrito de Setúbal*. XXVIII jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Guarda.
- Thoa, D. & Nhi, V. (2021). Improving the quality of the financial accounting information through strengthening of the financial autonomy at public organizations. *Journal of asian business and economic studies*, 29(1), 66-82.

- Vailatti, J., Rosa, F. & Vicente, E. (2017). A teoria institucional aplicada à contabilidade gerencial: análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período de 2006 a 2015. *Revista Catarinense da ciência contábel*, 16(47), 97-111.
- Vokshi, B. & Krasniqi, X. (2017). Role of Accounting Information in Decision-Making Process, the Importance for its Users. *Entrenova*, Croácia.
- Voss, G. (2019). Information and strategic aspects of financial statements in the assessment of their users. *Folia Oeconomica Stetinensia*, 19(2), 177-187.
- Witvliet, C., Jang, S., Johnson, B., Evans, C, Berry, J., Leman, J., Roberts, R., Peteet, J., Andrew B. Torrance, A. & Hayden, A. (2023). Accountability: Construct definition and measurement of a virtue vital to flourishing. *The journal of positive psychology*, 18(5), 660-673.
- Sell, F., Beuren, I & Lavarda, C. (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: evidências inferenciais. *Journal of Accounting and Organizations*, 14.
- Sellami, Y & Gafsi, Y. (2019). Institutional and Economic Factors Affecting the Adoption of International Public Sector Accounting Standards. *International journal of public administration*, 42 (2), 119–131.
- Zuca, M. (2016). Financial statements – main source of information for the process of management and decision making. *Journal of information systems & operations management*, 1-10.

# Anexos

## Anexo A

### Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de [XXX]

Dr. [Nome] / Eng. [Nome]

Assunto: Pedido de colaboração – Questionário sobre a utilidade do relato financeiro municipal

Exmo. Senhor Presidente,

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações – Ramo Gestão Pública, que estou a desenvolver no Instituto Politécnico de Bragança, sob orientação dos Professores Doutores Sónia Nogueira e Nuno Ribeiro, venho, por este meio, solicitar a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> na participação do estudo intitulado: ‘A utilidade da informação do relato financeiro na tomada de decisões e os seus fatores nos municípios portugueses’.

Para tal, solicito a autorização para a aplicação de um questionário destinado a:

1. Um membro do executivo municipal com o pelouro da área financeira;
2. O técnico superior responsável máximo do Departamento Financeiro (ou estrutura equivalente).

A participação é de grande relevância, pois permitirá compreender de que forma a informação resultante do relato financeiro influencia a tomada de decisões nos municípios portugueses, considerando fatores contextuais e institucionais.

O questionário é de preenchimento simples, com uma duração estimada de aproximadamente 12 minutos. Encontra-se disponível em anexo e também poderá ser preenchido online através do seguinte link: [inserir link].

Solicita-se, se possível, que o mesmo seja preenchido até [data-limite].

Garanto desde já a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos, quer ao nível institucional, quer individual, assegurando que os resultados serão apresentados de forma agregada e exclusivamente para fins académicos.

Agradeço, desde já, a atenção e disponibilidade, colocando-me ao dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais que V. Ex.<sup>a</sup> considere pertinentes.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Caetano

Bragança, [x] de de 2025

## Anexo B

### Questionário

#### QUESTIONÁRIO NO ÂMBITO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES, RAMO GESTÃO PÚBLICA

##### A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO DO RELATO FINANCEIRO NA TOMADA DE DECISÕES E OS SEUS FATORES NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

O principal objetivo deste questionário é aferir como é que a utilidade da informação que integra o relato financeiro dos municípios portugueses pode ser influenciada por fatores contextuais e institucionais, na tomada de decisões.

O presente questionário destina-se ao (1) responsável do executivo com o pelouro na área/assuntos financeira/os e ao (2) responsável superior máximo do Departamento Financeiro (ou análogo) do município.

Perante a relevância académica e prática deste estudo, enfatizamos a importância de fornecer respostas rigorosas e precisas. O tempo estimado para o preenchimento do questionário é de aproximadamente 12 minutos.

Este estudo visa obter conclusões generalizadas. Os dados serão divulgados de forma anónima e tratados com total confidencialidade, sem quaisquer considerações individuais.

Muito obrigada pela sua colaboração!

#### SECÇÃO I – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO INQUIRIDO

1. Selecione a localização do Município onde trabalha.

**A)** Águeda **B)** Aguiar da Beira **C)** Alandroal **D)** Albufeira **E)** Alcanena **F)** Alcochete **G)** Alcoutim **H)** Alenquer **I)** Alfândega da Fé **J)** Aljezur **K)** Almada **L)** Almeirim **M)** Alter do Chão **N)** Alvaiázere **O)** Amadora **P)** Amarante **Q)** Amares **R)** Anadia **S)** Arcos de Valdevez **T)** Arraiolos **U)** Arronches **V)** Arruda dos Vinhos  
**W)** Baião **X)** Beja **Y)** Belmonte **Z)** Borba **AA)** Boticas **AB)** Braga **AC)** Bragança  
**AD)** Cadaval **AE)** Caldas da Rainha **AF)** Calheta (Madeira) **AG)** Câmara de Lobos **AH)** Caminha **AI)** Campo Maior **AJ)** Castanheira de Pêra **AK)** Castro Daire **AL)** Celorico da Beira **AM)** Celorico de Basto **AN)** Chamusca **AO)** Coimbra **AP)** Constância **AQ)** Coruche **AR)** Corvo **AS)** Covilhã **AT)** Cuba  
**AU)** Espinho **AV)** Esposende  
**AW)** Felgueiras **AX)** Figueiró dos Vinhos **AY)** Fronteira **AZ)** Fundão  
**BA)** Gavião **BB)** Golegã **BC)** Gondomar **BD)** Grândola **BE)** Guarda  
**BF)** Horta  
**BG)** Idanha-a-Nova **BH)** Ílhavo  
**BI)** Lagoa (Algarve) **BJ)** Lagoa (São Miguel) **BK)** Leiria **BL)** Loures **BM)** Lousã **BN)** Lousada  
**BO)** Mação **BP)** Machico **BQ)** Madalena **BR)** Mafra **BS)** Maia **BT)** Manteigas **BU)** Matosinhos **BV)** Mealhada **BW)** Melgaço **BX)** Mirandela **BY)** Mogadouro **BZ)** Monchique  
**CA)** Monforte **CB)** Montemor-o-Velho **CC)** Mora **CD)** Moura **CE)** Murça  
**CF)** Nazaré **CG)** Nordeste  
**CH)** Óbidos **CI)** Odivelas **CJ)** Oeiras **CK)** Oliveira de Azeméis **CL)** Oliveira de Frades **CM)** Oliveira do Bairro **CN)** Ourém **CO)** Ourique **CP)** Ovar  
**CQ)** Paços de Ferreira **CR)** Palmela **CS)** Pampilhosa da Serra **CT)** Paredes de Coura **CU)** Penafiel **CV)** Penamacor **CW)** Penela **CX)** Peniche **CY)** Pombal **CZ)** Ponta do Sol

**DA)** Ponte da Barca **DB)** Ponte de Sor **DC)** Portel **DD)** Portimão **DE)** Porto Santo **DF)** Póvoa de Varzim **DG)** Povoação **DH)** Praia da Vitória **DI)** Proença-a-Nova  
**DJ)** Redondo **DK)** Reguengos de Monsaraz **DL)** Ribeira de Pena **DM)** Rio Maior  
**DN)** Sabrosa **DO)** Sabugal **DP)** Santa Comba Dão **DQ)** Santa Cruz **DR)** Santa Marta de Penaguião **DS)** Santana **DT)** Santarém **DU)** São Brás de Alportel **DV)** São João da Pesqueira  
**DW)** São Roque do Pico **DX)** São Vicente **DY)** Sardoal **DZ)** Seia  
**EA)** Serpa **EB)** Sertã **EC)** Sesimbra **ED)** Sever do Vouga **EE)** Sines **EF)** Sintra **EG)** Soure  
**EH)** Sousel  
**EI)** Tabuaço **EJ)** Tavira **EK)** Terras de Bouro **EL)** Tomar **EM)** Tondela **EN)** Torre de Moncorvo **EO)** Torres Novas **EP)** Torres Vedras **EQ)** Trancoso **ER)** Trofa  
**ES)** Vagos **ET)** Valpaços **EU)** Vendas Novas **EV)** Viana do Alentejo **EW)** Vila de Rei **EX)** Vila do Conde **EY)** Vila Franca de Xira **EZ)** Vila Franca do Campo  
**FA)** Vila Nova da Barquinha **FB)** Vila Nova de Cerveira **FC)** Vila Nova de Famalicão **FD)** Vila Nova de Gaia **FE)** Vila Nova de Paiva **FF)** Vila Nova de Poiares **FG)** Vila Pouca de Aguiar **FH)** Vila Real **FI)** Vila Real de Santo António **FJ)** Vila Velha de Ródão **FK)** Vila Viçosa **FL)** Vimioso  
**FM)** Vinhais **FN)** Viseu **FO)** Vizela

Selecione a opção que considera mais apropriada com um círculo.

**2. Sexo:**

a) Feminino      b) Masculino      c) Prefiro não indicar

**3. Idade:**

a) 18-24 anos      b) 25-35 anos      c) 36-45 anos      d) 46-55anos      e) ≥56 anos

**4. Habilitações literárias:**

a) Bacharelato      b) Licenciatura      c) Mestrado      d) Doutoramento      e)  
 Outro (Indicar) \_\_\_\_\_

**5. Qual a função que desempenha no Município?**

a) Membro Executivo      b) Chefe de Divisão de Serviços Financeiros      c) Coordenador da Área Financeira  
 d) Técnico Superior      e) Outro (Indicar) \_\_\_\_\_

**6. Há quantos anos desempenha a sua função atual:**

a) Até 5 anos      b) 6-10 anos      c) 11-15 anos      d) ≥16 anos

**7. Qual a sua área de formação académica?**

a) Contabilidade      b) Economia/Gestão      c) Auditoria      d) Direito      e) Administração Pública      f)  
 Outra (Indicar) \_\_\_\_\_

## SECÇÃO II – A UTILIDADE DO RELATO FINANCEIRO

**8. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Importante e 5 é Muito Importante, indique o grau de importância relativamente à informação financeira, quando toma decisões (assinale com um círculo):**

Nada Importante	Pouco Importante	Neutro	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

**9. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Importante e 5 é Muito Importante, indique o grau de importância relativamente aos objetivos das Demonstrações Financeiras (assinale com um círculo):**

a) Fornecer informação útil para a tomada de decisões económicas	1	2	3	4	5
b) Avaliar a posição financeira e as suas alterações	1	2	3	4	5
c) Controlo dos fluxos de caixa	1	2	3	4	5

d) Avaliar o desempenho financeiro	1	2	3	4	5
e) Apoiar na gestão de recursos	1	2	3	4	5
f) Facilitar a transparência e promover a responsabilização	1	2	3	4	5
g) Estabelecer metas orçamentais	1	2	3	4	5
h) Assegurar a legalidade e a regularidade das operações	1	2	3	4	5

**10.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente, indique o grau de concordância nas seguintes afirmações (assinale com um círculo):

a) As Demonstrações Financeiras são de fácil compreensão	1	2	3	4	5
b) As Demonstrações Orçamentais são de fácil compreensão	1	2	3	4	5
c) A informação financeira disponibilizada é suficiente para a tomada de decisão	1	2	3	4	5
d) A informação financeira é clara e acessível	1	2	3	4	5
e) A informação financeira é útil para a tomada de decisão	1	2	3	4	5

**11.** Com que frequência utiliza ou consulta a informação orçamental e financeira para as suas atividades diárias e tomada de decisão (assinale com um círculo)?

a) Raramente      c) Mensalmente      b) Semanalmente      d) Diariamente

**12.** Relativamente aos seis principais atributos da informação financeira, qual é que atribui mais importância (assinale com um círculo)?

a) Relevância    b) Fiabilidade    c) Compreensibilidade    d) Oportunidade    e) Comparabilidade    f) Verificabilidade    g) Todos

### SECÇÃO III – FATORES CONTEXTUAIS E INSTITUCIONAIS

**13.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Não Influencia e 5 é Influencia Muito, indique o grau de influência dos seguintes fatores internos na utilidade de relato financeiro nas suas tomadas de decisão (assinale com um círculo):

a) Inexistência de meios informáticos suficientes para consolidar e apresentar a informação financeira de forma adequada	1	2	3	4	5
b) Inadequação do relato financeiro face as necessidades dos utilizadores internos	1	2	3	4	5
c) Ausência de experiência profissional no cargo/função que desempenha atualmente	1	2	3	4	5
d) Complexidade no exercício e compreensão de informação financeira resultante do subsistema contabilístico financeiro	1	2	3	4	5
e) Desconexão entre o sistema de informação contabilístico com os objetivos e missão do município	1	2	3	4	5
f) Resistência à mudança	1	2	3	4	5
g) Carga excessiva de trabalho	1	2	3	4	5
h) Falta de formação e de conhecimentos apropriados sobre o SNC-AP	1	2	3	4	5
i) Foco no cumprimento legal e fiscal	1	2	3	4	5
j) Atrasos na divulgação e atualização dos dados	1	2	3	4	5
k) Escassez de formação contínua	1	2	3	4	5

**14.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Não Influencia e 5 é Influencia Muito, indique o grau de influência dos seguintes fatores externos na utilidade do relato financeiro nas suas tomadas de decisão (assinale com um círculo):

a) Pressão de organismos de controlo (ex.: Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, etc.)	1	2	3	4	5
b) Controlo dos cidadãos	1	2	3	4	5
c) Questões Políticas/Partidárias	1	2	3	4	5
d) Pressões de entidades profissionais (ex.: OROC, CNC)	1	2	3	4	5
e) Pressão de uma questão de âmbito nacional (ex.: restrição orçamental)	1	2	3	4	5
f) Meios de comunicação e perceção pública	1	2	3	4	5

#### SECÇÃO IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INDICADORES DE RELATO FINANCEIRO PARA A TOMADA DE DECISÃO

**15.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Útil e 5 é Muito Útil, indique o grau de utilidade que os seguintes documentos contabilísticos pertencentes às Demonstrações Financeiras apresentam para a sua tomada de decisão (assinale com um círculo).

a) Balanço	1	2	3	4	5
b) Demonstração dos Resultados por Natureza	1	2	3	4	5
c) Demonstração dos Resultados por Funções (se aplicável)	1	2	3	4	5
d) Demonstração das Alterações no Capital Próprio	1	2	3	4	5
e) Demonstração dos Fluxos de Caixa	1	2	3	4	5
f) Anexo às Demonstrações Financeiras	1	2	3	4	5

**16.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Útil e 5 é Muito Útil, indique o grau de utilidade que os seguintes documentos contabilísticos pertencentes às Demonstrações Orçamentais Individuais apresentam para a sua tomada de decisão (assinale com um círculo).

-Demonstrações Previsionais:					
a) Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	1	2	3	4	5
b) Plano Plurianual de Investimentos	1	2	3	4	5
- Demonstrações de Relato					
c) Demonstração do Desempenho Orçamental	1	2	3	4	5
d) Demonstração de Execução Orçamental da Receita	1	2	3	4	5
e) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	1	2	3	4	5
f) Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos	1	2	3	4	5
g) Anexo às Demonstrações Orçamentais	1	2	3	4	5

**16.1** No caso de o Município, onde exerce funções, efetuar Demonstrações Orçamentais Consolidadas, indique numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Útil e 5 é Muito Útil, o grau de utilidade dos seguintes documentos contabilísticos para a sua tomada de decisão (assinale com um círculo).

- Demonstrações Orçamentais Consolidadas					
a) Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	1	2	3	4	5
b) Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	1	2	3	4	5

**17.** Qual das seguintes opções reflete melhor a sua opinião sobre a utilidade das Demonstrações Orçamentais e Financeiras para o relato financeiro (assinale com um círculo)?

- a) As Demonstrações Financeiras em comparação com as Demonstrações Orçamentais são mais úteis para avaliar a situação económica e financeira do município.
- b) As Demonstrações Orçamentais comparativamente com as Demonstrações Financeiras são mais úteis para monitorizar e ajustar o desempenho em relação aos objetivos planeados.
- c) Ambas têm utilidades complementares e são igualmente importantes.

d) Nenhuma, pois não considero que sejam as principais fontes de informação.

**18.** Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Importante e 5 é Muito Importante, indique o grau de importância da informação de relato financeiro para o tipo de decisão tomada (assinale com um círculo).

a) Decisões acerca da responsabilização da prestação de contas	1	2	3	4	5
b) Decisões relacionadas com a origem, afetação e uso de recursos	1	2	3	4	5
c) Decisões sobre o controlo da realização dos objetivos operacionais e financeiros	1	2	3	4	5
d) Decisões sobre a avaliação da eficácia e da eficiência das operações do município	1	2	3	4	5
e) Decisões sobre a avaliação do desempenho financeiro do município	1	2	3	4	5
f) Decisões sobre novos gastos de capital	1	2	3	4	5
g) Decisões sobre o endividamento	1	2	3	4	5
h) Decisões sobre os impostos a aplicar	1	2	3	4	5
i) Decisões sobre os preços e taxas a aplicar	1	2	3	4	5
j) Decisões sobre formas de arrecadação de receitas	1	2	3	4	5
k) Decisões sobre a proposta do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	1	2	3	4	5
l) Decisões relativas à capacidade de a entidade pública em cumprir com as suas obrigações	1	2	3	4	5
m) Decisões sobre a avaliação do grau de execução orçamental do município	1	2	3	4	5
n) Decisões sobre a avaliação do desempenho orçamental do município	1	2	3	4	5